

Caroline Bertarelli Bibbó

DIVERTIMENTOS EM OURO PRETO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2017

Caroline Bertarelli Bibbó

DIVERTIMENTOS EM OURO PRETO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lazer.

Área de concentração: Cultura e Educação

Linha de pesquisa: Lazer, história e memória

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Rosa

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2017

B581d Bibbó, Caroline Bertarelli

2017 Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX. [manuscrito] / Caroline Bertarelli Bibbó – 2017.

140f., enc.: il.

Orientadora: Maria Cristina Rosa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 111-136.

1. Lazer - Aspectos sociais - Teses. 2. Interação social - Teses. 3. Recreação - Teses. I. Rosa, Maria Cristina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus e a tudo o que ele representa para mim, por diariamente me dar forças e inspiração para a vida! Agradeço profundamente ao Universo e à Natureza, por me acolherem e me concederem a caminhada e a possibilidade de servir!

Este estudo só foi possível por causa de todo auxílio, apoio, carinho, preocupação, sorrisos, abraços e incentivo que recebi das pessoas com quem convivo e que tanto amo. Tamiris, Rosana e Romário, gratidão por pacientemente aguentarem meus altos e baixos durante esse processo!

Agradeço também pela torcida, pelas palavras e pelas boas vibrações enviadas carinhosamente “de longe” pelo José Luiz e pelo Marcone. Com certeza os sentimentos chegaram!

Grata à minha orientadora pelo respeito, pela paciência, pela confiança e pela amizade. Estudar com Cristina Rosa é sempre de grande aprendizado! Muito grata por tudo!

Agradeço aos alunos e aos colegas da Academia Corpo em Ouro Preto, Leda, Lana, Janete, Delor, Alessandro, D. Maria, Sr. Tião e Arlete, pelo apoio, pela solidariedade e alegria! Foi um período que tornou o Mestrado mais leve!

Ao pessoal do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, Helenice Afonso de Oliveira e Polyana Renata de Oliveira pela generosidade e solicitude do início ao fim! A disponibilidade e o auxílio de vocês foram fundamentais, e a companhia durante os quase cinco meses de convívio foi muito agradável e divertida. Aliás, devo agradecer também à Deolinda, à Luciana, ao Kedison e ao Tié por também completarem meus dias de arquivo com sabedoria e bom humor!

Ao pessoal do Cemef – Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, da UFMG, pelo acolhimento carinhoso, pelos auxílios, pelas indicações e pela disponibilidade; aos colegas, aos professores e aos funcionários do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pelas inspirações e contribuições, agradeço!

Agradeço aos “pequenos-grandes” auxílios virtuais do Renan Vinícius – colega de UFOP, do Júlio Gouveia – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e da Sara Soutto Mayor pela prontidão e atenção! Aos funcionários da Secretaria de Patrimônio de Ouro Preto; da Casa Setecentista de Ouro Preto (Casa do Pilar); do Arquivo Público Mineiro, em especial Elma e Élide; da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, em especial à Lourdes; da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – UFMG, em especial à Iris da Silva; da Biblioteca da Escola de Arquitetura – UFMG, à Dayse da

Hemeroteca Digital Brasileira e a todos que passaram pelo meu caminho durante esses dois anos contribuindo de alguma forma, gratidão!

Agradeço à disponibilidade e compreensão dos professores que aceitaram fazer parte da minha banca desde a fazer de projeto de pesquisa, Cleber Augusto Gonçalves Dias e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, e aos professores Kleber do Sacramento Adão e Victor Andrade de Melo por aceitarem o convite para suplentes!

Por fim, agradeço a quem tiver interesse em ler este estudo! Não teria sentido fazer esta pesquisa se o conhecimento não chegasse a outras pessoas.

Gratidão!

“As coisas que não levam a nada têm grande importância.”

Manuel de Barros

Reza

Nosso Senhor do Bonfim,
Não deixeis que Vila Rica tenha fim.
Nossa Senhora do Rosário.
Preservai o vosso relicário.
Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias
Deitai o vosso olhar sobre estas pedrarias.
Nossa Senhora do Morro do Cruzeiro,
Tende misericórdia da pátria do mineiro.
São Francisco de Assis,
Arrebanhai as capelas todas e a matriz.
Nossa Senhora das Mercês e dos Perdões,
Rogai por Vila Rica em suas comoções.
São João Batista,
Abençoai vossa capela e seu artista.
São Sebastião,
Defendei a inocência da pedra-sabão.
Sant'Ana,
Protegei a humanidade vila-ricana.
Nossa Senhora das Necessidades,
Protegei Vila Rica nas enfermidades.
Nossa Senhora das Dores,
Tende compaixão, nestes ares sujos, destas velhas cores.
Nossa Senhora da Piedade,
Atendei Vila Rica na hora da orfandade.
Nossa Senhora do Pilar,
Fazei de Vila Rica vosso altar.
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos dos Alto da Cruz,
Conservai Ouro Preto, Vila Rica de Jesus.

Paulo Mendes Campos

RESUMO

Ouro Preto, Capital de Minas Gerais por 177 anos, passou por períodos de notáveis transformações ao longo do tempo. Um desses períodos foi no final do século XIX quando, em decorrência de mudanças que influenciaram e foram influenciadas pelo pensamento e movimento republicano, passou por melhoramentos que visavam adequar a cidade aos novos tempos e evitar a transferência da Capital mineira para Belo Horizonte. Considerando o momento pelo qual a cidade passava e entendendo que os divertimentos eram um dos indicativos de progresso, civilidade, urbanidade e modernidade na época, o objetivo desta pesquisa foi estudar os divertimentos em Ouro Preto, de 1870 a 1900, a fim de identificar quais eram eles e como aconteciam na cidade, bem como verificar se houve relação entre eles e os melhoramentos da Capital na tentativa de manter Ouro Preto como Capital do Estado de Minas Gerais. Foi feita pesquisa bibliográfica e documental, na qual documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto foram as principais fontes mobilizadas. Foram encontrados diferentes divertimentos, como espetáculos dramáticos, equestres, de prestidigitação, musicais e de touros; jogos de bilhar, de vísperas, entrudo e jogos ilícitos; festejos carnavalescos, religiosos e cívicos; além de referências à prostituição e ao abuso de bebida alcoólica. Esses divertimentos ocorriam em espaços diversificados, como teatro, circo, botequim, quiosque, hotel, pensões, ruas e largos. Verificou-se variedade de opções para se divertir tanto na região central da cidade quanto na periférica, e que os divertimentos tiveram funções variadas ao figurarem como possibilidade de fruição, educação da população em busca de civilidade, fonte de rendimentos econômicos à Câmara Municipal, bem como preocupação presente nos projetos de melhoramentos por meio de projetos de um *boulevard* que abrigaria um jardim e um teatro; da planificação do Morro da Forca para receber edificações destinadas a jogos, espetáculos e também um jardim público; de um novo teatro e de outros novos jardins espalhados pela cidade. A diversidade de informações encontradas nos documentos consultados viabilizou estabelecer possíveis relações entre práticas, espaços e sujeitos, e perceber que a construção de novos espaços aliada à tentativa de controle da fruição dos divertimentos por meio de leis proporcionaria a Ouro Preto progresso, civilidade e embelezamento pretendidos pela Câmara Municipal.

Palavras-chave: Diversão. Melhoramentos da Capital. Câmara Municipal. Minas Gerais. Lazer.

ABSTRACT

Ouro Preto, the capital of Minas Gerais for 177 years, went through notable transformations over time. The end of the the XIX century was one of these periods, when due to changes that influenced and been influenced by the republican thought and movement, the city went through improvements that aimed to adjust the city to the new time and to prevent the capital transfer to Belo Horizonte. Considering the moment the city was passing through and understanding that amusements were one of the indicatives of progress, civility, urbanity and modernity at the time, the objective of this research was to study the amusements in Ouro Preto, from 1870 to 1900, in order to identify which they were and how they took place in the city, as well as to verify if there was any relation between them and the capital's improvements in the attempt to maintain Ouro Preto as the capital of the state of Minas Gerais. A documental and bibliographic review was made, in which City Council's documents were the main sources mobilized. Different amusement were found, such as dramatic, equestrian, sleight of hand, musical and bull spectacles; billiard games, lotto, shrovetide and illicit games; carnival, religious and civic celebrations, besides references to prostitution and alcohol beverages abuse. These amusements used to occur in different locations, like the theater, circus, bar, kiosk, hotel, pensions, streets and squares. It was observed the variety of options of entertainment both in the central region of the city and in the suburbs, and that the amusements had varied functions by figuring as fruition possibility, education of the population in search of civility, source of City Council income, and a present preoccupation regarding improvements through projects of a new boulevard that would include garden and a theater; of Morro da Forca leveling to receive edifications destined to games, spectacles and also a public garden; and of a new theater and other gardens spread across town. The diversity of information found in the consulted documents made it feasible to establish possible relations between practices, spaces and subjects, and to realize that the combination of the construction of new spaces and the attempt to control the fruition of amusements through laws would bring Ouro Preto the progress, civility and embellishment intended by the City Council.

Keywords: Fun. Capital Improvements. Minas Gerais. City Council. Leisure.

LISTA DE SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro

APMOP – Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BN – Biblioteca Nacional

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CMOP – Câmara Municipal de Ouro Preto

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto

RI – Repositórios Institucionais

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TEDE – Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Planta da Cidade de Ouro Preto.....	38
Imagem 2 – Indicações feitas na Planta de Cidade de Ouro Preto	43
Imagem 3 – Vista da Praça de Ouro Preto.....	44
Imagem 4 – Destaque das regiões com botequins	72
Imagem 5 – Jardim da Praça da Independência, entre 1867 e 1894.....	95
Imagem 6 – Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto.....	97
Imagem 7 – Morro da Forca	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores de licenças cobradas por dia/noite de espetáculo no <i>Theatro</i> , de 1870 a 1900	53
Quadro 2 – Valores de licenças cobradas por espetáculo realizados em outros espaços para além do <i>Theatro</i> , de 1870 a 1900	55

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHO METODOLÓGICO	27
2.1 O Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP).....	31
3 OURO PRETO: CAPITAL MINEIRA	35
4 DIVERTIMENTOS NA CIDADE	51
4.1 Espetáculos e espaços de divertimentos na cidade.....	53
4.2 Entre bebidas, botequins e jogos	60
4.3 Momentos festivos na Capital	74
5 PROGRESSO, CIVILIDADE E EMBELEZAMENTO DA CIDADE: OS MELHORAMENTOS DA CAPITAL E OS DIVERTIMENTOS	81
5.1 <i>Boulevard</i> e jardins	92
5.2 Teatro e Morro da Forca	98
6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	104
REFERÊNCIAS	111
❖ Fontes documentais	127
ANEXOS	137
APÊNDICES	139

APRESENTAÇÃO

*Ouro Preto fala com a gente
de um modo novo, diferente.*

[...]

*Pois tudo aqui é simplesmente
lucilação do transcendente.*

[...]

*Ouro Preto bole com a gente.
É um bulir novo, diferente.*

Andrade (1986, p. 81-84)

Cheguei a Ouro Preto em 2009, recebida pela lua cheia mais linda que já vi e sem expectativas. Estava disponível ao que a cidade tinha a me oferecer e pouco a pouco ela foi me oferecendo muito! Foram muitas experiências, vivências de diferentes naturezas, ora boas, ora nem tanto, e fui compondo minha história nessa cidade, para mim, nebulosa (em diversos sentidos). Não era encantada nem apaixonada por Ouro Preto, mas isso foi mudando enquanto a cidade me conquistava diariamente, por cada esquina, cada ladeira, cada igreja, cada cortejo de Congado, cada exposição gratuita em seus museus, cada carnaval...

Em 2010 fui parar na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, no curso de Educação Física, o que estreitou minha relação com a cidade. Tive possibilidade de conhecer melhor e estudar coisas que sempre me encantaram, dentre as quais destaco a história da Educação Física. Durante uma iniciação científica que estudava um clube belo-horizontino do início do século XX – *Club de Sports Hygienicos* – conheci um pouco da história de Belo Horizonte e pude ler a obra prima de Abílio Barreto (1936a; 1936b), *Bello Horizonte: Memoria historica e descriptiva*, que fala sobre a construção de uma nova Capital para Minas Gerais, que até 1897 foi sediada em Ouro Preto. Ao ler essa obra, viajei no tempo e por morar e circular por Ouro Preto há dois anos, pude visualizar com mais facilidade as narrativas do autor sobre os acontecimentos na cidade que queria se manter Capital mineira no final do século XIX. Estar em Ouro Preto despertou em mim o interesse em conhecer mais do passado dessa cidade.

O poeta Carlos Drummond de Andrade (1986, p. 82-83) escreveu que

De nada servem manuscritos
de verdade amarelecida.
Não é lendo nem pesquisando
que se penetra a ouropretana

alma absconsa, livre do tempo.

É deixando correr as horas
e, das horas no esquecimento,
escravizar-se todo à magia
que se impregna, muda, no espaço
e no rosto imóvel das coisas.

O memorialista Henrique Barbosa da Silva Cabral (1969) afirmou que para conhecer bem Ouro Preto não basta visitar algumas igrejas, admirar trabalhos de Aleijadinho e pinturas de Athaíde, nem as obras arquitetônicas da cidade; que era preciso algo mais, era preciso estudar a cidade desde seu nascimento para se permitir admirar, estupefato, como se fizeram suas “obras de duração eterna”.

Fui atrás do “algo mais” no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, que me permitiu estudar sobre a cidade que me conquistou e na qual eu morava. O estudo foi enriquecido por aulas, debates, palestras e leituras sobre o lazer e os divertimentos ao longo do tempo e por diferentes perspectivas.

Estar impregnada pela cidade que pesquisei tornou o processo solitário e árduo do mestrado em algo menos pesado, ou mais aprazível. As horas dedicadas à pesquisa no arquivo se alternaram entre horas cansativas, por ter que decifrar uma caligrafia difícil; horas interessantes, por conhecer detalhes de como o cenário em que vivia foi construído e horas divertidas, por saber de histórias que, vistas de hoje, ganham certa comicidade.

E entre garimpos em documentos e na literatura, surgiu uma das possíveis versões da história dos divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX.

1 INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, Ouro Preto foi a principal cidade do Ciclo do Ouro. Em suas primeiras décadas de existência, no auge da atividade aurífera, chegou a possuir cerca de 20.000¹ habitantes e atualmente tem 70.281 habitantes (FONSECA; VENANCIO, 2014; IBGE, 2010). Foi Sede Administrativa da Capitania de Minas Gerais desde 1720 e Capital da Província/Estado² até 1897; além de ter sido no século XVIII um dos locais do movimento pela independência do Brasil em relação a Portugal, conhecido por Inconfidência Mineira, que tem a figura de Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) como uma de suas principais representações. Essas são algumas características que, ao longo do tempo, conferiram à cidade relevância política/governamental e econômica para Minas Gerais.

Além disso, pode-se dizer que até o século XIX Ouro Preto detinha representatividade no âmbito social, cultural e intelectual, pois como Capital, era um importante centro de circulação de pessoas e práticas no Estado. Algumas ações podem ser destacadas, como em 1839 ter sido fundada a Escola de Pharmacia de Ouro Preto e em 1875 Dom Pedro II ter criado a Escola de Minas de Ouro Preto, ambas as escolas recebiam estudantes de diferentes cidades mineiras e do Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s./d.; VELLOSO; MADUREIRA, s./d.). Em 6 de junho de 1770, no aniversário do Rei Don José I, foi inaugurada a Casa da Ópera de Vila Rica,³ hoje Teatro Municipal - Casa da Ópera de Ouro Preto, o mais antigo teatro das Américas em funcionamento até hoje.⁴ Ouro Preto é também a cidade onde se destacam: significativas obras do barroco brasileiro, como as de Aleijadinho

¹ Esse número não é exato. O estudo de Fonseca e Venancio (2014), que analisa dados demográficos de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, apresenta as incertezas sobre esse número alcançado por estimativa e destaca números aparentemente absurdos já registrados em outros estudos e relatos de memorialistas, que chegam a 100.000 habitantes.

² No Brasil imperial, cada uma das grandes divisões administrativas do país era denominada “Província”. Com a proclamação da república, as Províncias passam a ser chamadas de Estados. Considerando que o período estudado neste trabalho abrange o dessa transição de sistemas políticos, ao longo desta pesquisa Minas Gerais receberá o tratamento tanto de Província quanto de Estado, respeitando as datas referentes à denominação.

³ Sobre as denominações de Ouro Preto, a Revista do Arquivo Público Mineiro disponibiliza o Auto de Ereção de Vila Rica, datado de 8 de julho de 1711, em que aparece indicado pelo governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a denominação *Vila Rica de Albuquerque*. Logo em seguida, ao publicar o Termo de eleição da nova vila, aparece a denominação *Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar e Albuquerque* (CRIAÇÃO..., 1897, p.84 e 85). A denominação *Vila Rica do Ouro Preto* foi dada um ano depois, em 15 de dezembro de 1712, por Carta-Régia de D. João V (XAVIER DA VEIGA, 1897; CABRAL, 1969). Em 24 de fevereiro de 1823 todas as vilas que eram capitais foram elevadas a cidades pelo Decreto Imperial e a cidade foi rebatizada de *Imperial Cidade do Ouro Preto*. Com a queda do Império, em 1889, passa a ser chamada apenas de *Cidade do Ouro Preto* (XAVIER DA VEIGA, 1897; CABRAL, 1969; SANTOS, 2011a; AMORIM, 2013), reduzido a *Ouro Preto*, denominação adotada nesta dissertação.

⁴ Para fazer referência ao Teatro Municipal de Ouro Preto será usado o termo *Theatro*, em conformidade com a denominação encontrada nos documentos utilizados para realização deste trabalho.

(Antônio Francisco Lisboa); a lendária figura de Chico Rei, o escravo que conseguiu comprar sua alforria e a de outros muitos escravos na cidade; e a manifestação religiosa, artística e cultural denominada Congado.

Ouro Preto manteve parte de suas características arquitetônicas quase inalteradas desde o período colonial, o que deu à cidade a posição de primeira cidade brasileira tombada como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Humanidade.⁵ Ao descrever Ouro Preto como Patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN reconheceu que além de “um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência”, Ouro Preto tem sua história “marcada pela presença dos poderes religioso e governamental” e que “fortes expressões artísticas se destacam por sua relevância internacional” (IPHAN, s./d.). Essas características são evidenciadas pelo Centro Histórico da cidade.

Todavia, o que confere notoriedade especialmente turística à cidade, o seu Centro Histórico, também causa problemas à sua população residente por imposição de alguns ônus, como observam Lopes (2004) e Cifelli (2005). Ouro Preto recebe considerável investimento público para ser aplicado no desenvolvimento da cidade, mas esse investimento é direcionado predominantemente às áreas centrais da cidade, visando serviços de atendimento aos turistas, o que acarreta supervalorização de imóveis, encarecimento de serviços e do comércio locais e prejudica condições de infraestrutura básica para a população, dentre outras situações indesejáveis. Como um dos reflexos, a cidade sofre com processo de urbanização desorganizado ao afastar a população para os morros e áreas periféricas (LOPES, 2004; CIFELLI, 2005).

Acrescenta-se a esses elementos a condição de a cidade abrigar a UFOP, conferindo-lhe características de cidade universitária devido a uma população jovem e circulante que exerce influência em seu cotidiano. Atualmente, Ouro Preto conta com cerca de 437 moradias estudantis,⁶ entre repúblicas particulares, repúblicas federais, apartamentos e alojamentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2017).

Esses são alguns dos vários fatores que atribuem notabilidade à cidade em diferentes esferas e que instigam pesquisadores de diferentes áreas a estudar Ouro Preto, dentre as quais destaco os estudos sobre os divertimentos, foco desta dissertação.

⁵ Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional em 1933 e tombada pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938 por seu conjunto arquitetônico e urbanístico e declarada como Patrimônio Mundial pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 1980 (IPHAN, s./d.; IPHAN 2010).

⁶ Número de moradias registradas na Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto em 2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2017).

Muitos autores já elegeram Ouro Preto para ser tema principal de suas pesquisas ou fazer parte do seu recorte espacial. Variadas temáticas já foram abordadas, tais como: mineração, escravidão, mudança da Capital mineira, personalidades artísticas, patrimônio cultural, circuito do ouro e de mercadorias no período setecentista, arquitetura e paisagem barroca, imprensa, educação, engenharia florestal e geológica, políticas públicas, entre outros. Entretanto, em comparação com as temáticas citadas, são poucos os trabalhos que trataram sobre divertimentos em Ouro Preto, dos quais podem ser citados Cançado (1974), Guimarães (1997), Lopes (1998), Rosa (1998), Araújo (2000), Lopes (2004), Rosa (2005), Bernardes (2006), Trigueiro (2009), Soutto Mayor (2009), Brusadin (2011), Soutto Mayor (2012), Pereira (2012), Rosa (2013) e Silva (2015). Desses, destacam-se os seguintes:

Guia de viagem das festas populares; sua defesa conceitual, de Laura Bernardes (2006), é uma monografia que se pauta na força econômica e no crescimento da indústria turística para salientar a importância de um objeto, nesse caso o guia de viagens, que possa facilitar o acesso de viajantes brasileiros e estrangeiros com interesse em participar de uma experiência turística diferenciada, e pretende valorizar o tema Festa e Cultura Popular como fonte propulsora para o turismo nacional. Tem como ponto central questões ligadas à Cultura Popular e sua importância para a identidade do povo, e trata dois tipos de festas gerais (comemoradas em todo o território nacional) partindo da experiência realizada durante três viagens da autora entre 2001 e 2002 a Parintins (Amazonas), São Luís (Maranhão) e Ouro Preto (Minas Gerais). As duas primeiras se referem à Festa de Boi (junho), enquanto a terceira aborda a Semana Santa (março/abril). O trabalho apresenta o calendário nacional de festas, informações socioculturais das regiões, bem como a descrição pormenorizada dos festejos, tradição e relevância dos mesmos para a identidade do povo e descreve ainda a infraestrutura e os serviços básicos envolvidos pelo turismo e as festas (BERNARDES, 2006).

A dissertação *Inter-relações de turistas e moradores: um olhar através das manifestações corporais no carnaval de Ouro Preto*, de Maria Cristina Rosa (1998), fala sobre manifestações corporais identificadas no carnaval de 1997 e 1998, com base em diferentes momentos da organização, preparação e desfile de dois blocos de carnaval tradicionais da cidade: o Caixão e a Bandalheira. A mesma autora, em 2005, escreveu a tese de doutorado “Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica”, em que procura compreender a dinamicidade dos corpos na comarca de Vila Rica utilizando a triangulação entre educação, diversão e doença. Essa pesquisa explora o terreno das normas em que o controle e direcionamento da vida diária estabelecem maneiras e modos de proceder, formas de educação dos corpos e governar os costumes. Com um capítulo

dedicado aos divertimentos, a autora apresenta práticas culturais que aconteceram em tempos e espaços de trânsito, sociabilidade, permissividade, publicidade, desordem e banimento na cidade (ROSA, 2005).

Em 2000, Patrícia Vargas Lopes de Araújo apresentou a dissertação *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*, um trabalho sobre a mudança que as elites mineiras tentaram implementar, modificando a festa do entrudo para o carnaval. Embora trate de Minas Gerais de uma maneira geral, há informações expressivas sobre essa festa na cidade (ARAÚJO, 2000).

O carnaval de Ouro Preto: mercado e tradição (1980-2011), de Sarah Teixeira Soutto Mayor (2012), é uma dissertação que visa compreender as principais transformações do carnaval da cidade de Ouro Preto, em um período compreendido entre os anos de 1980 e 2011, relacionadas, especialmente, às iniciativas mercadológicas percebidas ao longo dessas três décadas e aos discursos vinculados à ideia de tradição (SOUTTO MAYOR, 2012).

No âmbito das Ciências Sociais, com uma abordagem antropológica e associando a cidade à questão do patrimônio histórico, Tânia Fedotovas Lopes escreveu a monografia *Folias sobre identidade nacional: o carnaval em Ouro Preto de 1930 a 1997*, em que trata sobre o carnaval brincado em Ouro Preto como um dos símbolos privilegiados de identidade nacional (associando carnaval e patrimônio histórico) através da representação que seus foliões e organizadores têm dessa festa e da cidade que é patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade (LOPES, 1998). A autora escreveu também a dissertação *Ouro Preto: o drama social do patrimônio*, que se propôs a apresentar uma etnografia em Ouro Preto problematizando a questão da nacionalidade, considerando performances entre moradores e turistas e centralizando a análise a partir das festas do carnaval e Semana Santa a partir de 1933 (LOPES, 2004).

Em nível de especialização em Lazer, Ailton Vitor Guimarães escreveu *Lazer em Ouro Preto: patrimônio de quem?*, em que tratava das políticas públicas da cidade e como elas fomentavam (ou não) práticas, locais e condições de lazer tanto para moradores quanto para turistas de Ouro Preto no final dos anos 1990 (GUIMARÃES, 1997). Sarah Teixeira Soutto Mayor produziu *Lazer, mercado e corpo: um estudo sobre a juventude no carnaval de Ouro Preto*, em que buscou compreender, a partir do processo de mercadorização do carnaval em Ouro Preto, como a juventude, em destaque, seus corpos, tornou-se produto principal da festa promovida de forma distinta para turistas, moradores e estudantes da cidade em 2009 (SOUTTO MAYOR, 2009).

O mais recente dos trabalhos, *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e*

equipamentos é um livro resultante de uma pesquisa envolvendo diferentes instituições de ensino e abrangendo três áreas de conhecimento: Educação Física, Turismo e Geografia. Escrito com a colaboração de diversos autores (pesquisadores de graduação, pós-graduação e professores), ao mapear os espaços e equipamentos de lazer de Ouro Preto e Mariana entre 2010 e 2011, bem como diagnosticar as manifestações de lazer nesses locais, discutem aspectos associados ao esporte, turismo, à saúde e deficiência física (ROSA, 2013).

Esses trabalhos sobre os divertimentos em Ouro Preto tiveram abordagens e temporalidades distintas, sendo que nenhum deles deu destaque aos divertimentos na cidade no final do século XIX, período de muitas transformações no Brasil, especialmente a partir de 1870 quando já se anunciava a mudança de sistema político do regime Imperial para o Republicano. No contexto de mudanças, especificamente entre o final do século XIX e início do século XX, outros trabalhos sobre divertimentos em Minas Gerais contemplaram cidades como Juiz de Fora, São João Del Rei, Montes Claros e Belo Horizonte (ADÃO, 2001; RODRIGUES, 2006; RIBEIRO, 2007; CUNHA JÚNIOR *et al.*, 2011; CALEIRO; SILVA; SOUZA NETO, 2011; ADÃO; LIMA, 2011). Mas Ouro Preto ainda carecia de um primeiro olhar sobre os divertimentos nesse período.

O final do século XIX simbolizou um tempo de rupturas com o passado, resultando em progressiva alteração no cotidiano individual e coletivo da população tanto do campo quanto da cidade, modificando principalmente a vida de residentes das capitais dos Estados, como São Paulo, Porto Alegre, Manaus, Recife, Salvador e a capital federal, Rio de Janeiro (NEVES, 2003; MANTOVANI, 2005). Ouro Preto, então Capital de Minas Gerais, também foi afetada pelas “transformações drásticas no modo de vida” de seus habitantes (SEVCENKO, 1998a, p. 10), que aludiam ao progresso e à noção de civilidade.

Uma sequência de acontecimentos e revoluções, como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e mais significativamente a Revolução Científico-Tecnológica⁷, impulsionou o surgimento de novos modos de viver, novos valores, novas instituições, o que alicerçou o pensamento republicano e influenciou transformações que teriam repercussão em diferentes dimensões das cidades, como a social, a cultural e a econômica (SEVCENKO, 1998a; 2001; NEVES, 2003).

Foram vistos os meios de comunicação se expandirem de jornais e revistas para

⁷ A Revolução Científico-Tecnológica abarca um conjunto de descobertas e conquistas, notadamente da ciência e da tecnologia, que contribuiu para a formação de uma nova civilização, modificando estruturas domésticas, de trabalho, sociais, pessoais, administrativas, políticas etc. (SEVCENKO, 1998a; 2001). Mais que uma continuidade da Revolução Industrial, ela teve desdobramentos em áreas da industrialização, da ciência, da medicina, da farmacologia, das comunicações, da higiene e profilaxia, entre outras. Sobre o conceito e os desdobramentos de Revolução Científico-Tecnológica, ver Sevcenko (1998a; 2001).

rádios, telefones, telégrafos e linotipos; os meios de transporte ganharem mais velocidade nas águas, com o aumento da potência dos transatlânticos e com os submarinos e, em terra, com os carros automotivos e as linhas férreas com trens alcançando até 100 Km/h; a manufatura perder espaço para a industrialização. Vislumbrava-se a possibilidade de voar com os dirigíveis, zepelins, balões e até mesmo o avião, obra do brasileiro Santos Dumont em 1906; as casas passaram a poder desfrutar de forno elétrico, da lâmpada incandescente e do fogão elétrico, e a ciência caminhava com a física e a química propondo desde a teoria da relatividade até a hidrogenação para fabricação de margarina. A medicina europeia avançava com tratamentos da febre tifoide, da tuberculose e da peste bubônica, entre outras, enquanto no Brasil, higienistas e sanitaristas se destacavam por suas contribuições à saúde, ao saneamento e estruturação das cidades e à educação (NEVES, 2003).

Essas foram algumas das diversas transformações que desestabilizaram as estruturas das sociedades “tradicionais”, imprimindo-lhes novos modos de vida e novo dinamismo em diversos contextos, com destaque aos contextos econômico e social, inclusive no Brasil (SEVCENKO, 1998a). As cidades foram reconfiguradas com a migração da população das zonas rurais para as zonas urbanas e, posteriormente, com grupos originados pela abolição da escravidão (NEVES, 2003).

Associado a isso outra série de eventos como a Guerra do Paraguai, que causou danos no contexto político, social e econômico brasileiros e insatisfação com a administração Imperial (SOUZA; MURGUIA, 2015), indicava que o Imperialismo, regime governamental do Brasil nesse período, parecesse insuficiente para administrar tantas mudanças. Ao Imperialismo foram atribuídas “a decadência moral, a desorganização administrativa e as perturbações econômicas [do país], que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente” (MANIFESTO, 1870, p. 1).

Um novo sistema de governo, a República, passou a ser uma aspiração representada principalmente pelo *Club Republicano*⁸. Em 3 de dezembro de 1870, o jornal “A República” publicou o Manifesto Republicano, assinado por 60 membros do referido *Club*, organizando e justificando a proposta do novo regime político para o país. Nele, a intenção de aproximar o país dos “Estados modernos” e colocar o Brasil “em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte” (MANIFESTO, 1870). Essas pretensões, segundo o Manifesto Republicano, não se

⁸ Grupo criado no Rio de Janeiro logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) em defesa da implantação de uma República federativa no Brasil. Após a publicação do Manifesto Republicano, outros clubes semelhantes se surgiram pelo país (SILVA, s./d.).

concretizariam se o Imperialismo permanecesse e, para que fossem alcançados tais objetivos, alterações em diferentes âmbitos eram necessárias para condizer com as transformações que estavam acontecendo nos continentes, inclusive na América.

Proclamado em 15 de novembro de 1889 em substituição ao Imperialismo, o regime republicano propunha desenvolvimento e modernização com base na ordem e no progresso do país e da nação em níveis econômicos, sociais e culturais, aliando de forma utópica símbolos de tradição e conservadorismo ao que se pretendia e considerava moderno (SEVCENKO, 1998a).⁹ Acreditava-se que a República resolveria os problemas de mudanças demográficas que promoviam multidões de grupos e que acarretavam também em doenças sanitárias, sociais e espaciais na cidade (MARINS, 1998). A nova elite, formada por políticos, cientistas, médicos, artistas, militares, intelectuais, engenheiros, arquitetos, urbanistas, administradores e técnicos,¹⁰ precisava sanar os problemas e controlar as multidões.

Nesse sentido, as ações e intervenções partiam dos que governavam e administravam cidades, Estados e países, e que mobilizavam intelectuais e o próprio poder público para educar, curar, disciplinar e civilizar as multidões; do mesmo modo, reformavam as cidades também para conter as multidões e, para diverti-las, “usavam nos grandes parques os mesmos maquinismos usados nas fábricas e para amenizar a distância entre a multidão e a natureza, criada principalmente pela expansão do trabalho fabril, eram construídos os grandes parques urbanos como o Central Park em Nova York ou o Bois de *Boulogne* em Paris” (NEVES, 2003, p. 7).

Os divertimentos também ganharam atenção em tempos em que a reforma das cidades e o incentivo ao trabalho tinham maior importância, pois como elemento cultural presente na vida de qualquer pessoa, os divertimentos foram adquirindo sentidos variados, como regenerar, educar, curar, disciplinar, civilizar, através de práticas diversificadas, como contemplar, caminhar, conversar, dentre outras práticas vivenciadas no século XIX. Práticas essas que permitiram contato e troca entre pessoas, possibilitaram vivências de prazeres e vícios, bem como a transmissão de mensagens e o estabelecimento de normas, que se desdobraram em comportamentos cotidianos tanto no convívio social quanto no ambiente de

⁹ Uma ponderação importante é que o advento da República foi resultado de uma série de fatores para além do ideário de modernização. Interesses de poder e controle também estavam envolvidos na proposta de alguns republicanos. Leituras interessantes que mostram diferentes aspectos da República no Brasil são as de Mattos (1989), Freyre (2015) e Sevcenko (1998; 2001).

¹⁰ Essa delimitação do grupo *elite* do século XIX está em Sevcenko (1998a). Acrescenta-se a ela as considerações de Melo (2015a). Para o autor, no século XIX a elite era formada por pessoas que detinham poder econômico e/ou por aqueles que influenciavam culturalmente o desenvolvimento da sociedade, podendo ser, por exemplo, políticos, aristocratas e proprietários de terras, meios de produção e/ou de grandes negócios na cidade, nos ramos financeiro, industrial e comercial.

trabalho.

O termo divertimento deriva

do latim tardio *diversio, ónis* ‘digressão, diversão’, do verbo latim *divertere* ‘afastar-se, apartar-se, ser diferente, divergir’, reporta-se ao desvio de algo útil para algo inútil, ao afastamento de um trabalho precioso, de qualquer séria ocupação, para se entregar a outra ocupação menos necessária. Divertir, fazer uma diversão, é tirar, ou diminuir a aplicação de algum estudo, negócio. Desviar de alguma ocupação, empresa, etc (ROSA, 2004).

A princípio, os divertimentos tinham conotação negativa, o que foi modificado com o passar do tempo, já que os divertimentos são práticas sociais e culturais que ganham sentidos e significados de acordo com o tempo e espaço em que estão inseridos (MELO, 2011). Nesse sentido, alguns divertimentos passaram a ser considerados positivos, como mostra Duarte (1993) ao falar, por exemplo, de espetáculos, especialmente as comédias. A autora disserta sobre como esses espetáculos foram condenados no século XVIII como “escola de desonestidades, oficina de bruxaria e forno da Babilônia”, ainda que fossem utilizados por jesuítas para fins didáticos e doutrinários; e como no século XIX começaram a ser considerados como “sinais de civilização” ao serem usados como instrumento divulgador de determinados ideais tidos como positivos para “o espírito dos moços” e para a sociedade.

Santos (2011b), ao falar dos divertimentos em Recife entre 1822 e 1850, expõe modos de organização e controle social através dos divertimentos, observando que os momentos de diversão não se dissociam dos demais momentos da vida de um ser humano, estando inseridos em um contexto histórico e social, sendo modificados por esse contexto tanto quanto podem modificá-lo. Por isso, momentos e práticas de divertimentos são utilizados como ferramentas na tentativa de implementação do novo, bem como na tentativa de controle da sociedade (SANTOS, 2011b). Como sugeriu Sant’Anna (1994), ao tratar do lazer na São Paulo de 1969-1979, o lazer pode ser entendido como um “dispositivo” de controle, poder e saber que atende a diferentes funções, o que pode ser dito também dos divertimentos.

Todavia, é interessante considerar que além dos aspectos citados, os divertimentos também se associavam a interesses políticos e econômicos por diferentes motivos, como a interferência na dinâmica das cidades e da vida das pessoas. No universo de possibilidades dos divertimentos, pode-se dizer que no século XIX os divertimentos figuraram como estratégias para transformação ou (re)construção urbana, uma vez que eram tidos como um dos indicativos de progresso, civilidade, urbanidade e modernidade (SEVCENKO, 1998b;

DUARTE, 1993; RODRIGUES, 2006, VILHENA, 2008; KARLS; MELO, 2014; MELO, 2015c; 2015b; MELO; SANTOS, 2017).

Ver-se-á que esses conceitos fundamentaram muitos acontecimentos principalmente em Ouro Preto no último triênio do Oitocentos, período no qual a cidade passou pelo impasse de perder ou não o título de Capital do Estado, o que originou muitos projetos e intervenções pretendidas e realizadas na cidade, como parte de um grande plano de melhoramentos. Para organização, fiscalização e realizar esse plano, foi criada em 1891 a Comissão dos Melhoramentos da Capital.

Intervenções de ordem física fizeram parte dos projetos de melhoramentos, tais como: alteração do traçado urbano e de fachadas de prédios públicos e particulares; supressão de morros; realocação de cemitérios e da Santa Casa de Misericórdia, entre outras. Além dessas, outras questões foram tratadas pela Câmara Municipal, como a situação de crianças órfãs e de animais e lixo nas ruas; e a dinâmica de mercadores, atravessadores e comerciantes.

Os divertimentos também foram contemplados nas intervenções e projetos de melhoramento da Capital de Minas. Melhorar significava desenvolver, embelezar e higienizar a cidade através dos comportamentos dos sujeitos. Nesse sentido, a preocupação com os divertimentos é compreensível, já que eram também formas de educar e controlar corpos e comportamentos (HASSE, 1999; ROSA, 2005; SANT'ANNA, 2007; DALBEN, 2014) e, em meio ao acontecimento republicano, fizeram parte da construção do moderno em cidades, como, por exemplo, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2006; SEVCENKO, 1998b).

Foi identificado que em Ouro Preto, no século XIX, houve investimentos para alterar a imagem colonial da cidade, procurando dar a ela uma imagem condizente com o ideal republicano, implementando novos hábitos e/ou modificando alguns antigos, na tentativa de manter a cidade como Capital de Minas Gerais. Alguns exemplos disso são espaços planejados, como o *boulevard*, que conteria um jardim público e um teatro; o Morro da Forca, que também abrigaria um jardim público e edifícios para proporcionar diversões variadas; um novo teatro e novos jardins espalhados pela cidade. Além dos projetos arquitetônicos, houve atenção voltada para leis que permitiam certas práticas de divertimento, como o carnaval, e proibiam outras, como o entrudo.

Essas ações partiram da Câmara Municipal de Ouro Preto, composta por uma elite preocupada com questões de ordem e progresso, questões que se apresentavam como discurso vigente. Os documentos camarários podem expressar muito mais as aspirações e ações de uma minoria que pretendia controlar o cotidiano da população do que o próprio cotidiano e acontecimentos para além das pretensões da Câmara Municipal. O que apresenta um ponto de

vista sobre a cidade e, neste caso, os divertimentos, que não tira o mérito desta pesquisa.

É possível pensar que a característica do grupo que compunha a Câmara Municipal tenha colaborado para resistências da população às imposições e normas propostas, o que foi percebido algumas vezes através de registros em infrações daqueles que continuavam a praticar divertimentos considerados ilícitos. Ouro Preto foi agraciada por uma pluralidade de culturas com origens/influências e características diversas como, por exemplo, portuguesa, paulista e, principalmente, africana fosse nos divertimentos, na religiosidade, em crenças e rituais, nos costumes domésticos ou qualquer outro aspecto. Práticas culturais notadamente de origem/influência africana podem ser percebidas na arquitetura barroca ou em manifestações sociais e culturais, como Congado e danças de batuques, por exemplo. Tais práticas eram consideradas incivilizadas dentro dos novos padrões estabelecidos por uma classe dominante, ou seja, dentro dos novos padrões de civilidade condizentes com o ideal de progresso influenciados pelos modos europeus.

De acordo com Marzano e Melo (2010) ao tratarem da vida divertida do Rio de Janeiro de 1830 a 1930, os debates a respeito de progresso e civilidade aos moldes europeus se intensificaram entre fins do século XIX e início do XX, configurando a busca por modernidade.¹¹ Faz-se importante frisar que muitos trabalhos consideram os acontecimentos da virada do século XIX para o XX como modernos ou aspirantes à modernidade. Nesse contexto, transformações, permanências, desaparecimentos e surgimentos de práticas que se baseiam em manifestações culturais tradicionais ou não tradicionais, tornam-se comuns em uma dinâmica de negar o antigo/antiquado em prol do novo, como consequências de ideais e aspirações de (novos) tempos (MEDEIROS, 1975; REQUIXA, 1977).

Mesmo que as mudanças ocorridas em Ouro Preto e em demais cidades brasileiras no final do século XIX possam ser consideradas parte de um movimento em busca do moderno, o termo *modernidade* foi encontrado raras vezes nos documentos mobilizados nesta pesquisa e, por isso, será também pouco empregado neste texto. Utilizar-se-á primordialmente *civilidade* e *progresso*, termos muitas vezes frisados como justificativa para diversas ações e intervenções propostas pela Câmara Municipal na então Capital mineira, tendo em vista a compreensão a partir de Le Goff (1990), que apresenta os termos *moderno* e *progresso* como equivalentes no século XIX.

¹¹ Para Le Goff (1990), o progresso está associado ao conceito de modernidade do século XIX, diferentemente do conceito empregado no século XVI, que muda no decorrer do tempo. Para o autor, a *modernidade* assume sentidos distintos em épocas e contextos também distintos. Para conhecimento de uma interessante discussão sobre *moderno*, *modernização* e *modernismo*, ver Le Goff (1990, p.167-203), que dedica um capítulo inteiro a esses conceitos.

Embora Ouro Preto fosse a Capital de Minas Gerais há mais de um século e, por isso, tivesse estrutura de uma cidade capital, ela não mais oferecia condições para o progresso almejado pelo Estado e as inovações que a República pretendia, as quais incluíam fatores sociais, culturais, políticos, econômicos, materiais, estéticos/arquitetônicos, entre outros (PAULA, MONTE-MÓR, 2004). Com uma imagem associada ao passado colonial e com características geográficas limitadas em relação aos ideais republicanos, a cidade precisaria se adequar e, assim como ocorreu similarmente em outras cidades brasileiras, passou por transformações no último triênio do século XIX. No caso de Ouro Preto, o motivo principal das transformações foi reverter a ameaça de perder a condição de Capital mineira.

Nas palavras de alguns vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, em correspondência expedida em 1893 ao Presidente e demais membros do Congresso Mineiro, Ouro Preto era a “mais nobre dentre todas [as cidades], legendaria cidade, lar ardido do governo, berço das conquistas liberais, [...] cidade educadora do povo, sede primeira [em que] se introduziu o uso das leis”.¹² Mas, diante do advento da República em fins do século XIX que, para além de um sistema político, propôs mudanças de âmbito social, cultural e urbano, a cidade passou a ser questionada quanto aos requisitos necessários para se manter Capital do Estado, apesar das qualidades destacadas por vereadores da Câmara Municipal. Assim, os debates sobre a transferência da Capital visavam encontrar um novo local que apresentasse clima, topografia, riquezas naturais, condições de higiene, beleza, localização central, entre outros requisitos necessários para desenvolver os valores clamados pelo processo de urbanização e civilização (BARRETO, 1936a).

Vale destacar que antes mesmo das discussões republicanas, a possibilidade de transferência da Capital já havia sido abordada em anos anteriores, como 1789, 1833, 1843 e 1851 (BARRETO, 1936a; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1989). Embora os argumentos fossem semelhantes em todas as vezes, como produtividade do solo, salubridade e problemas de segurança em decorrência principalmente dos conflitos pelo ouro, as tentativas não obtiveram sucesso. Somente em 1867, concomitantemente aos rumores da República, o assunto da transferência da Capital ressurgiu com mais força e, em junho de 1868, os governantes de Ouro Preto decidiram se resguardar para evitar mais discussões sobre o tema iniciando o projeto de construção da Estação Ferroviária para tentar resolver um dos pontos desfavoráveis à cidade: o acesso a diferentes áreas de Minas Gerais e à Capital do país, Rio de Janeiro (BARRETO, 1936a).

¹² APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 7 de Julho de 1893, f. 179.

Esse foi o primeiro de muitos projetos em que a Câmara Municipal investiria para que Ouro Preto continuasse sede do governo mineiro. Alguns se concretizariam por completo, como o sistema de esgoto, o novo cemitério e o nivelamento de algumas ruas; outros ficariam inacabados, como as construções de quiosques, jardins e casas para diversões no Morro da Forca; e houve aqueles que nem saíam dos papéis, como o *boulevard* e o novo teatro.

Visto o momento pelo qual passava Ouro Preto e entendendo que os divertimentos compuseram a dinâmica na cidade diante de questões provocadas principalmente a partir da ideia e efetivação da Proclamação da República no Brasil, o objetivo desta pesquisa foi estudar os divertimentos em Ouro Preto, de 1870 a 1900, a fim de identificar quais eram os divertimentos e como eles aconteciam na cidade, bem como verificar se houve relação entre eles e os melhoramentos da Capital na tentativa de manter Ouro Preto como Capital do Estado de Minas Gerais.

Assim, como um garimpeiro que vai até a mina e extrai o material para o bateio até encontrar a gema a ser lapidada; busquei pelos documentos camarários, de onde pude extrair a riqueza de informações para conhecer sobre os divertimentos em Ouro Preto.

Cada fonte ou temática explorada ao longo desta dissertação fornece um manancial inesgotável de indagações e possibilidades de escrita, impossível de ser apresentado em uma dissertação. Por isso, a proposta aqui é mostrar parte do que foi visto e pensado a partir de “registros de memória” de Ouro Preto, tendo como centralidade possíveis relações entre os divertimentos e a cidade. Aqui a expressão usada está baseada em Santos (2013) que afirma que os documentos camarários – utilizados nesta dissertação – “guardam importante registro da memória social, política, administrativa e cultural” (SANTOS, 2013, p. 5).

Penso que os registros de acontecimentos cotidianos contidos nesses documentos dão pistas sobre os contextos social, político, administrativo e cultural da cidade, convertendo metaforicamente os documentos camarários em registros de memórias. Considero, ainda, tanto a colocação de Santos (2013) quanto as colocações de Le Goff (1990), que sugerem que os documentos são “materiais da memória” (LE GOFF, 1990, p. 535) e podem ser também registros de diferentes tipos de memória a partir da(s) interpretação(ões) do historiador sobre o documento. Interpretações essas estabelecidas a partir de sua visão do passado e/ou de sua vivência do/no presente, tanto quanto a partir da intencionalidade por trás de sua escrita. Desse modo, esta dissertação expressa uma das possíveis versões da história dos divertimentos em Ouro Preto que, como sugere Le Goff (1990), é dinâmica e pode adquirir reinterpretções constantemente.

A dissertação contém uma parte dedicada à apresentação da metodologia utilizada para a construção deste trabalho, intitulada *Caminho metodológico*. Nela serão abordados: a pesquisa bibliográfica, o uso das fontes documentais e o Arquivo Público Municipal de Ouro Preto – APMOP, principal arquivo consultado para esta pesquisa. Em seguida estão escritos os capítulos que tratam dos divertimentos, considerando a dinâmica da cidade, especialmente os almejados melhoramentos.

Primeiro, o capítulo intitulado *Ouro Preto: Capital mineira* apresenta brevemente a ambiência em que se inseriam os divertimentos em Ouro Preto no final do XIX, mencionando características da cidade.

No capítulo *Divertimentos na cidade*, serão apresentados práticas e espaços de divertimentos em Ouro Preto no período estudado, com destaques aos espetáculos e ao teatro, aos botequins e práticas que decorriam ou se associavam à bebedeira iniciada nesses espaços e aos festejos na cidade. Tais destaques derivam da diversidade de informações encontradas nos documentos camarários que viabilizaram possíveis relações estabelecidas entre práticas, espaços e sujeitos, como, por exemplo, divertimentos e intenções de moralizar e educar a população no momento de transformação pelo qual Ouro Preto passava.

Logo depois, o capítulo intitulado *Progresso, civilidade e embelezamento da cidade: os melhoramentos da Capital e os divertimentos* mostra como os divertimentos fizeram parte de ações e intervenções no aspecto físico da cidade, intensificadas a partir de meados de 1880. Isso porque, como será visto, no último triênio do século XIX as alternativas para manter o posto da Capital se tornaram pauta obrigatória nas discussões da Câmara Municipal de Ouro Preto. A principal preocupação dos governantes da cidade era com os melhoramentos, que poderiam garantir à cidade a manutenção de sua posição perante Minas Gerais e que compreendiam majoritariamente em obras de alterações no traçado urbano da cidade, bem como em planos e ações para levar à cidade o progresso necessário para associar as riquezas do passado com os novos valores do presente.

Por fim estão escritas as *Últimas considerações*, parte destinada à apresentação de alguns divertimentos que, pelas limitações das fontes utilizadas nesta pesquisa, não puderam ser melhor explorados, mas que merecem destaque por indicarem maior diversidade de divertimentos na cidade e a possibilidade de diferentes dinâmicas no contexto das diversões em Ouro Preto. Além disso, ao escrever as considerações finais desta dissertação, são propostas temáticas para futuros trabalhos.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

*A história é busca, portanto escolha.
Le Goff (2001, p. 24)*

Para falar sobre os divertimentos, foram escolhidos como recorte espacial o distrito sede de Ouro Preto e para o recorte temporal as décadas de 1870 a 1900, período de efervescência nas discussões sobre a retirada da Capital mineira da referida cidade.

Embora a mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte tenha ocorrido em 1897, a escolha do marco inicial do recorte temporal em 1870 foi feita com base em informações que mostram relação das discussões sobre a transferência da Capital para outro local com o advento da República. As informações são:

1) De acordo com Barreto (1936a) e com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1989), ao longo dos anos de 1800 houve quatro momentos em que a mudança da Capital fora proposta, mas em 1867 a ameaça de Ouro Preto perder o posto foi a mais efetiva dentre todas. As discussões acerca de reformas e transferência da Capital de Ouro Preto para outro local começaram a ganhar importância na década de 1870, pautadas em debates sobre ideais republicanos. Essas discussões foram intensificadas e acaloradas na década de 1880, permanecendo como pauta importante por toda a década de 1890 (BARRETO, 1936a).

2) A publicação do Manifesto Republicano foi considerada um marco para o advento da República no Brasil (MATTOS, 1989; PESSOA, 1970; NEVES, 2003). Datada de 3 de dezembro de 1870, a publicação do Manifesto ajudou a disseminar ideais que acabaram justificando a retirada da Capital de Ouro Preto, já que a cidade continha características incompatíveis com o que o novo regime político pretendia.

O marco final do recorte temporal acompanha o processo de transferência da Capital mineira e os acontecimentos decorrentes da mudança. De acordo com Natal (2007), em 1895 as autoridades políticas ouro-pretanas já não tinham mais como dar continuidade às ações e intervenções feitas e previstas para a cidade a fim de manter Ouro Preto como Sede Administrativa do Estado. As obras de melhoramentos foram desaceleradas a partir de então, com a mudança da Capital praticamente determinada e, em 1897, foi efetivada a mudança da Capital do Estado para Belo Horizonte. Pensando em verificar alguma mudança ou permanência imediata, as investigações foram estendidas de 1897 para 1900.

Sabendo o que e qual período pesquisar, foi preciso escolher o como, qual

caminho seguir para indagar e explorar a temática. O primeiro passo foi dado em direção à pesquisa bibliográfica, que tem como uma das características proporcionar maior familiaridade e conhecimento do tema a partir do contato com “experiências de pesquisa e teorias que foram desenvolvidas por diferentes autores que possuem proximidade com o tema escolhido” (GOMES; AMARAL, 2005, p. 63). Quando combinada com a pesquisa documental, contribui para o “aprofundamento de conhecimentos sobre diferentes abordagens de um tema ao longo do tempo, ou ainda para a identificação das relações e dos vínculos entre processos de construção, resultados e aplicações do conhecimento” (GOMES; AMARAL, 2005, p. 64).

A pesquisa bibliográfica deste trabalho abrangeu artigos, teses, dissertações, livros e trabalhos de memorialistas, para o levantamento da produção sobre a história dos divertimentos no Brasil, sobretudo em Minas Gerais e em Ouro Preto, bem como sobre a história de Ouro Preto. Grande parte do material consultado está disponível em bases virtuais, mas acervos físicos, como as bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, de Minas Gerais, também ofereceram rico material.

A utilização de trabalhos de diferentes naturezas foi interessante para a compreensão do contexto e do objeto estudado. Como já ressaltaram Caleiro, Silva e Souza Neto (2011), historiadores e memorialistas produzem seus estudos de forma distinta, mas oferecem, cada qual à sua maneira, material suficiente para que sejam vislumbrados “uma multiplicidade de aspectos, ideologias e construções culturais acerca dos modos de vida, pensar e agir de grupos e indivíduos” (CALEIRO; SILVA; SOUZA NETO, 2011, p. 56).

Na busca por trabalhos que se relacionassem à temática central desta pesquisa, foram encontrados onze estudos que enfatizam práticas de divertimentos em Ouro Preto, em diferentes tempos, como já citado anteriormente (GUIMARÃES, 1997; LOPES, 1998; 2004; ROSA, 1998; 2005; 2013; ARAÚJO, 2000; BERNARDES, 2006; SOUTTO MAYOR, 2009; 2012; SILVA, 2015). Ter conhecimento desses trabalhos e suas discussões possibilitou melhor compreensão tanto da cidade quanto dos divertimentos em Ouro Preto. Se o passado é visto através de perspectivas do presente (VASCONCELLOS, 1968; LE GOFF, 1990), os diferentes trabalhos ampliaram as perspectivas, facilitando e enriquecendo a construção desta dissertação.

Depois dos passos dados em direção à bibliografia, era preciso caminhar para as fontes documentais. Na pesquisa documental foram utilizadas fontes camarárias. Ao consultar trabalhos sobre Ouro Preto no período de transferência da Capital mineira (MANTOVANI,

2007; NATAL, 2007; FONSECA, 2016), foi possível constatar que houve utilização tanto de jornais como de fontes camarárias para a construção de narrativas que ofereceram interessantes pistas sobre os divertimentos na cidade.

Muitas pesquisas historiográficas sobre divertimentos no Brasil têm utilizado periódicos publicados na imprensa de determinado período e local, especialmente jornais, como principais fontes de interrogações (RODRIGUES, 2006; RIBEIRO, 2007; VILHENA, 2008; NETO; SILVA, 2009; SOUZA NETO, 2010; ROSA *et al.*, 2011; CALEIRO; SILVA; SOUZA NETO, 2011; TAVARES; VOTRE, 2013; DIAS, 2013; SANTOS JUNIOR, 2013; MELO, 2014; 2015d; TEREZANI, 2016). Rodrigues (2006), por exemplo, ao abordar sociabilidades desenvolvidas em Belo Horizonte entre os anos de 1894 a 1920 a partir de relações estabelecidas entre a cidade, o esporte e o lazer, sinaliza a relevância do uso dos periódicos como fonte para desenvolver o tema proposto, além de apresentar inúmeros vestígios encontrados nos jornais sobre o lazer e os esportes em Minas Gerais no mesmo período. Seu trabalho aponta caminhos para o entendimento dos esportes e do divertimento na capital mineira e assinala que a imprensa, jornais e revistas, exprime representações da vida cotidiana da cidade mediante marcas da vida social deixadas por seus moradores, que poderiam traduzir-lhes os modos de viver e de se divertirem nessa cidade através de narrativas do cotidiano (RODRIGUES, 2006).

Por isso, num primeiro momento cogitou-se a pesquisa com base em periódicos, já conhecidos como importante fornecedor de pistas e de fatos. Contudo, os documentos camarários despertaram maior interesse pelo desafio de pesquisar em fontes ainda pouco exploradas por estudos sobre divertimentos, quando comparados com o uso de periódicos.

Os documentos camarários tiveram seu potencial como fonte para o estudo dos divertimentos demonstrado em alguns trabalhos como, por exemplo, o de Duarte (1993). Ao falar sobre o circo e o teatro em Minas Gerais no século XIX, a autora associou notícias e anúncios de jornais a relatórios do Presidente da Província, legislação mineira do período, leis regulamentadoras dos espetáculos, relatos de viajantes e obras sobre o teatro no século XIX. Essa opção metodológica possibilitou, dentre outras coisas, saber como espetáculos de circo e de teatro eram realizados em diferentes regiões de Minas Gerais e qual foi a dinâmica das cidades que receberam esses espetáculos.

Outro destaque é o estudo de Rosa (2005), que explorou documentos camarários, cartorários e eclesiásticos junto à iconografia para falar sobre educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica, baseando-se especialmente em desvios registrados em processos-crime nos autos de devassa. Tais documentos deram pistas para a autora escrever sobre a relação

entre pessoas e seus corpos e processos de educação através da diversão, interferindo também nas questões de doença.

Nakayama (2016) também utilizou processos-crime e os associou a outros documentos da administração municipal, como legislação e requerimentos, jornais e escritos de memorialistas para abordar os divertimentos em Juiz de Fora no início do século XX, o que possibilitou a narrativa de casos de diferentes diversões em contextos diversos.

A viabilidade e a potencialidade do uso dessas fontes para estudo dos divertimentos mostradas nesses trabalhos foram confirmadas ao longo desta pesquisa que, ao investigar documentos camarários, considerou que a compreensão da história, ou de partes e versões dela, se dá por caminhos onde “os textos ou os documentos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interroga-los” (BLOCH, 2001, p. 79). O que se espera é que as indagações tenham sido suficientes para estabelecer relações entre práticas de divertimentos, indivíduos que se divertiam e/ou pensavam sobre os divertimentos e a cidade de Ouro Preto.

Definido o tipo documental a ser investigado, o próximo passo nessa caminhada foi acessar e consultar os documentos camarários disponíveis no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto – APMOP para identificar suas características e iniciar o garimpo por vestígios e evidências sobre os divertimentos em Ouro Preto.

O processo de leitura e coleta de informações abrangeu 208 documentos disponíveis no APMOP e durou pouco mais de quatro meses. As fontes selecionadas para esta pesquisa foram fotografadas e armazenadas em *notebook*. Subsequentemente, as informações coletadas foram registradas em fichas de coleta de dados (Apêndice 1), em que constam especificações do documento, transcrição e digitalização de trechos a serem destacados, bem como observações e anotações referentes às relações que poderiam ser feitas a partir das pistas identificadas.

As fichas de coleta de dados foram analisadas e, a partir das análises, foram percebidas e estabelecidas duas categorias com relação aos divertimentos: Espaços de diversão e Práticas de diversão. Destacaram-se as seguintes práticas: carnaval, entrudo, festejos, jogos e espetáculos. Os espaços em destaque foram botequim, clube, jardim, Morro da Força, teatro, quiosques, e rua Jogo da Bola.

No decorrer da escrita desta dissertação surgiram algumas questões que não poderiam ser respondidas somente com base nos documentos disponibilizados pelo APMOP, como por exemplo, a respeito da legislação vigente. No APMOP foi encontrado apenas o Estatuto Municipal, criado em 1894, deixando a incógnita de quais eram as leis anteriores a

esse período. Por isso, foram feitas buscas direcionadas para tentar preencher as lacunas do acervo do APMOP em outros Arquivos, sendo acessados o acervo físico e virtual do Arquivo Público Mineiro – APM e o acervo virtual da Biblioteca Nacional – BN.

Observa-se que nesta pesquisa os documentos camarários são as fontes principais. Entretanto, na fase de elaboração do projeto de pesquisa e definição do problema a ser estudado, foram mapeados 65 títulos de jornais publicados em Ouro Preto entre 1870 e 1900 e disponíveis na hemeroteca digital do APM. Foi feita leitura por amostragem e algumas matérias lidas foram mobilizadas para discussão nesta dissertação.

2.1 O Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP)

Linhares (2006) e Furtado (2009) enfatizaram a importância da organização dos arquivos e disponibilização de acervos para um resultado positivo nas pesquisas historiográficas. Dias (2014) atenta para questões de conservação e preservação de documentos, bem como de acessibilidade dos acervos, podendo nem sempre ser adequadas. Esses autores reconhecem as diferentes realidades sobre os arquivos e acervos encontradas pelo país, que levam em consideração localização e relevância no cenário político e social.

Organizado e de fácil acesso, o APMOP possui um acervo que conta com dois fundos de origem pública: Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP, com datas limite de 1750 – 1970, e Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP de 1931 até os dias atuais (fundo aberto). Esses fundos dispõem de vasta documentação administrativa e legislativa, abrigando os seguintes tipos documentais: acórdãos de vereança; livros de tombos; foros; despesas e registros de expostos; matrículas de escravos; loterias; lançamento e cobrança de impostos; contratos e arrematações; contratos e arrendamentos; eleições da guarda nacional; registros de patentes; provisões; requerimentos; ofícios e despachos da Câmara Municipal; licenças para abertura e baixa de negócios; registros de leis mineiras, imperiais e municipais; correspondências; certidões; atas; indicações; portarias; pareceres; documentos eleitorais; jornais; documentação cartográfica, entre outros. São mais de 1.000 livros e cerca de 260 metros lineares de documentos avulsos referentes principalmente a segunda metade do século XIX e o século XX (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, s./d.). Há ainda os fundos de origem privada: Tarquínio José Barbosa de Oliveira; José Pedro Xavier da Veiga e Tônico Zelador, bem como jornais e revistas publicados em Ouro Preto desde o início do século XIX até os dias de hoje.

Um importante instrumento de organização e referência do APMOP é o Catálogo Geral, organizado nos anos de 2001, 2002 e 2006, em que consta uma relação de documentos disponíveis para consulta tanto no APMOP quanto na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público Mineiro, da Casa Setecentista de Ouro Preto (Casa do Pilar) e no Arquivo Nacional. Nesta pesquisa, foi consultado o Fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) do Catálogo Geral, que é dividido em três partes: Câmara Municipal Parte I – 1711 a 1935; Câmara e Prefeitura Municipal Parte II – 1936 a 1940; e Câmara e Prefeitura Municipal Parte III – 1950 a 1976. Há também alguns documentos organizados em caixas por data e assunto, já enumerados com códigos de arranjo, mas ainda não inseridos no Catálogo Geral, que atualmente passa por atualização.

O Catálogo Geral do APMOP foi uma ferramenta essencial para identificação do acervo e serviu como uma bússola no caminho percorrido durante toda a pesquisa. Foram listados todos os documentos disponíveis no Fundo CMOP, Parte I – 1711 a 1935, que correspondessem ao recorte desta pesquisa (1870 a 1900), e todos os tipos documentais foram consultados. A maioria dos documentos estava em bom estado de conservação, o que facilitou a consulta e a leitura de seu conteúdo. Assim foi possível estabelecer quais fontes seriam ou não pertinentes para a pesquisa sob o critério de oferecerem pistas, de forma direta ou indireta, sobre os divertimentos em Ouro Preto.

Os tipos documentais selecionados foram: atas de sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto, da Junta Municipal; registros de protocolos de requerimentos à Câmara Municipal; registros de correspondências da Câmara Municipal e de Diogo de Vasconcellos; registros de receita e despesa da Câmara Municipal e da Intendência Municipal de Ouro Preto; relação de impostos sobre indústrias e profissões; registros de conta corrente do Procurador da Intendência, do administrador da Câmara Municipal e dos contribuintes de impostos municipais; Estatuto Municipal de 1894; livros de contratos e arrendamentos, contratos e arrematações; relação de negociantes; inventário dos bens da Câmara Municipal e livro de lançamento de resultados das extrações de loteria; bem como os documentos ainda não inclusos no Catálogo Geral do APMOP: “Dossiê” sobre melhoramentos da Capital,¹³ registros sobre infração de posturas; registros de arrecadações e assuntos diversos.

Nesses documentos foi possível perceber interesses da administração municipal e

¹³ Nesta pesquisa foi denominado de *Dossiê* sobre os melhoramentos da Capital tanto os documentos ainda não listados no Catálogo Geral do APMOP (caixa com projetos de contratos, contratos e propostas, relatórios fiscalização de obras, relatório de ações, anotações de prestação de contas, recibos de pagamentos, empréstimos para realização de obras, editais, plantas, parecer jurídico) quanto o registro de documentos sobre as obras de melhoramentos da Capital, de 1892, constante no Catálogo Geral do APMOP com 97 folhas de registros da mesma natureza dos citados anteriormente.

demandas da cidade e, por vezes, de residentes e transeuntes no município. Os assuntos tratados são, comumente, obras e manutenção de ruas, becos e chafarizes; nomeações de cargos públicos; serviços de distribuição de água; aforamento de terrenos; pagamento de impostos; serviços prestados e/ou contratados pela Câmara Municipal, como limpeza e iluminação pública; empréstimos feitos pela Câmara Municipal; construção ou demolição de estabelecimentos, como mercados, açougues, cemitérios e casas particulares; abertura e fechamento de negócios como botequins, restaurantes, oficina de ferreiro, ateliê de fotografia, farmácia etc.; entre outros temas que influenciaram no cotidiano da cidade.

É importante destacar que em Ouro Preto, no período de 1870 a 1900 houve duas legislações em vigor em momentos distintos e disponíveis em diferentes arquivos. No APMOP foi acessado o estatuto municipal de Ouro Preto, criado no governo de Randolpho José Ferreira Bretas, em 1894, para organizar e regulamentar o conjunto de normas que regiam a administração da cidade, bem como as atividades que interferiam em sua dinâmica comercial, social e econômica, a fim de manter a ordem e a estabilidade na municipalidade. O documento consultado é uma edição publicada em 1908 e nele estão descritas disposições gerais sobre as contravenções; regras sobre aforamento e edificações; desempachamento¹⁴ e asseio das povoações; salubridade pública; cominações preventivas de danos; mercancias, indústrias e licenças, inscrições e cobranças anuais; bem como as penas de cada infração ao que rege o estatuto (OURO PRETO, 1894).

Antes de esse estatuto vigorar, as Posturas das Câmaras Municipais da Província de Minas Gerais, datadas de 1830 (OURO PRETO, 1830) e disponíveis no APM eram a regulamentação vigente, ou seja, nortearam o disciplinamento de comportamentos, condutas e ações dos ouro-pretanos durante pouco mais de 50 anos.¹⁵ No decorrer desse tempo foram criadas propostas e resoluções que modificaram algumas posturas. Em 20 de fevereiro de 1884, “tendo em vista melhorar a legislação concernente a policia e economia dos municipios”, a Assembleia Provincial¹⁶ dispôs que as Câmaras Municipais codificassem em um só volume “todas as disposições de suas posturas, propondo as alterações que julgarem necessarias no sentido de uniformisal-as o mais possivel em toda a provincia”.¹⁷

¹⁴ Termo do próprio documento. De origem portuguesa, é um verbo transitivo e pronominal: 1. Desobstruir; desimpedir; desprender dos estorvos; soltar. 2. Aliviar. (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA). Ao consultar o livro sobre urbanismo *Disciplina urbanística da propriedade: o lote e seu destino*, vê-se que o termo está associado à preocupação com a desobstrução das vias públicas (CASTILHO, 2013).

¹⁵ Para fazer referência a esse documento ao longo deste trabalho, será utilizado *posturas de 1830*.

¹⁶ A Assembleia Legislativa Provincial era o órgão responsável por fiscalizar as Câmaras Municipais no exercício de administrar as cidades (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s./d.).

¹⁷ APM - CMOP 3/2, Cx. 04 Posturas 07/01/1840 - 28/04/1885, Série: Documentação interna, Subsérie:

Um registro que se assemelha a um rascunho do volume único de posturas, datado de 1887, foi encontrado no acervo virtual do APM.¹⁸ É importante observar que essas posturas redigidas em 1887 se inseriam no período em que a escravidão era legalizada, portanto, tanto nas posturas de 1930 quanto nas redigidas em 1887 havia artigos específicos sobre comportamento de escravos. Com a abolição da escravidão, em 13 de Maio de 1888, as posturas tiveram que ser reescritas, mas não foi encontrado registro do exercício de reescrita até a publicação do estatuto municipal de 1894. Observa-se que a criação do estatuto na década de 1890 converge com o período de preocupações e intenções de modificar hábitos e costumes em direção à civilidade, ao embelezamento e ao progresso da cidade.

De modo geral, os documentos consultados foram produzidos por presidentes, secretários, fiscais, procuradores ou titulares de algum cargo na administração da Câmara Municipal de Ouro Preto. Mesmo quando o registro se refere a uma colocação da população, como visto em alguns protocolos de requerimentos ou registros de correspondências, os pedidos foram transcritos por empregados da Câmara Municipal e, portanto, estão afetados por sua linguagem. Algumas exceções são vistas em documentos de posturas e assuntos diversos, por exemplo, que apresentam correspondências e solicitações escritas por munícipes ou visitantes de Ouro Preto.

Em todos os tipos documentais investigados predominam assuntos referentes ao cuidado com o traçado urbano e a conservação da salubridade das ruas e dos prédios das cidades; saneamento e higiene e regulamentações diversas, como do comércio, de funções profissionais (dentistas, barbeiros, professores etc.) e de entrada e saída de pessoas e mercadorias, mas sempre há menção aos divertimentos, o que mostra a potencialidade dos documentos camarários como fontes para este estudo.

Nesses documentos há sinais da vida divertida da cidade, seja pelas práticas ou pelos espaços de diversões mencionados. Foram verificados, por exemplo, espetáculos dramáticos, equestres, de prestidigitação, musicais e de touros; jogos de bilhar, de vísporas, entrudo e jogos ilícitos; festejos carnavalescos, religiosos e cívicos; referências à prostituição e ao abuso de bebida alcoólica relacionado a eventos festivos, entre outros. Práticas que aconteceram no *Theatro*, nos botequins, nos hotéis, nas casas de bilhar e em espaços públicos, como nas ruas e jardins, e que serão abordadas nos capítulos seguintes.

Posturas; [3] Doc 37 – acervo virtual.

¹⁸ APM - CMOP 3/2, Cx. 05 Posturas 14/04/1886 - 01/05/1888, Série: Documentação interna, Subsérie: Posturas – acervo virtual.

3 OURO PRETO: CAPITAL MINEIRA

*Guarda o seio das montanhas
Os áureos filões mais ricos
Contemplai os altos picos
Das laceradas entranhas*

*A névoa, que cobre a rocha
Do mais branco e puro véu
Quando a manhã desabrocha
É um beijo que vem do céu.*

Magalhães e Velloso (s./d.)¹⁹

De topografia singular, o traçado urbano de Ouro Preto foi sendo desenhado enquanto os exploradores de suas terras e minas foram se apropriando de seus espaços seguindo as formas da natureza. Entre montanhas e irrigadas por rios, as ruas íngremes e as ladeiras estreitas da cidade que abrigam casarios também irregulares, parecem ilustrar uma imagem urbana desordenada ou ocasional, mas podem ter sido criadas em adequação às condições topográficas da região e às necessidades de seus habitantes e governantes (SALGUEIRO, 1996; CAMPOS, 2012; FONSECA, 2012).

No caso de Ouro Preto, a “concepção orgânica e dinâmica do espaço urbano” (SALGUEIRO, 1996, p. 130) foi também circunstancial, por se tratar da conurbação de diversos arraiais com origem nos ajuntamentos de pessoas em busca do ouro (SALGUEIRO, 1996; CUNHA, 2002; CAMPOS, 2004; CAMPOS, 2012; AMORIM, 2013). A atividade mineradora, estabelecida em Vila Rica por volta de 1690 proporcionou rápido crescimento à vila que se manteve no século XVIII principalmente com base na extração e comercialização do ouro encoberto por uma camada escura e acinzentada, e que era encontrado às margens de seus rios e em suas montanhas e serras (CABRAL, 1969). Essa característica do mineral deu origem ao nome da vila que era formada por arraiais distribuídos de modo esparsos pela região e que se desenvolveram em maior ou menor grau, sendo que dois deles se destacaram:

Os dois principais, Antônio Dias e Fundo do Ouro Preto, logo se diferenciaram dos outros, por sua maior população e poderio econômico, alcançando ambos o direito de possuir Igreja Matriz, fato inusitado para a época. Assim os arraiais do nascente — Paulistas, Taquaral, Padre Faria, Itapanhuacanga (Piedade, Santana, São João e Morro da Queimada), Ouro Bueno (Morro da Queimada) e Alto da Cruz — se tornaram freguesias da Matriz de Nossa Senhora do Antônio Dias. Os arraiais do

¹⁹ Trecho do Hino Municipal de Ouro Preto, integralmente transcrito no Anexo 1.

poente — Caquende (Rosário), Passadez de Cima (Cabeças), e Passadez de Baixo (Passadez) — se tornaram freguesias da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (CAMPOS, 2012, s./p.).

As povoações supracitadas foram unificadas em um mesmo Termo (território municipal) pelo governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 8 de julho de 1711, estando assim fundada Vila Rica que, na organização político-territorial da cidade, estabeleceu-se a partir de duas paróquias: Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição de Antônio. De tal modo que a cidade ficou dividida em dois *concelhos districtais*²⁰: Ouro Preto e Antônio Dias. O registro administrativo sobre Ouro Preto sede – documentos camarários, jurídicos, cartorários etc. - considerava a soma de registros desses dois distritos para dados estatísticos, como, por exemplo, dados populacionais, o que pode ser visto em Vieira (2016) que, ao escrever sobre o período de aparente decadência em Ouro Preto no século XIX, apresenta tabelas sempre relacionando a população do Ouro Preto e do Antônio Dias separadamente.

Assim também era feito com atas de Assembleias Distritais e com livros referentes a eleições paroquiais, sempre com dados lançados em livros de registros distintos para Ouro Preto e Antônio Dias.²¹ A cidade também tem a singularidade de possuir até hoje, no século XXI, duas igrejas matrizes, ou seja, duas sedes eclesíásticas, que deram nome às já citadas freguesias. A preservação dessa característica exprime permanência de padrões e valores gestados em tempos coloniais, o que ultrapassou a questão administrativa da cidade.

Em Ouro Preto há uma lenda sobre a divisão da cidade que remete a certa rivalidade entre os habitantes das freguesias. O símbolo dessa rivalidade está nos apelidos dados aos residentes da freguesia de Antônio Dias, povoada majoritariamente por bandeirantes paulistas, chamados de *Jacubas*, e aos moradores da freguesia do Ouro Preto, predominantemente portugueses, conhecidos por *Mocotós*. Justifica-se que Mocotó é oriundo do boi consumido pelos portugueses e Jacuba é uma espécie de mingau consumido pelos paulistas (CABRAL, 1969; AMORIM, 2013). Tais apelidos não eram bem vistos pelos apelidados e ressaltam uma rivalidade existente entre as duas freguesias. Simbolismos dessa história vivem até hoje no imaginário de moradores da cidade.

²⁰ Neste trabalho, a grafia original dos documentos será mantida nas transcrições.

²¹ Cita-se, como exemplo: APMOP – Livro de Atas de Eleições de Vereadores e Juizes de Paz da Paróquia do Antônio Dias. 1876 a 1880. 50f. Caixa 11 L 14; APMOP – Livro de Registro de Votantes Qualificados da Paróquia do Ouro Preto. 1876 a 1880. 198f. Caixa 12 L 9; APMOP – Livro de Atas de Eleição às Assembleias Geral e Provincial do Distrito de Antônio Dias. 1886 a 1889. 50f. Caixa 16 L 6; APMOP – Livro de Atas de Eleições às Assembleias Provincial e Geral do 1º Distrito de Ouro Preto. 1881 a 1885. Caixa 14 L 20.

É importante esclarecer que a denominação Ouro Preto foi dada tanto à cidade quanto à freguesia. Fonseca e Venancio (2014) explicam que vilas e *concelhos* e, por vezes, paróquia situada na vila, tinham a mesma denominação. No caso de Ouro Preto, a mesma denominação era usada para se referir à freguesia do Ouro Preto (hoje bairro Pilar), à própria cidade (que foi Capital de Minas Gerais) e à Comarca, que diz respeito à organização jurídica e que administrava entre 1870 e 1900, outras localidades ou outros *concelhos districtais* e freguesias, além de Ouro Preto e Antônio Dias.

No período mencionado, estavam sob regimento da Comarca de Ouro Preto as seguintes localidades: Antonio Pereira, Bôa Vista do Aranha, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Jesus Maria José da Bôa Vista, Lavras Novas, Leite, Ouro Branco, Piedade do Paraopeba, Rio de Pedras, Santo Antônio da [____], São Caetano da Moeda, São Bartholomeu, São Gonçalo do Amarante, São Gonçalo do Bassão, São Gonçalo do Tejuco, São José do Paraopeba e Sobedade²². Essas localidades não serão abordadas nesta dissertação que tem como recorte espacial apenas a cidade de Ouro Preto e seu território urbano, possível de ser visualizado na Planta da Cidade de Ouro Preto, feita em 1888 por ordem do Presidente da Província (Imagem 1).²³

²² APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante; APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191f. Caixa 11 L 1; APMOP – Registro de Matrícula dos Empregados da Câmara, Fiscais e Vereadores. 1889 a 1891. 98f. Caixa 17 L 16.

²³ A imagem foi adaptada pela autora com inserções de identificação das freguesias e da Praça da Independência.

Imagem 1 – Planta da Cidade de Ouro Preto



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, Acervo digital, 1888.

A Planta da cidade mostra a Praça da Independência, destacada ao centro, e demais localidades do território urbano, como Água Limpa, Morro São Sebastião, Morro de Sant'Anna, Lages, Cabeças, Morro do Curral, Alto da Cruz e Cruzeiro. Além desses locais, outros não destacados na Planta compunham o território urbano da cidade de Ouro Preto, como Taquaral, Padre Faria e Saramenha.²⁴ Todas essas localidades estavam sob responsabilidade administrativa da Câmara Municipal de Ouro Preto.

No período colonial, as Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local e tinham como principais atribuições: manter a ordem, divulgar deliberações da coroa e realizar o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s./d). No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, ainda que diminuída sua autonomia financeira e administrativa por passarem a ser subordinadas às Assembleias Legislativas Provinciais²⁵ (DOLHNIKOFF, 1990; PIRES; MAGALHÃES, 2012; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s./d).

Em decorrência da proclamação da República, em 1889, as Câmaras Municipais foram substituídas pelos Conselhos de Intendências Municipais em todo o país. Em Ouro Preto, o período de vigor da Intendência Municipal foi de 1889 a 1894, quando as atas de reuniões municipais voltam a ser identificadas como Atas de Sessões da Câmara.²⁶ Por isso, neste trabalho serão feitas referências tanto à Câmara quanto à Intendência Municipal de Ouro Preto de modo equivalente.

Dentre funções como promover a ordem, segurança e comodidade dos habitantes da cidade, a Câmara Municipal devia legislar, fiscalizar e organizar as cidades e seu universo cultural. Por isso é possível encontrar indícios da dinâmica da cidade e da vida cotidiana da população local em documentos camarários (SANTOS, 2013; FURTADO, 2009), em que são frequentes registros de divertimentos, especialmente festejos, relacionados ou não às

²⁴ Localidades essas frequentemente mencionadas em atas da Câmara e da Intendência Municipal e em registros de receitas e despesas da Câmara Municipal.

²⁵ As Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas em 1834 com o propósito de reduzir a distância político-administrativa entre a Capital do Império e as Províncias. Até 1889, ano em que foram extintas e substituídas pelos Congressos, coube a elas, entre outras coisas, fiscalizar e aprovar ações e deliberações das Câmaras Municipais (DOLHNIKOFF, 1990; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, s./d.). Em Minas Gerais, a primeira Assembleia Legislativa foi instalada em 1835, em Ouro Preto.

²⁶ Estudos dizem que as Intendências Municipais vigoraram até 1930 (DOLHNIKOFF, 1990; SANTOS, 2009; PIRES; MAGALHÃES, 2012; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, s./d). Entretanto, os documentos camarários de Ouro Preto apresentam as nomenclaturas *Intendência* algumas vezes tachadas e substituídas pelo termo *Câmara*. Por isso, supõe-se que a Intendência em Ouro Preto vigoraram como parte de uma transição entre regimes políticos, do imperial para o republicano. Além disso, Santos (2009, p. 8) ressalta que “o regimento interno da Intendência tinha como base o adotado pela Câmara Municipal [...] ou seja, o funcionamento da Intendência mantinha-se estruturado de modo semelhante ao da Câmara”, o que pode ter contribuído para a mudança de nomenclaturas identificada nos documentos camarários de Ouro Preto.

instituições Estado e Igreja. De acordo com Furtado (2009, p. 140), festejos dessa natureza

cumpriam um duplo papel, tinham um aspecto pedagógico, ensinando aos indivíduos o papel que eles ocupavam e também relaxavam das contradições existentes na sociedade, sendo “um hábil meio de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica e às distinções sociais da colônia”.

Embora a autora trate do período colonial, essas características podem ser reconhecidas no trato dos divertimentos em Ouro Preto de 1870 a 1900. Nesse período, houve alterações no sentido de quem estava com a responsabilidade de administrar a cidade.

A Câmara Municipal de Ouro Preto era composta por membros das freguesias de Ouro Preto e do Antônio Dias que ocupavam os cargos de juizes, vereadores, procuradores, tesoureiros, secretários e presidentes do município. Durante 1870 a 1900, teve vários presidentes, sendo eles os senhores: Coronel Raimundo Nonato da Silva Athaide, Capitão Antonio Luiz Maria Soares de Albergaria, Sr. Carvalho, Coronel Francisco Teixeira Amaral, Coronel João José de Magalhães, Capitão Domingos Magalhães Gomes, Doutor Marçal, Tenente João Alfredo Athayde, Dr. Francisco de Paula Ferreira e Costa, Comendador Carlos Gabriel de Andrade, Dr. Claudino, Comendador Carlos Gabriel Andrade (Barão de Saramenha), Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos, Dr. Bernardo Monteiro, Sr. Olympio Ferrer de Faria Oliveira e sr. Randolpho Jose Ferreira Bretas.²⁷

De modo geral, os membros da Câmara Municipal deliberavam sobre ações do cotidiano da cidade, de seus residentes e de visitantes que estivessem na cidade a trabalho ou a passeio. No final do século XIX, as deliberações passaram a dar maior importância a questões de higiene, salubridade e embelezamento, relacionando-as às questões da ordem, segurança e comodidade dos habitantes (SANTOS, 2009). Assim também ocorreu em Ouro Preto, cidade que foi Sede Administrativa de Minas Gerais por 177 anos e, nesse ínterim, viu seu cenário urbano nascer e renascer por algumas vezes (FONSECA; VENANCIO, 2014; VIEIRA, 2016). Uma dessas vezes foi no último triênio do século XIX, em que pôde ser observada nos documentos camarários uma dinâmica de crescimento especialmente em finais de 1870 e de declínio a partir de 1885, como será visto mais adiante.

A respeito das alterações do cenário urbano de Ouro Preto, em registros de atas, requerimentos, contratos e documentação de receita e despesa da Câmara Municipal e da Intendência, foram identificadas alterações na tentativa de endireitar suas linhas curvas em

²⁷ Não existe um documento que reúna os nomes dos Presidentes da Câmara de Ouro Preto em mesma listagem. Esses nomes constam nos documentos consultados durante esta pesquisa, que mostram períodos distintos de vigência de seus cargos.

ruas e fachadas. Foram feitos nivelamentos de ruas e passeios; derrubada total ou parcial de morros; colocação de placas de identificação com nome das ruas, numeração dos prédios residenciais e públicos; instalação de iluminação a gás etílico em substituição à luz de querosene. Fachadas das casas e materiais que revestiam chafarizes foram trocados; novos prédios para mercados, matadouro e açougue foram construídos; o cemitério foi transferido de lugar; e espaços destinados aos divertimentos receberam atenção através de planejamento de novos jardins, novo teatro e um *boulevard* ou da manutenção do *Theatro* e de jardins já existentes.

As alterações físicas da cidade eram assunto predominante nos registros da Câmara Municipal e, na maioria das vezes, eram justificadas pelas palavras *progresso*, *civilidade* e *embelezamento*. Essas palavras e a concepção por trás delas justificavam também ações e preocupações dos membros da Câmara Municipal com relação aos problemas que a cidade enfrentava, oriundos, por exemplo, do costume de as pessoas despejarem lixo nas ruas, da difícil distribuição das águas para moradores e da qualidade e do trato de carnes verdes, fatores esses que afetavam a condição de higiene e salubridade de Ouro Preto.

Pôde ser percebido que ao longo das décadas de 1870 a 1900 a preocupação com a condição de higiene e salubridade da cidade aumentou ou, pelo menos, tornou-se bastante frequente nas discussões da Câmara Municipal. Talvez essas condições estivessem relacionadas também a um aumento populacional, possível de inferir a partir de informações contidas em protocolos de requerimentos.

Verificou-se, por exemplo, que entre 1870 e meados de 1880 houve um número significativo de registros de abertura de botequins por toda a cidade²⁸, o que pode significar, entre outros fatores, que havia mais clientes para consumir nesses locais. No mesmo período houve também aumento nos registros de aforamentos, indicando a possibilidade de a cidade oferecer atrativos e condições confortáveis para habitá-la ou potencial para criar essas condições, tanto quanto para gerar renda. O trânsito de tropeiros em Ouro Preto foi mais intenso na década de 1880, como pôde ser observado pelas autorizações expedidas pela Câmara Municipal para que tropas e mercadores pudessem estacionar nos mercados ou pelos pagamentos de impostos dos comerciantes sobre suas mercadorias nas barreiras da cidade.

Dentre os atrativos da cidade, que apresentava vida comercial movimentada e boa estrutura no que concerne a instituições escolares, estavam os divertimentos. Uma variedade

²⁸ Entre 1870 e meados de 1880 foram registrados mais de 20 pedidos e pagamentos de licença para abertura de botequins, número que reduz nos períodos posteriores, em que a maior parte das licenças pagas é para manter os botequins funcionando.

de opções para se divertir era oferecida, fosse pela própria cidade ou por pessoas de fora, que levavam atrações para Ouro Preto. Artistas ou companhias de espetáculos dramáticos solicitavam as chaves do *Theatro* para ali se apresentarem, enquanto companhias e circos pediam autorização para montar palanques onde dariam seus espetáculos. Já residentes da cidade solicitavam auxílio financeiro à Câmara Municipal para a realização de festejos carnavalescos ou pediam isenção de impostos sobre bilhares, uma das opções de jogos em Ouro Preto.

A partir principalmente de 1893, nota-se um declínio na dinâmica da cidade através do aumento de solicitações para dar baixa em estabelecimentos comerciais, como restaurantes e botequins, o que pode indicar diminuição na procura por esses serviços. Ao mesmo tempo, reclamações de proprietários que, ao terem que diminuir o valor dos aluguéis de suas propriedades devido à baixa procura, solicitam também redução nos impostos, sugerem um esvaziamento da cidade depois de anunciada a transferência da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Entre períodos de prosperidade e declínio, alterações e manutenções, foi possível perceber que a cidade lograva uma vida dinâmica, com trânsito de pessoas e mercadorias, proporcionando trocas e mesclas de hábitos, costumes e culturas. Dinâmica essa que ocorria nos espaços públicos e/ou privados da cidade; locais esses de experimentação e potencialização de vivências humanas, controladas ou não, das quais os divertimentos fizeram parte.

Alguns desses espaços estão mencionados nas Indicações feitas na Planta de Cidade de Ouro Preto, (Imagem 1) e que merecem ser destacadas (Imagem 2), pois foram locais de referência na cidade, onde se desempenhavam funções importantes para os ouro-pretanos no século XIX, referentes à segurança das pessoas e da cidade, cura de corpos de doentes, assistência aos pobres, educação dos sujeitos e religiosidade.

Imagem 2 – Indicações feitas na Planta de Cidade de Ouro Preto



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, Acervo digital, 1888.

Entre tantos locais que abrigaram diversas práticas, far-se-á, menção à Praça da Independência, às instituições escolares e à Santa Casa de Misericórdia, pelas relações que foram possíveis estabelecer entre esses locais e a vida divertida da cidade e/ou com os melhoramentos realizados em Ouro Preto na tentativa de mantê-la como Capital mineira.

A Praça da Independência demarca o centro da Capital e separa suas duas principais freguesias: Ouro Preto e Antônio Dias. Além disso, é um dos locais onde ocorreram eventos cívicos e populares como, por exemplo, a reunião da 1ª Brigada Mineira para sair à Guerra do Paraguai, presenciada também por civis em 10 de maio de 1865 (Imagem 3), e o festejo do 50º aniversário do sacerdote Joaquim José de Sant'anna, que contou com uma “suada com grande numero de fogos, lindas peças de musica [...] e majestoso cortejo de povo” (VICENTE, 1887, p. 1).

Imagem 3 – Vista da Praça de Ouro Preto



Fonte: LIEBENAU, Guilherme. Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, 10 mai. 1865.

No período estudado, a Praça sofreu algumas modificações. Por volta de 1870 recebeu um grande jardim público que serviu por algum tempo como ponto de encontro e convívio de moradores e visitantes.²⁹ Em 1984 o jardim foi retirado e substituído pelo monumento em homenagem a Tiradentes, personagem símbolo da Inconfidência Mineira. O monumento posteriormente deu origem ao atual nome da Praça: Praça Tiradentes. Com ou sem jardins, a Praça possibilitou realização de muitas práticas de divertimento, como festejos, reuniões, recreio de famílias, que serão melhor abordados mais adiante.

Quanto às instituições de ensino indicadas na Planta da Cidade, como a Escola de Minas, a Escola de *Pharmacia* e o *Lyceu* de Artes e Ofícios, assim como outras instituições escolares não mencionadas na Planta, mas citadas nos documentos camarários, como a Escola Normal, cabe citar que essas instituições eram locais frequentados por alunos e professores –

²⁹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipaes.

nacionais e estrangeiros – que por vezes foram modelos de civilidade nas últimas três décadas do século XIX. A importância dessas instituições pode ser destacada principalmente pelo que a elite projetava nelas, além da educação: tanto esperança para desenvolver ciência e técnica quanto possibilidade de sanar, ou pelo menos amenizar, problemas relativos ao sustento da cidade, como demonstra Carvalho (2002);³⁰ e ainda por serem espaços civilizadores, como destaca Pedruzzi (2016) ao falar sobre a educação em Minas Gerais no século XIX.

Civilizar estava entre as aspirações dos governantes de Ouro Preto, e os caminhos para isso podiam ser variados. Um desses caminhos estava associado à Igreja. Pedruzzi (2016) apresenta um trecho interessante da legislação de 1827 que delibera sobre os conteúdos que deviam ser ensinados nas instituições escolares em todo o Brasil. Em meio a operações de aritmética, noções mais gerais de geometria, leitura e escrita da gramática de língua nacional, estavam princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana e, para as meninas, acrescenta-se noções de prendas domésticas (PEDRUZZI, 2016). O que parecia vigorar ainda no final do século.

Não por acaso, em duas sessões da Intendência de 1892,³¹ a participação da Igreja na educação dos ouro-pretanos ficou perceptível durante a deliberação da Câmara Municipal sobre investir verba na compra e doação do livro “mulheres do evangelho” para escolas primárias da cidade, o que foi aprovado. Como um local modelador e de ensino, a escola era um lugar potencial para difundir valores que refletiriam nos comportamentos, nos modos e costumes das pessoas, principalmente em uma cidade onde o fluxo de pessoas era considerável e interferia na dinâmica da cidade, alterando comportamentos diante dos intercâmbios promovidos.

Outro caminho para civilizar aproveitando o espaço escolar era através dos divertimentos. Em 7 outubro de 1894 o “Club Recreativo Itacolomy” solicitou à Câmara Municipal “as salas das Escolas Primárias de Antonio Dias para uma soirée”, que concedeu permissão para “os divertimentos”.³² Não foram encontradas outras informações sobre esse *Club*, quem eram as pessoas a ele associadas ou quais atividades ele promovia. Mas Barreto (1936b) cita a inauguração do primeiro *Club* inaugurado em Belo Horizonte em 16 de maio de 1894, denominado *Club Recreativo*. De acordo com o autor, “o fim da sociedade era

³⁰ Minas Gerais enfrentou problemas e até uma crise na mineralogia, principal atividade econômica do Estado, com a Independência do Brasil em 1822 e, de acordo com Carvalho (2002), a Escola de Minas era uma instituição que carregava em si a esperança para enfrentar esses problemas. Em seu trabalho, Carvalho (2002) apresenta uma importante discussão e esclarecimentos sobre o assunto.

³¹ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. 1892, f. 93-93v e 95.

³² APMOP – Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 3 – 1894 (02967 a 03.073). Código de arranjo: 02974.

proporcionar aos sócios meios de diversões, taes como: bailes, jogos das armas, xadrez, bilhares, representações theatraes, corridas a pé e outras quaesquer que a directoria julgasse de utilidade, além de manter uma sala de leitura para uso de seus sócios” e proporcionar lindas festas à melhor sociedade (BARRETO, 1936b, p. 93). É possível cogitar que atividades semelhantes fossem promovidas pelo *Club* Recreativo Itacolomy em Ouro Preto.

Além de informações sobre o *Club* Recreativo Itacolomy, infelizmente também não foram encontrados detalhes desta ou de outras *soirées* em Ouro Preto entre 1870 e 1900, como quais sujeitos se divertiram e quais atividades eram desenvolvidas. Na solicitação apresentada à Câmara Municipal, a comissão do referido *Club* mencionou apenas *divertimentos*. Contudo, a expressão francesa *soirée* (de sufixo *soir*, que se refere às últimas horas da tarde e primeiras da noite) remete ao período de vigília noturna, a reuniões mundanas ou intelectuais realizadas à noite, com exibições de espetáculos, filmes ou música (REY, 1998). Assim sendo, as *soirées* podem ser “reuniões sociais, culturais ou artísticas que ocorrem à noite” (MICHAELIS, s./d).

Almeida (2010) escreve sobre os divertimentos em São João del Rei entre 1870 e 1920 e indica que naquele contexto as *soirées* consistiam em encontros familiares civilizados e ordeiros, em que a “música ruidosa e alegre” conduzia “cavalheiros e damas” da elegante sociedade (ALMEIDA, 2010, p. 45), fazendo parte de um repertório de divertimentos compatíveis com padrões de civilidade tidos na época. Duarte (1993) cita as *soirées* ao abordar espetáculos de ilusionismo e apresenta alguns adjetivos como “soirées fantásticas” ou “noites maravilhosas” (DUARTE, 1993, p.219). Já Cabral (1969) conta como aconteciam as *soirées intimas* no Oitocentos em Ouro Preto. O autor descreve festas dançantes que se iniciavam às 20 horas e duravam toda a madrugada ao som de piano ou pequena orquestra executando “quadrilhas, valsas, polcas, tangos, *schottisch* e lanceiros” (CABRAL, 1969, p.180).

A utilização do espaço para uma *soirée* suscita questões como: Por que o *Club* Recreativo não utilizou sua própria sede para promover as atividades? Por que, ao solicitar um local, o *Club* Recreativo escolheu justamente uma escola? Não há como afirmar, mas podemos pensar que por ser um local primordialmente de educação, talvez as práticas ali realizadas fossem para reafirmar quais práticas de divertimentos eram permitidas, indicadas e/ou compatíveis com comportamentos e modos civilizados.

O último destaque da Planta da Cidade de Ouro Preto é a Santa Casa de Misericórdia, “uma das mais uteis instituições da velha capital” que, por proporcionar aos enfermos “acomodações vastas, condições higienicas e solicitude no tratamento” (OZZORI,

1890, p. 70), era referencial no atendimento a doentes e necessitados na Província, além de colaborar expressivamente “no exercício de políticas sanitárias e higienizadoras das cidades e do país. [...] políticas essas tidas como civilizadoras e modernizadoras” (KHOURY, 2004, p. 31).

A Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto foi o primeiro hospital mineiro a ser construído em Minas Gerais, criado em 1735 (KHOURY, 2004; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, s./d.), e é um dos indicadores do trabalho conjunto entre Estado e Igreja na cidade. Assim como o *Asylo dos Orphãos*, não mencionado na Planta mas bastante citado nos documentos camarários, a Santa Casa de Misericórdia contava com o serviço de irmãs de caridade, que davam assistência a enfermos e crianças desamparadas. Ambas as instituições eram mantidas em parte com recursos da Câmara Municipal e em parte com doações, o que não garantia as melhores condições das instituições e preocupava membros da Câmara Municipal, que debateram por diversas vezes sobre os problemas enfrentados por elas, principalmente os referentes às instalações dos seus respectivos prédios.

Tanto a Santa Casa de Misericórdia quanto o *Asylo dos Orphãos* eram beneficiários da renda arrecadada pela Câmara Municipal através dos jogos de loteria, evidenciando uma relação entre divertimentos e essas instituições assistenciais.³³ Além da arrecadação dos jogos de loteria convertida em benefício para essas instituições, é possível identificar relações entre divertimentos e instituições de caridade, geralmente ligadas à Igreja, através, por exemplo, da realização de espetáculos beneficentes, como no caso do Circo Cruzeiro do Norte que às oito horas da noite de 7 de agosto de 1892 ofereceu “á Associação de Caridade de S. Izabel de Hungria um espectáculo em beneficio da pobreza desta cidade”.³⁴

O documento que anuncia a realização desse espetáculo contém anotações do senhor *Ovidio Ferr.^a da Costa*, agente da recebedoria da Câmara Municipal, que indicam “espectaculos dados em beneficios de instituições religiosas ou de caridade” e que “algumas Irmandades recebem directamente auxilio desta Municipalidade”, sendo a Associação de Caridade de S. Izabel de Hungria uma delas, “para a qual a Camara já concorre com

³³ Vale destacar que eventualmente essa arrecadação era direcionada a outras despesas da Câmara Municipal, como, por exemplo, para realização de obras no cemitério. Alguns exemplos do uso da arrecadação da loteria podem ser vistos em: APMOP – Livro 2 de Contratos e Arrendamentos. 1896 a 1917. 100f. Caixa 26 L 4. Termo de contracto para a extracção da loteria do Asylo de Orphãos, f. 7v-11; APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1802-1892. Pasta 1891, Ofício de 11 de Junho de 1891; e APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1895 a 1896. 100f. Caixa 24 L 6. Sessão ordinária de 20 de Julho de 1896, f. 49v-50.

³⁴ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899. Pasta 1897, Requerimento n. 1018-1019, assinado por Amália e Bernhares.

1:200\$000 annuaes”.³⁵ O interessante desse documento é perceber a relação entre as instituições e a troca de benefícios, financeiros ou não, entre Câmara Municipal, Igreja e divertimentos.

Gonçalves e Souza (2012) dissertam sobre relações entre Estado e Igreja ao longo do século XVIII e na primeira metade do século XIX em Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto. Para as autoras, essa relação, que se pauta em poder, tem origem no vínculo estabelecido em Portugal.

A “Coroa de Portugal recebeu a missão de custear a construção dos templos, manter a hierarquia eclesiástica, enviar missionários para a conversão dos colonizados, assim como receber os dízimos, indicar Bispos para as sés coloniais em vacância ou recém criadas. [...] O poder espiritual subordinado ao poder temporal, ou seja, a Igreja Católica era dependente do Estado português. Porém, como propõe Pierre Bourdieu, havia uma simbiose no uso dos símbolos. Por ocasião das festas e das cerimônias religiosas, a Igreja utilizava-se dos símbolos com o objetivo de intensificar sua eficácia, buscando reforçar a crença coletiva na manutenção da ordem simbólica, religiosa e social. Essa política religiosa contribuía para a manutenção e legitimação da ordem política, assim como para a hierarquia dos segmentos sociais (GONÇALVES; SOUZA, 2012, p. 90).

Em Ouro Preto, relações entre Igreja e Estado podem ser identificadas em diferentes temas, como por exemplo, nas discussões sobre a transferência dos cemitérios das regiões centrais da cidade para regiões periféricas.

Em atas da Câmara Municipal do final do século XIX, especialmente na última década, a remoção de cemitérios do centro da cidade para áreas mais afastadas foi assunto recorrente. Depois de muitas propostas, discussões e exame do melhor local, foi deliberado que seria construído um novo cemitério em Saramenha. Membros da Igreja foram contra essa decisão da Câmara Municipal antes mesmo de ela ser decretada. Um dos argumentos era que a construção de um cemitério público e a extinção dos cemitérios das igrejas no centro da cidade permitiria que almas cristãs se misturassem com almas pagãs, e a Igreja não poderia consentir isso.³⁶

Em sessão da Intendência de 26 de março de 1892, o Padre Camillo Velloso se opôs à mudança dos cemitérios, decisão que ele chamou de “imbecilidade de governos ímpios”.³⁷ Parte dos membros da sessão era a favor e outra era parte contra os argumentos do Padre, que tentavam enfraquecer os argumentos de diretores da Higiene Pública, das Obras

³⁵ Idem.

³⁶ APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191f. Caixa 11 L 1; APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante; APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante.

³⁷ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. 7ª sessão ordinária, 26 de Março de 1892, f. 85.

Públicas e da Fazenda, que pautados nos preceitos de salubridade e higiene, defendiam o novo cemitério.

Vale destacar que desde o século XVIII, enterramentos de corpos eram feitos dentro das igrejas ou em pequenos cemitérios anexos a elas e que eram permitidos apenas aos cristãos, os pagãos não recebiam os cuidados da Igreja (CAMPOS, 2007). Com o passar dos anos, considerando o aumento da população ouro-pretana e os novos conhecimentos científicos, verificou-se que princípios da higiene e salubridade estavam sendo violados. No decorrer do Oitocentos, sanitaristas alertaram para os vapores insalubres que exalavam das covas e que poderiam infectar o ar, causando doenças e agravando situações epidêmicas (JORGE, 2007; ROSSI; WEBER, 2014). O fato é que mesmo depois de a Câmara Municipal decretar a transferência dos cemitérios e inaugurar o cemitério de Saramenha, em 1890,³⁸ algumas igrejas foram autorizadas a manter seus cemitérios anexos, como pode ser verificado nos dias atuais.

O estatuto municipal de Ouro Preto, no título sobre salubridade pública, delimita as condições de enterramento em solo e em jazigos, determinando a profundidade das covas e demais condições de sepultamento, mas não menciona enterramentos dentro das igrejas (OURO PRETO, 1894), mesmo que em Minas Gerais eles tenham ocorrido até fins do século XIX (FERREIRA, 2013).

A proximidade entre Igreja e Estado pode ser observada também em outra manifestação do Padre Camilo Velloso que, na sessão de 24 de maio de 1892, propôs uma celebração da “communhão dos encarcerados -, acto que, fortalece a fé christan(sic) e o sentimento religioso no coração dos infelices(sic) que habitão as sombrias reclusões”, pedindo que a Câmara Municipal arcasse com os custos da solenidade.

Ao expor a necessidade da comunhão dos encarcerados, o Padre destacou que “sempre se derão as mãos o governo, a policia e a edilidade, a tudo provendo”. Nessa sessão de 24 de maio de 1892 não foi diferente: a autorização para “fazer o que tem sido sempre de costume em os dias da communhão geral dos presos, despendendo pela verba – eventuais – o que fôr(sic) e mister para esse fim” foi unanimemente aprovada.³⁹ Mas qual a intenção em comungar pessoas que infringiram leis dos homens e, provavelmente, leis morais? Por que “fortalece[r] a fé cristã e o sentimento religioso no coração dos infelizes” era importante tanto para a Igreja quanto para a Câmara Municipal, que financiou o evento? São questões ainda sem resposta, mas que levam a pensar sobre a influência da religião ao se pretender moldar ou

³⁸ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante.

³⁹ Ibidem, Sessão ordinária, 18 de Maio de 1892, f. 103.

difundir novos valores na sociedade.

A participação da Igreja tanto em questões administrativas da Câmara Municipal quanto educacionais torna-se compreensível quando considerado que ambas as instituições prezavam pela ordem da cidade em seus variados aspectos.

Nesse sentido, diferentes espaços da cidade contribuíram para questões de moralidade e educação, percebidas entre algumas das preocupações e ações da Câmara Municipal e da Igreja, instituições que em Ouro Preto no final do século XIX pareciam estar em ressonância no que diz respeito a moralizar e (re)educar modos, comportamentos e costumes dos habitantes da cidade. Como essa (re)educação aconteceu? Como os divertimentos fizeram parte disso? Essas são algumas das questões abordadas no próximo capítulo.

4 DIVERTIMENTOS NA CIDADE

Em Ouro Preto, de acordo com Rosa (2005, p. 94), “ajuntamentos públicos ou particulares, festas, jogos, conversas, batuques, calundus, bebedice, banquetes, prostituição, bailes, passeios, danças, brinquedos, missas, serenatas, músicas e saraus [eram] formas e modos de divertimentos frequentemente experienciados” no século XVIII. Em finais do século XIX, além dessas, aparece na documentação mobilizada para este estudo outras formas, outros modos e outros termos para identificar os divertimentos na cidade, como *espectaculo*, *club*, distração, descanso, recreio e reunião.

Nota-se, então, uma variedade de termos e expressões para se referir aos divertimentos, o que permite algumas suposições. É possível que tenham surgido novas práticas de divertimentos ou que tenha havido a alteração do nome, mas não da prática em si. Por fim, as mesmas expressões em séculos distintos levam a pensar sobre permanências que atravessaram séculos, denotando que mudanças ocorrem de forma gradativa e que as práticas que permaneceram, com ou sem alterações, tinham alguma relevância para os moradores e frequentadores da cidade em diferentes tempos e contextos.

Entre 1870 e 1900 havia uma variedade de divertimentos acontecendo em Ouro Preto. Práticas como espetáculos dramáticos, equestres, de cavalinhos⁴⁰, de prestidigitação, de mágicos, automáticos, de touros⁴¹, ginásticos, líricos, públicos, apresentações musicais e de harpa, e representações⁴²; bem como festejos e jogos de diferentes naturezas. Alguns dos festejos encontrados nos documentos camarários foram: recepções à chegada do Bispo Diocesano e do Imperador; “festas publicas da aurea lei 13 de Maio de 1893”; celebração do Sete de Setembro; inauguração do ramal da linha férrea; comemorações do dia de *Corpus Christi* e de São Jorge; celebração do “5º aniversario da ordenação sacerdotal do benemerito Conselheiro, Ex.^{mo} Conego Joaquim José de Sant’Anna”; “festejos em honra do glorioso orago, S. Gonçalo do Amarante”; e carnaval. Sobre os jogos, são mencionados os de bilhar, *bacatella*, de vísporas, de roleta, a loteria e entrudo, que tem características de festejos e denominação de jogo. Havia ainda outras práticas, como bailes, *soirée*, danças de batuques, queima de Judas, ajuntamento de meretrizes e consumo de bebidas alcoólicas.

⁴⁰ Embora não tenha sido encontrado se há e qual é a diferença entre espetáculos equestres e de cavalinhos, os registros camarários fornecem essas duas nomenclaturas.

⁴¹ Neste trabalho os termos “espetáculo de touros” e “tourada” serão usados como sinônimos em respeito aos registros nos documentos camarários.

⁴² Alguns registros camarários citam espetáculo e representações, sem identificar a natureza dos mesmos.

Diante dessa variedade de divertimentos, é possível inferir que mesmo com a perspectiva de mudança da Capital para outra cidade, a vida divertida de Ouro Preto era dinâmica e correspondia a uma cidade que representava o centro administrativo do Estado, referência para as demais cidades de Minas Gerais. Segundo Karls e Melo (2014), a diversidade de divertimentos era, entre outras coisas, indicador de progresso. Muitas das práticas de divertimentos foram identificadas principalmente a partir da metade de 1880, quando a Câmara Municipal intensificou suas ações tentando atingir o progresso almejado naquele período.

Ainda que muitos desses divertimentos fossem propostos e oferecidos por pessoas de fora da cidade e não pela Câmara Municipal, era a Câmara Municipal que autorizava, ou não, a realização, por exemplo, de espetáculos, e que promovia parte dos festejos da cidade. Ou seja, pode-se inferir que de certa forma os divertimentos faziam parte do processo de busca por progresso e civilidade, até mesmo porque essa dinâmica chegou a interferir em outros setores como comércio, trânsito de pessoas que chegavam e saíam da cidade, educação e mesmo administração de Ouro Preto.

Além das práticas, também eram diversos os espaços onde os divertimentos eram vivenciados, como teatro, circo,⁴³ casa de bilhar, casa de jogo de vísperas, escola, agência de extração de loteria, clube, botequim, hotel, ruas, praças, largos, terrenos e jardins. A maioria desses espaços estava localizada na região central da cidade, como o teatro e as casas de jogos, por exemplo. Ressalta-se que nos locais onde havia povoação, havia também os botequins, espaços potenciais para a vivência de divertimentos variados, como será visto mais adiante.

Ver-se-á que as práticas e os espaços de divertimentos muitas vezes se relacionavam entre si. Relações essas que decorriam dos modos com que sujeitos vivenciavam essas práticas e de como elas se constituíam nos tempos e espaços pesquisados. Serão dados destaques aos espetáculos e ao teatro; aos botequins e práticas que decorriam ou se associavam à bebedeira iniciada nesses espaços; e aos festejos realizados em Ouro Preto. Tais destaques derivam da diversidade de informações encontradas nos documentos consultados, que viabilizaram estabelecer possíveis relações entre práticas, espaços e sujeitos.

⁴³ São poucas as referências citando a palavra *circo* nos documentos consultados. A maioria dos registros é de espetáculos, por exemplo, equestres ou de cavalinhos, que aconteciam nos circos montados pelas companhias que ofereciam o espetáculo.

4.1 Espetáculos e espaços de divertimentos na cidade

Espectáculos dramáticos, de prestidigitação, de mágica, automáticos, líricos, além de outros denominados apenas de espetáculos ou de representações, eram comuns no teatro em Ouro Preto, também utilizado para realização de bailes.⁴⁴

Esses espetáculos, em sua maioria, visavam um público formado pela elite, ainda que houvesse as torrinhãs, lugares destinados à população mais simples (DUARTE, 1993). Sendo Ouro Preto a Capital do Estado, não seria difícil atingir a elite como público e talvez esse fosse um dos atrativos que compensasse que companhias de outras localidades percorressem o trajeto de difícil acesso à cidade.

Para que artistas e companhias pudessem se apresentar no *Theatro*, era necessário pagar licença, uma espécie de imposto, que tinha valores estabelecidos pela Câmara Municipal e que diferiam de acordo com a natureza do espetáculo. Valores esses que sofreram alteração durante os anos estudados nesta pesquisa, como pode ser observado no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Valores de licenças cobradas por dia/noite de espetáculo no *Theatro*, de 1870 a 1900

Natureza do espetáculo	Valor da licença		
	Na década de 1870	Na década de 1880	Na década de 1890
Dramático	5\$000*	5\$000**	20\$000
Representações/espetáculos	---	10\$000	20\$000
Mágico	---	---	20\$000
Prestidigitação	---	30\$000	---
Lírico / harpa	---	10\$000	---
Público	---	---	20\$000

* Entre 1874 e 1877 os valores eram de 10\$000 (dez mil réis) por espetáculo.

** Em 1887 os valores eram de 10\$000 (dez mil réis) por espetáculo.

Fonte: Elaborado pela autora com informações encontradas em documentos do APMOP.

Não foi possível saber o motivo da alteração dos valores das licenças, especialmente quando se trata de espetáculos da mesma natureza, como foi observado com os espetáculos dramáticos, que tiveram o valor aumentado por um ou três anos no decorrer das

⁴⁴ Vale destacar que espetáculos de prestidigitação, ou seja, de ilusionismo, envolviam tanto números de mágica como de ventriloquia; e que os espetáculos automáticos se referem a espetáculos com bonecos, como, por exemplo, fantoches (DUARTE, 1993).

décadas. Entretanto, há uma possível justificativa para essa variação, já que além de alimentar os cofres públicos, de acordo com Duarte (1993), a cobrança de licenças era usada também como um meio de controlar a entrada e saída de estranhos nas cidades. Para a autora, esse controle se fazia necessário diante das preocupações da elite na época, como por exemplo, o intercâmbio de moradores com nômades⁴⁵, considerado uma ameaça à estabilidade e à ordem da cidade. Era preciso, pois, controlar momentos prazerosos que poderiam gerar, entre outras coisas, transformações morais (DUARTE, 1993).

Foi verificado que em Ouro Preto entre 1874 e 1877 e em 1887, as solicitações para uso do *Theatro* foram feitas por um número maior de diferentes companhias, diretores e artistas de companhias se comparado com os anos de 1878, 1879 e 1881, por exemplo. A frequência de espetáculos não difere muito, mas o trânsito de pessoas pela cidade sim. Logo, é plausível a hipótese de que quando houve chegada de mais companhias dramáticas de fora da Capital, os valores das licenças aumentaram no intuito de controlar esse trânsito, que era considerável.

As solicitações de artistas ou companhias à Câmara para uso do *Theatro* mostram que durante 30 anos pelo menos 66 companhias se apresentaram em Ouro Preto, o que dá uma média de pouco mais de duas companhias por ano.⁴⁶ Entretanto, muitas dessas companhias se apresentavam mais de uma vez, como por exemplo, a companhia dramática representada por Antônio Fernal que, de janeiro a dezembro de 1879, efetuou pagamento de licenças por 22 vezes em datas diferentes ao longo do ano. O mesmo ocorreu com a companhia equestre em nome de Luiz Cazali que, de janeiro a abril de 1881 aparece 37 vezes nos registros de pagamentos de licenças para se apresentar fora do *Theatro*.⁴⁷

Esses dados indicam a frequência com que espetáculos aconteciam e movimentavam a vida cultural da cidade, fossem eles realizados por companhias de fora da

⁴⁵ Duarte (1993) apresenta uma interessante discussão sobre os *nômades*, como artistas e companhias mambembes, e suas interferências no cotidiano das cidades.

⁴⁶ O número exato é de 2,2 companhias ao ano.

⁴⁷ Alguns pontos são interessantes de destacar:

1. Principalmente a partir de 1875, os registros de pagamentos de licença indicam que artistas e/ou companhias se apresentavam mais de uma vez ao mês e que algumas delas voltavam a se apresentar em anos diferentes, como por exemplo, a companhia representada por Francisco de Paula Junior que pagou licença por apresentações em 1874 e 1875; ou mesmo Antônio Fernal, que se apresentou em Ouro Preto ao longo de 1878, 1879 e mais algumas vezes em 1881 e 1882.
2. Os registros de pagamentos de licenças identificam os responsáveis por esses pagamentos, por vezes acrescentando a natureza do espetáculo e raras vezes nomeando as companhias (das quais foram vistas, por exemplo, o Circo Guanabara, Circo Universal, Companhia Dramática Barros & Cia e Cia de Cavalinhos Novo Mundo). Para reconhecer quais companhias se apresentaram em Ouro Preto no último triênio do século XIX, seria necessário um cruzamento dos nomes dos pagadores encontrados nos documentos camarários com dados obtidos em outras fontes, como periódicos, folhetos de divulgação de espetáculos, e mesmo outros trabalhos, como o de Duarte (1993).

cidade ou, algumas vezes, por companhias locais, como “uma companhia de amadores da arte teatral”,⁴⁸ composta por residentes no *concelho districtal* da Cachoeira do Campo.

A maior parte dos espetáculos públicos era realizada no *Theatro*. Todavia, em 1897 foi registrado um pedido de “licença para levantar um pavilhão afim de dar espectáculo publico em terreno atraz da Igreja do Rosário”,⁴⁹ o que indica usos de diferentes espaços da cidade. Desde meados de 1870, solicitações de autorização para uso de largos, terrenos e *praias* para colocar circos e levantar palanques e pavilhões a fim de receberem espetáculos equestres eram bastante frequentes em Ouro Preto. Para a realização de espetáculos em outros espaços, que não fosse o *Theatro*, também havia valor de licenças estabelecido, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Valores de licenças cobradas por espetáculo realizados em outros espaços para além do *Theatro*, de 1870 a 1900

Natureza do espetáculo	Valor da licença		
	Na década de 1870	Na década de 1880	Na década de 1890
Equestre/cavalinhos	30\$000	30\$000*	30\$000
Ginástico	---	30\$000	30\$000
Tourada	---	30\$000	---

* Em 1884 e 1887 os valores eram de 10\$000 (dez mil réis) por espetáculo.⁵⁰

Fonte: Elaborado pela autora com informações encontradas em documentos do APMOP.

Esses dados indicam uma tentativa de controle de práticas de divertimento também em espaços abertos. Espaços abertos e fechados ofereciam divertimentos que atenderiam a públicos diversos, considerando a diferente natureza dos espetáculos e dos espaços, bem como os limites, ou a falta deles, para acesso aos mesmos, como, por exemplo, os valores das entradas, infelizmente não mencionados nos documentos consultados.

Além dos valores cobrados por licença, os quadros apresentados permitem

⁴⁸ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1893. Pedido de 24 de Março de 1893, assinado por Joaquim Fernandes Ramos e P.^o Theodolindo J.^o Fagundes.

⁴⁹ APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. Registro n. 989, de 17 de Julho de 1897, f. 123.

⁵⁰ Em algumas solicitações para espetáculos ou discriminação do pagamento de licenças, não há identificação do local das apresentações. Há, por exemplo, registro de “noite de espetáculos ginásticos”, mas não há como saber se esses espetáculos aconteciam no teatro ou em espaços colocados nas ruas e largos, como os circos, embora as características apontadas em Duarte (1993) apontem para a realização desses espetáculos nos circos.

Observa-se também que valores de licenças foram verificados em Registros de Receita e Despesa da Câmara Municipal e da Província e em Registros de Arrecadações da Câmara Municipal. Outros documentos, como Registros de Requerimento, não fornecem a informação do valor das licenças. Por isso, alguns espetáculos não foram relacionados nos Quadros 1 e 2, como, por exemplo, espetáculo automático.

observar também a partir de quando um determinado tipo de espetáculo chega à cidade. E, juntamente com outras informações encontradas em registros de receitas e despesas, de arrecadações e de requerimentos da Câmara e da Província e Ouro Preto, é possível saber quais espetáculos eram mais apresentados na cidade. Por exemplo: embora espetáculos dramáticos e de cavaleiros/equestres fossem apresentados durante todo o final do século XIX, a partir da década de 1880, principalmente em sua última metade, espetáculos de natureza diferente também foram apresentados, como os espetáculos de touros.

Vale destacar que espetáculos de touro já ocorriam no Brasil pelo menos desde o século XVII, data em que foram encontrados registros desse divertimento no Rio de Janeiro, Capital do país (MELO, 2013). Para além do Rio de Janeiro, há também registros de touradas em Salvador, Recife, São Paulo, Belém, Curitiba e Porto Alegre, principalmente no século XIX (KARLS; MELO, 2014). Contudo, até o presente momento não há outras informações sobre touradas em Ouro Preto além das encontradas nos documentos camarários, que indicam a existência da prática na cidade pelo menos desde 1830, já que estão registradas nas posturas municipais (OURO PRETO, 1830).

Os registros de espetáculos de touros encontrados nos documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto remetem a 1870 e 1884. São pagamentos de licenças para tardes de touradas efetuadas por diferentes pessoas: um dos “toureiros de Santo Antonio da Casa Branca, por mão do Cap. Antonio Manoel da Silva Moura”,⁵¹ duas efetuadas pelo senhor Joaquim Francisco Junqueira⁵² e outras duas pelo senhor Leite de Vasconcellos.⁵³ Interessante observar que Santo Antonio da Casa Branca, atual distrito ouro-pretano denominado Glaúra, era uma das freguesias vizinhas da cidade e estava sob a Comarca de Ouro Preto. O pagamento de licença feito por toureiros da referida freguesia aponta para a existência das touradas na região independente de companhias de outras localidades.

Ainda assim, percebe-se que as touradas foram pouco frequentes em Ouro Preto quando comparadas com os demais espetáculos. Um dos motivos pode estar relacionado com o espaço que a prática necessitava para ser realizada. No Rio de Janeiro os espetáculos de touro aconteciam em um espaço onde depois foi construído o Teatro Lírico, de tamanho considerável; e em Porto Alegre as touradas aconteciam, por exemplo, em um sítio que no século XX virou o Parque Farroupilha (MELO, 2013; KARLS; MELO, 2014). Em Ouro

⁵¹ APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1866 a 1872. 199f. Estante especial. Registro n. 193, de 28 de Julho de 1870, f. 122v.

⁵² APMOP – Registro de Receita e Despesa e Relatórios de Contas dos Procuradores da Câmara. 1882 a 1885. 198f. Caixa 14 L 26. Registros nº 269 e 270, de 4 de Novembro de 1884, f. 134v.

⁵³ Ibidem, Registro nº 275, de 12 de Novembro de 1884, f. 135v; Ibidem, Registro nº 277, de 19 de Novembro de 1884, f. 135v.

Preto, no final do século XIX, para criar amplos espaços e com topografia regular, seria preciso investir em desmoronamentos e em desapropriações e demolições de prédios, como será abordado no capítulo seguinte. Talvez essa fosse uma dificuldade que tenha limitado a realização das touradas na cidade.

Retomando informações mostradas nos Quadros 1 e 2, outro fator interessante de se observar é a diferença dos valores cobrados por licença para espetáculos de diferentes naturezas no mesmo espaço, como no teatro. Por exemplo, o que determinava que um espetáculo de prestidigitação, pelo qual se pagava 30\$000, valia mais que um espetáculo dramático, pelo qual se pagava 5\$000, se as licenças eram concedidas por noite de espetáculo? Talvez fosse o tempo de duração de cada espetáculo, já que ambos eram apresentados no mesmo local e, teoricamente, o aluguel do espaço seria o mesmo. Mas essa é uma hipótese que não pôde ser confirmada, já que não foi encontrado nem quanto durava cada espetáculo, nem a valorização desse tempo.

A diferença de valores fica mais fácil de compreender se forem considerados os diferentes espaços, como teatro, ruas ou largos, por exemplo. Verifica-se que, com exceção dos espetáculos de prestidigitação, todos os espetáculos realizados no teatro tinham valores de licenças menores que os espetáculos realizados fora dele. Um motivo pode ser porque espetáculos que ocorriam em espaços abertos de uso cotidiano interferiam mais na dinâmica da cidade, uma vez que alteravam a circulação de pessoas e transportes nas ruas ao ocupar largos de igrejas utilizadas para outras práticas.

Um exemplo de interferência na dinâmica da cidade pode ser visto na solicitação feita à Câmara Municipal para poder montar um circo de cavalinhos no Largo da Alegria.

Os suplente vem requerer a V. S.^a se pode conceder licença para collocar os seo(sic) circo de cavalinho de [] no Largo da Allegria não impedindo o transito dos carros ou veiculo publico garantindo a V. S.^a todo o asseio e Limpeza no mesmo, não estragando calsamento(sic) nenhum sendo collocado no nível do solo.⁵⁴

Ao construir uma estrutura temporária para a realização de um divertimento, poderiam ser causadas possíveis desordens na organização dos espaços utilizados, bem como nas atividades ali realizadas, podendo, por exemplo, alterar o trânsito de pessoas e de pessoas em veículos. Como pode ser observado no trecho em destaque, havia ameaça também à conservação do local, seja por possíveis danos ao calçamento das ruas ou pela sujeira gerada

⁵⁴ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899, Pasta 1899, Requerimento de licença para funcionamento. Registro de 27 de Outubro de 1899, assinado por Romolo e Comp.^a.

antes, durante e/ou depois do espetáculo pelas companhias e/ou pelos frequentadores que se divertiam.

Ao tratar sobre o circo e o teatro em cidades mineiras no século XIX, dentre elas Ouro Preto, Duarte (1993) cita atividades movimentadas pelas companhias artísticas que alteravam a rotina da cidade: durante o período de armação do circo, por exemplo, que levava vários dias, havia aglomeração de crianças e adultos curiosos e com expectativa do que estava por vir, bem como ocorria uma movimentação financeira advinda da contratação de ajudantes para a colocação do circo e compra de madeiras para as arquibancadas.

Sendo as licenças tanto uma forma de arrecadação para os cofres públicos como uma forma de manter o controle e a ordem da cidade, o valor mais alto para a licença de espetáculos nas ruas, largos e outros espaços abertos se justificaria pelo maior transtorno que causariam à cidade. Outra hipótese está relacionada aos estímulos que cada tipo de espetáculo podia provocar nos indivíduos que se divertiam.

Duarte (1993) apresenta interessante discussão sobre papéis desempenhados pelo teatro e pelo circo, especialmente no século XIX. O teatro poderia servir como agente de civilização e educação, indicador de progresso e, por isso, era permitido e incentivado para que seu público fosse educado à medida que se entretivesse. Já o circo não tinha função educativa, seu propósito era simplesmente o culto ao riso, ao sonho e ao gozo. Ao contrário do teatro, o circo permitia ruptura, afrouxamento ou desvio de comportamentos educadamente civilizados (DUARTE, 1993). Acrescenta-se a essas considerações que espetáculos de touros foram tidos por muitos como bárbaros durante o tempo em que foram promovidos (KARLS; MELO, 2014; MELO, 2013), portanto, valores de impostos menores para companhias teatrais e maiores para companhias circenses e de touros poderiam estimular a realização de mais espetáculos dramáticos e coibir ou dificultar a realização de touradas e espetáculos de circo.

Mas por que permitir a realização de divertimentos que poderiam desvirtuar os cidadãos quando se pretendia civilizá-los? Melo (2013), ao falar das touradas, apresenta curioso argumento: o trato dos touros e a exposição em que se colocava o toureiro caracterizava o divertimento como bárbaro, ao mesmo tempo, os perigos pelos quais o toureiro passava fortaleceria seus sentidos humanos através do estímulo de emoções, preparação corporal e de caráter, de modo que era necessário aliar parcimônia, equilíbrio e excitação (MELO, 2013). Excitação que também era promovida pelos espetáculos circenses ao estimular reações incontidas de risos, aplausos, gritos e desejos (DUARTE, 1993).

Esses são argumentos interessantes para se pensar as tentativas de normatização dos divertimentos. Nessa tentativa, o pagamento de licenças não bastava para que companhias

ou artistas estivessem autorizados a se apresentar em Ouro Preto. Antes disso, de acordo com a resolução de posturas de 1830,⁵⁵ o conteúdo de cada espetáculo deveria passar pela aprovação, ou não, de um Juiz de Paz. Essa era uma forma de zelar pela ordem e moralidade na cidade, uma vez que além de proporcionar entretenimento, os espetáculos veiculavam mensagens e valores para o público e, por isso, possuíam também finalidade moral e ideológica (SIQUEIRA; FREITAS, 2004).

Entretanto, é possível que esse procedimento nem sempre ocorresse ou que fosse passível de falhas, como aconteceu no caso de um espetáculo dramático apresentado em 1892, registrado em Ofício de reclamação enviado ao sr. José Moreira de Vasconcellos

Constando-me que a companhia Dramatica levou na ultima noite de espectaculo um drama immoralissimo, declaro-lhe que não consentirei seja representado no Theatro Municipal trabalho algum litterario sem que seja visado por esta presidência.⁵⁶

O ofício sugere que o “drama immoralissimo” tenha sido autorizado sem a avaliação prescrita pela lei, o que permitiu que um conteúdo que ofendia a moral fosse representado. Infelizmente não foi encontrado registro do conteúdo desse espetáculo, mas fica o interesse em saber o que teria acontecido naquela noite? O que era considerado imoral naquele tempo? Seria a exibição de “cenas lupanares, com palavras improprias e obscenidades”, como sugere Duarte (1993, p. 194)?

Tanto moralidade quanto civilidade estavam no discurso da elite e eram parâmetros para que se permitisse ou não a realização de determinados divertimentos. Isso porque civilizar significava (e ainda significa) educar os indivíduos, seus comportamentos, discursos e práticas sociais e culturais, a fim de uniformizá-los, de torná-los refinados para um bom funcionamento da sociedade, ao ponto de promover/desenvolver nos indivíduos o autocontrole de seus impulsos de acordo com um padrão estabelecido por alguém, nesse caso, pela elite (ELIAS, 1994; DANTAS, 2008).

O jornal A Camélia, ao divulgar a presença do “exímio ator Brandão” na cidade, com “uma companhia de primeira ordem, composta de escolhido pessoal”, referiu-se ao teatro como uma “útil sorte de divertimento” (THEATRO..., 4 dez. 1887, p. 2). O que o tornava útil? Possivelmente o fato de o teatro ser um espaço privilegiado, onde mensagens poderiam ser passadas aos espectadores e comportamentos poderiam ser influenciados com auxílio

⁵⁵ APM – Sessão colonial, Registro de resoluções e posturas 1830-1837. Resolução de 30 de Janeiro de 1834, f. 29v-30.

⁵⁶ APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 21 de Julho de 1892, f. 20.

dessas mensagens (SANTOS, 2011b).

No mesmo texto de divulgação dos espetáculos que seriam dados “aos domingos, terças-feiras, quintas e sabbados”, o jornal adjetiva a companhia como “excelente” e “importante”, e insinua que seus espetáculos deveriam ser prestigiados (THEATRO..., 4 dez. 1887, p. 2). O que a tornava importante? Por que o jornal incentivava a população a comparecer aos seus espetáculos? Qual seria a mensagem transmitida por esse espetáculo?

Especialmente nas décadas finais do século XIX, o teatro era considerado fonte de divulgação e assimilação tanto de comportamentos como de vestimenta, postura e bons costumes (DUARTE, 1993; SEVCENKO, 1998b; SANTOS, 2011b). Isso pode ajudar a compreender um dos possíveis motivos pelos quais registros sobre o *Theatro* foram tão recorrentes nos documentos da Câmara Municipal, uma vez que governantes da cidade trabalhavam pela busca de novos modelos de civilidade em prol da imagem de ordem e progresso da cidade. Além de constar em solicitações para apresentação de espetáculos, o *Theatro* aparece também em registros da necessidade ou realização de manutenção do espaço, como limpeza e conservação do mobiliário, e em projetos de construção de novos teatros, o que será discutido no próximo capítulo, quando os espaços para divertimentos são privilegiados.

4.2 Entre bebidas, botequins e jogos

Em meio ao interesse em tentar controlar os divertimentos e os comportamentos da sociedade, algumas práticas foram condenadas por despertarem comportamentos tidos como imorais e incivilizados. É o caso da embriaguez que, como colocou Santos (2011b, p. 107) ao falar dos botequins em Recife do século XIX, associava-se a problemas de “desordem, perturbação do sossego público, agressões físicas, porte de armas, desrespeito a autoridade policial, perturbação do trabalho e insultos”.

Muitos desses problemas estão registrados principalmente em infrações de posturas da Câmara Municipal de Ouro Preto, como por exemplo, no caso do soldado José Antônio que, ao se achar “de urgias na estrada, que desta cidade vai a Marianna(sic), estando completamente ebrio provocou desordem consentindo diversos tropeiros descarregarem suas tropas em caza(sic) do negociante José Caetano Aleixo”.⁵⁷

Silva (2009) salienta que soldados, praças, guardas e outros integrantes de forças

⁵⁷ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Registro de 28 de Junho de 1894, assinado por José Teixeira da Silva.

policiais tinham como função estabelecer e manter a tranquilidade, a ordem pública e o controle social tanto quanto o controle da criminalidade. No caso envolvendo o soldado José Antônio, viu-se a infração de normas cometida por quem deveria ser um dos primeiros a respeitá-las. Além da desordem causada pela concessão feita aos tropeiros, que tinham locais determinados para descarregarem suas tropas, o comportamento do soldado levou ao cometimento de duas imoralidades de uma só vez: a embriaguez e a participação em orgia.

A bebedeira é uma prática antiga. Bertoni (2006) explica que homens primitivos, ao observar a reação dos animais ao consumirem frutas fermentadas, também passaram a consumir frutas fermentadas em busca de algum tipo de relaxamento e prazer, o que evolutivamente originaria a cerveja e o vinho, por exemplo. A mesma autora atenta para o fato de bebidas alcoólicas serem ingredientes praticamente obrigatórios em rituais e celebrações da Grécia e de Roma antigas, criando e perpetuando uma espécie de simbiose entre consumo de bebidas alcoólicas e momentos de prazer, festas e diversão.

Ao longo dos tempos, o consumo de bebidas alcoólicas foi (e é até os dias de hoje) indicado também para fins terapêuticos, desde que a dosagem fosse controlada (BERTONI, 2006). Talvez por isso, mesmo em tempos de tentativa de controle e disciplinamento de comportamentos, a embriaguez fosse proibida, todavia a comercialização de bebidas alcoólicas não. Bebidas essas que, no final do século XIX, eram comercializadas primordialmente nos botequins.

Nessa temporalidade, os botequins em Juiz de Fora eram espaços de trânsito e convívio de pessoas de diferentes classes sociais e ofícios, “funcionavam como espaços de intercâmbio econômico e social” (CARNEIRO, 2011, p. 183). Do mesmo modo ocorria em Ouro Preto, onde os botequins funcionavam essencialmente como comércio e ao mesmo tempo possibilitavam conversas sobre assuntos cotidianos entre seus frequentadores, assimilando-se aos botequins de demais cidades brasileiras (AMARAL, 2013; SANTOS, 2011b; SOUZA, 2004; CARNEIRO, 2011).

Amaral (2013), ao falar sobre os botequins do Rio de Janeiro oitocentista, faz um breve esclarecimento semântico do termo com base em autores que estudam o tema e verbetes em dicionários.

Botequim e boteco aparecem como termos que são oriundos do termo português *botica* (de Portugal) e do termo espanhol *bodega*, sendo que tanto botica quanto bodega derivam do grego *apothéke*, que eram depósitos, pequenas vendas toscas, mercearias, armazéns que vendiam bebidas, bebidas alcoólicas, tira-gostos, fumos, cigarros, além de mantimentos, miudezas e artigos variados de necessidade e, inclusive, remédios (as primeiras farmácias e drogarias eram boticas); eram,

portanto conhecidos como o comércio de secos e molhados (AMARAL, 2013, p. 25).

A autora acrescenta que o termo também tem origem no italiano *botteghino*, botequins que na Itália serviam para venda de entradas para teatro e bilhetes de loteria. O botequim se tornou, ao longo do tempo e em diferentes locais, um importante ponto de comércio variado.

Muitas dessas características podem ser atribuídas aos botequins em Ouro Preto, que comercializavam artigos variados e dispunham como principal atrativo a venda de comida e de bebidas alcoólicas. De modo semelhante ao que apresentam Amaral (2013), Santos (2011b), Souza (2004) e Carneiro (2011), ao escreverem sobre botequins em diferentes partes do Brasil, os botequins em Ouro Preto podiam proporcionar, além do comércio, encontro de pessoas de posições sociais distintas, com intuito de conversar, consumir e divertir.

Em Ouro Preto, os botequins eram classificados como provisórios ou permanentes, podendo ser de 1ª à 6ª classe, dependendo dos gêneros comercializados e de sua localização. Essa classificação interferia no valor do imposto a ser pago para a Câmara Municipal, e variou ao longo de 30 anos de 5\$000 a 40\$000. Conforme a localização, quanto mais próximo do centro, melhor classificado e maior o valor da licença. Embora os Registros de Receita de Despesa da Câmara Municipal guardem os valores municipais recebidos, a maioria com valor de 5\$000, há um registro do botequim permanente de 2ª classe do sr. Francisco Xavier dos Santos que rendeu ao cofre municipal 61\$000 referente aos seguintes pagamentos em 9 de junho de 1894: imposto municipal de 20\$000; estadual de 15\$000 e federal de 26\$000.⁵⁸

Outra opção para comércio de diferentes gêneros e encontros de pessoas, semelhante aos botequins, eram os quiosques, que começaram a aparecer discriminados nos pagamentos de impostos à Câmara Municipal de Ouro Preto por volta de 1887. Esses espaços, de acordo com Souza (2004) e Amaral (2013), eram parecidos com os botequins em funcionamento, mas a estrutura era bem diferente. No lugar de paredes de alvenaria, tábuas de madeira; ao invés de mesas para sentar dentro do estabelecimento, a calçada era o local para consumir, em pé, os produtos que eram principalmente alimentos e bebidas alcoólicas. Seja nos botequins ou nos quiosques, esses espaços de sociabilidade eram usados como local para conversa, bebedeira e diversão.

Rosa (2005) mostra que o consumo de bebidas alcoólicas já era um problema em

⁵⁸ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1894. Recibo de receita federal nº. 399, de 9 de Junho de 1894, assinado pelo Administrador Jacintho Dias Coelho.

Ouro Preto no século anterior e ocorriam especialmente nas vendas, onde havia o comércio de mercadorias, divertimentos como jogo e prostituição, entre outros. Semelhante ao que acontecia nas vendas do século XVIII, no último triênio do Oitocentos, jogos e outras atividades ilícitas eram recorrentes nos botequins da cidade.

Os jogos foram contemplados no estatuto municipal de 1894 como crime constando no título VII, denominado “Proibição de jogos, espectáculos ou divertimentos ilícitos”. O Art. 34 descreve que haverá prisão

se **na casa de tavalagem** coexistir alguma indústria licita, fabril, mercante ou outra das que se não podem estabelecer sem licença, esta, ipso facto, ficará anulada e só depois do cumprimento da sentença poderá o contraventor obter a renovação, pagando, como se o não tivesse já feito, todos os impostos relativos ao anno corrente.

§ unico. Quando a disposição infringida fôr a do § único do art. Citado, se a tavalagem tiver apparecido transitoriamente em lugar(sic) frequentado pelo publico, por ocasião de festas ou espectáculos; além das multas comminadas no mesmo §, incorrerá o dono da casa, proprietario ou não, na de 100\$000 e cada um dos jogadores na de 50\$000, ambas cobradas para o cofre municipal (OURO PRETO, 1908, p. 19-20, grifo meu).

A restrição em relação aos jogos no estatuto foi uma permanência, pois já constava nas posturas de 1830. Entretanto, nas posturas os jogos eram uma questão de segurança pública e estavam nos artigos 101 a 105 do capítulo sobre “artifícios prejudiciais”:

Art. 101. São prohibidos:

§ 1. Os jogos de parar nas **Casas publicas de jogo, tavernas e botequins.**

§ 2. As Loterias que não forem concedidas por Auctoridade competente

§ 3. As Rifas.

O contraventor dos §§ 1, e 3 será preso por hum dia, e pagará huma multa de 2\$ rs., e o do § 2 será preso por quatro dias, e multado em 20\$ rs.

Em ambos os casos a reincidencia será castigada com o dobro da pena.

Art. 102. He prohibido ter casa publica de jogo sem licença da Camara.

Pena a do § 2 do Artigo antecedente.

Art. 103. He prohibida a escravos toda a qualidade de jogo em **casa publica de jogo**, licenciada, ou não licenciada, casa de negocio, ou em qualquer lugar publico.

A mesma prohibição comprehende o jogo de moços imberbes.

O dono da casa publica de jogo, ou de negocio, que admitir, ou consentir nella jogo de escravos, ou de moços imberbes será multado em 1\$ rs., e no dobro, e preso por quatro dias nas reincidencias.

O escravo apanhado a jogar em lugares publicos será castigado com cinquenta açoutes.

Art. 104. O homem livre achado a jogar dinheiro, ou cousa que o valha com(sic) escravos, ou moços imberbes em qualquer dos casos do Artigo 103 será preso por dous dias, e multado em 600 rs.

Art. 105. He proibido.

§ 1. Fingir-se inspirado por Potencias invisíveis, ou predizer casos tristes, ou alegres, do que resulte realmente prejuizo à alguém (OURO PRETO, 1830, p. 59-61, grifo meu).

Considerando as posturas de 1830 e o estatuto de 1894, os “artifícios prejudiciais”

referiam-se primeiramente à questão financeira da cidade. Como alguns jogos eram permitidos mediante pagamento de licença, promover jogos sem licença era negar contribuição aos cofres públicos.

Em registros de requerimento e de receita e despesa, atas e correspondências da Câmara Municipal e da Província foram identificados como jogos permitidos os de bilhar, de víspera, *bacatella* e as loterias. Já em algumas Atas da Câmara e da Intendência Municipal e em alguns registros de posturas aparecem os termos *illicitos* e *prohibidos* para se referir aos jogos, sem nem sempre discriminar exatamente a qual tipo de jogo se referiam. É possível inferir quais eram esses jogos se observarmos as posturas de 1830 e algumas atas que citam que alguns desses jogos sejam rifas, jogos de roleta e de parar como jogos não permitidos na cidade.

Uma vez que os jogos supracitados são de apostas, é interessante pensar por que alguns eram vistos como lícitos e outros como ilícitos? O que diferenciava uns dos outros? O que fazia com que, mesmo vistos ao longo do século XIX como “artifícios prejudiciais”, alguns fossem permitidos?

Provavelmente as respostas estão no fato de que a regulamentação ou normatização para esse divertimento poderia render lucros aos cofres públicos por meio de cobrança de impostos. Ademais, quando o divertimento é tornado lícito, ele passa a ficar sob a organização, estruturação e vigilância do Governo, de instituições e associações, ou seja, essas instituições tendem a ter maior controle sobre os divertimentos e aqueles que se divertem. Do contrário, o indivíduo que se diverte ilicitamente transgride as regras, foge ao controle e fere padrões esperados por quem tenta implementar novos comportamentos (ROSA, 2005).

Observa-se que até fins do século XIX, escravos estavam proibidos de jogar, fosse em “casa publica de jogo, licenciada, ou não licenciada, casa de negocio, ou qualquer lugar publico” (OURO PRETO, 1830, p. 60). Nesse sentido, permitir e proibir determinadas práticas fazia parte das tentativas de normatizar a vida divertida e social e, conseqüentemente, a dinâmica da cidade.

Jogo e embriaguez estavam, na maioria das vezes, associados uns aos outros e eram praticados em locais de comercialização e consumo de bebidas alcoólicas, especialmente botequins, podendo causar desordens e situações de insegurança para os frequentadores desses locais e para a vizinhança. Desordens e situações de insegurança e perigo foram evidenciadas no caso de Alexandre Cattoi, proprietário de um botequim na rua

das Lages, no distrito do Antonio Dias.⁵⁹ O caso, que diz respeito ao fechamento de um botequim e retirada da licença concedida ao senhor Alexandre Cattoi para abrir o referido comércio, merece destaque, pois, além de resultar em ato de extrema violência, conta com diversos documentos enviados à Câmara Municipal. São pedidos e representações contra Alexandre Cattoi, abaixo-assinados em seu favor e defesa apresentada por seu advogado.

As representações de denúncia contam que no botequim de Alexandre Cattoi “se derão já dous assassinatos e se commettem constantes disturbios e imoralidades”.⁶⁰ Tamanha proporção tomou o caso que, dentre outras denúncias de desordem, este foi o único em que se verificou contratação de advogado para representar a defesa do proprietário do botequim perante a Câmara Municipal.

O Chefe de Polícia Antonio Augusto de [___] assinou, em 10 de janeiro de 1891, uma das solicitações ao Presidente da Intendência Municipal em “virtude de uma representação do subdelegado de Antonio Dias”.⁶¹ Outras chegaram com o mesmo teor, como a do Inspector do Quateirão(sic), Jacintto Gregorio dos Santos em 17 de janeiro do mesmo ano e o do Fiscal Silverio Ribeiro de Carvalho, que em seu escrito deixou claros os motivos para interditar e retirar a licença para botequim do senhor Alexandre Cattoi:

Venho em bem do serviço publico e da policia local pedir providencias na parte que vos toca sobre o caso seguinte:

Como sabeis existe na rua das lages deste districto uma casa de negocio do estrangeiro Alexandre Catole, onde igualmente se vendem comidas e [etc]. Nessa casa como é publico ja se derão dous horrorosos assassinatos, e ultimamente ali houverão desordens das quaes apparecerão desposições(sic) de outro ou outros assassinatos.

Esta Subdelegacia tem feito o possivel de fazer(sic) que cessem semelhantes abusos que tanto affectam a moralidade publica, ja aconselhando, **e ja dando providencias no sentido de cessarem na dita casa, os disturbios, as jogatinas e outras imoralidades que se dão diariamente, e nada tem conseguido, por que os moradores ou donos continuão(sic) com o mesmo procedimento.** Com data de 5 do corrente recebi o Officio junto, que vos envio e que me será devolvido, em que o Ten.º C.º Com.º do 31º Batalhão de Infantaria pede ao Dr. Chefe de Policia providencias no sentido de evitar-se os conflictos que ali se dão entre as praças daquele Batalhão que até rendem ao dono do negócio o fardamento que recebem e [etc].

Nestas circunstancias venho exigir dessa Intendencia a providencia que julgo estar em seu alcance, e é que providencieies de maneira que aquella casa de negocio, ou

⁵⁹ As representações sobre o caso do botequim na rua das Lages, onde aconteceram dois assassinatos, denominam o proprietário de Alexandre, sendo que o sobrenome varia: Coleta, Cattoe, Catole e Cattoi. Optou-se neste trabalho em utilizar a grafia Cattoi, já que é o nome que consta na documentação apresentada por seu advogado de defesa à Câmara de Ouro Preto (APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Alberto Moretz Sobr. Monteiro de Barros Advogado). Dos casos de infração de posturas semelhantes a esse que foram encontrados, o de Alexandre Cattoi foi o que teve mais representações.

⁶⁰ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro nº 1707, de 10 de Janeiro de 1891, assinado pelo Chefe de Polícia Antonio Augusto.

⁶¹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro nº 1707, de 10 de Janeiro de 1891, assinado pelo Chefe de Polícia Antonio Augusto.

antes de desordens e immoralidades seja fechada **não se dando, se for possível licenças para que ella continue aberta, salvo se para ali for outro morador que respeite o publico com o do dever de todos.**

Só assim se podera evitar a continuação de desordens, jogos e outras indecências, que convem calar-se.

Saude e fraternidade.

Silverio Ribr.º de Carv. lho ⁶².

Os pontos centrais das denúncias feitas por Silvério Ribeiro de Carvalho e de todas as outras do referido caso são a desordem e imoralidade, decorrentes especialmente de exaltações oriundas do estado ébrio dos frequentadores do local que causavam tumultos e incomodavam a vizinhança, chegando a desfechos extremos, como os assassinatos. Os “abusos que afetavam a moralidade pública” e que ocorriam em momentos de bebedeira e jogos pareciam preocupar as autoridades policiais ao ponto de essas solicitarem a proibição do dono do botequim, Alexandre Cattoi, de negociar ali ou em qualquer outro lugar.⁶³ Esse seria um indício de que tumultos e brigas não se limitavam apenas aos frequentadores do botequim. Do contrário, qual o problema de Alexandre Cattoi abrir botequim em outro local? Ele estaria envolvido nas exaltações e nos abusos ou só não conseguia controlá-los?

O fato de Silvério Ribeiro de Carvalho ressaltar que se autorizasse licença para botequim naquele local “para outro morador que respeite o publico”, e não para Alexandre Cattoi, denota a importância do dono do botequim, que deveria ser mediador ou mantenedor da ordem em seu estabelecimento, o que nesse caso pareceu não ocorrer. Para Carneiro (2011), uma das tarefas dos donos de botequins era regular as condutas surgidas devido ao consumo do álcool que, moderadamente, aliviava os humores de quem bebia e possibilitava criar laços entre pessoas de diferentes posições sociais, mas em excesso despertava comportamentos inaceitáveis, como intromissão em conversas alheias e brincadeiras de mal gosto.

A liberdade originada da bebedeira resultava, muitas vezes, em ofensas verbais e/ou violência física, como foi visto no caso do botequim de Alexandre Cattoi. Manter o controle e a ordem dos/nos botequins era também tarefa para seus donos, que teriam seu estabelecimento livre de possíveis prejuízos com as confusões e sua reputação resguardada, bem como contribuiria com a ordem da cidade.

No intuito de tentar normatizar os divertimentos e, assim, aumentar as possibilidades de controlar os comportamentos de quem se divertia, permissões e proibições

⁶² Ibidem, Registro de 7 de Janeiro de 1891.

⁶³ Ibidem, Registro nº 1707, de 10 de Janeiro de 1891, assinado pelo Chefe de Polícia Antonio Augusto.

Ibidem, Registro de 17 de Janeiro de 1891, assinado pelo Inspetor do Quarteirão Jacinto Gregorio dos Santos.

de locais para determinadas práticas foram prescritas em lei, o que facilitaria a fiscalização e possível controle de ações que afetariam a ordem e moralidade pública. Nas posturas de Ouro Preto, por exemplo, estava determinado que era “proibido ter casa publica de jogo sem licença da Camara” (OURO PRETO, 1830, p. 60). Ainda assim, os jogos eram praticados em locais irregulares, como visto na casa de Antonio José Leite, na rua das Cabeças, e na de Coriolano Julio de Oliveira, sem endereço, quando o chefe de polícia multou os referidos cidadãos pela prática de jogos ilícitos.⁶⁴ Não há como saber se essas casas eram residências onde eram montadas bancas de jogo, ou se eram casas de jogos clandestinas, mas ali foram cometidas transgressões, infrações da lei, comportamentos que podiam influenciar negativamente inclusive “menores” que também frequentavam essas casas.

Os divertimentos ilícitos envolviam menores de idade de formas diferentes. Eles podiam estar se divertindo ou proporcionando a diversão de outrem, como visto, por exemplo, no caso em que meninas em tenra idade, moradoras de Saramenha, frequentavam um hotel de prostitutas na Barra.⁶⁵ Não foi encontrada nenhuma pista sobre prostituição nos botequins. Porém, em uma denúncia de Silvério Ribeiro de Carvalho contra Alexandre Cattoi, o denunciante mencionou que “na dita casa, os distúrbios, as jogatinas e outras imoralidades se dão diariamente”.⁶⁶ Essas outras imoralidades poderiam estar associadas aos ajuntamentos e à prostituição e, sendo assim, mesmo que o ato da prostituição não ocorresse no botequim, ele poderia se iniciar ali.

A prostituição aparece como prática em hotéis e pensões, locais onde aconteciam “ajuntamentos de meretrizes”, como verificado nas palavras do Chefe de Polícia Alfredo Pinto Vieira de Melo, que registrou um pedido em nome da Secretaria de Polícia do Estado de Minas Gerais em 23 de abril de 1894, fazendo a seguinte denúncia:

Ill.^{mo} Sr. Presidente da Camara Municipal de Ouro Preto
Chegando ao meu conhecimento que em um hotel na rua da Barra, n’esta Capital, reina o maior escândalo com o ajuntamento de meretrizes(sic), peço vos(sic) providenciar no sentido de ser fechado o referido estabelecimento ou compellido o proprietário a moralizar-se.⁶⁷

Chamado a se explicar, o proprietário do hotel apresentou o abaixo assignado,

⁶⁴ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 20 – 1895, Registro de 22 de Fevereiro de 1895, assinado por Nicolau Antonio, delegado de polícia.

⁶⁵ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, 12 de Julho de 1894.

⁶⁶ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro de 7 de Janeiro de 1891.

⁶⁷ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Registro n. 242, de 23 de Abril de 1894.

datado de 25 de abril de 1894, com 21 assinaturas de moradores da rua da Barra, freguesia de Antônio Dias, atestando que a “casa de Pensão desde junho de 1892 até esta data tem sempre portado bem, conservando sempre sua casa em boa ordem, não consentindo o juntamento(sic) e nem orgias que escandalisasem(sic) aos vizinhos mais proximo a mesma casa”.⁶⁸ Outro abaixo assinado com 22 assinaturas de moradores do bairro da Barra e datado de 20 e julho de 1894 foi enviado à Câmara Municipal, alegando “que nunca observamos imoralidade alguma no hotel de propriedade do Senr. Antonio Duarte”.⁶⁹

Mesmo que algumas assinaturas se repitam nos dois abaixo assinados, é interessante observar que em ambos, as assinaturas eram de homens e que alguns se identificaram por posições que ocupavam, como, por exemplo, o Sr. Joaquim Mendes da Motta, identificado como 3º Suplente, ainda que não discriminasse suplente de que/quem. A esse respeito, uma das manifestações a favor do senhor Alexandre Cattoi foi feita por Antonio de Carvalho Brandão, *Pharmaceutico* pela escola de Ouro Preto e Capitão da Guarda Nacional.

Essas informações mostram que pessoas de diferentes condições sociais acabavam se envolvendo de alguma forma com as ilicitudes dos divertimentos e que, entre conflitos, tumultos, regularizações e permanências de práticas lícitas e ilícitas, os divertimentos movimentavam diferentes espaços e setores da cidade.

Também por isso, a preocupação com os excessos era algo frequente. Em 1892, por exemplo, o senhor Antonio Ferreira d’Oliveira fez um requerimento “pedindo licença p^a abrir um botequim de 1ª classe, na freguesia de Antonio Dias, durante as festas de N. Senhora da Conceição”. O pedido foi deferido “com a condição, porem, de não permitir abusos e algasarras(sic) durante as noites”.⁷⁰

A referência à noite tinha justificativa. A escuridão ou pouca iluminação dificultava a visibilidade e vigilância, proporcionando ilusória sensação de liberdade a quem pretendia aproveitar a noite, criando um ambiente propício para comportamentos viciosos e infrações de regras e abusos (ROSA, 2005; SANTOS, 2011b). Por isso, posturas e estatuto registravam dias e horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos. Estabelecer esses limites era uma forma de tentar conter abusos, embora não significasse que efetivamente esses limites seriam respeitados, como de fato foi visto em diversos casos de infrações de posturas. No estatuto municipal de 1894, por exemplo, o Art. 42 determina que “em todo o

⁶⁸ Ibidem, Abaixo assinado de 25 de Abril de 1894.

⁶⁹ Ibidem, Abaixo assinado de 20 de Julho de 1894.

⁷⁰ APMOP – Registro de Protocolo de Requerimentos Recebidos e respectivos despachos 1892 a 1893. 48f. Caixa 20 L 8. Registro de requerimento de 26 de Novembro de 1892, f. 25.

município, o commercio de portas abertas é obrigado a fechal-as diariamente até ás 10 horas da noite, não podendo em caso nenhum reabril-as antes do romper do dia” (OURO PRETO, 1904, p. 22). Um desses comércios eram os botequins, que lideraram os casos de infração de posturas por estarem abertos fora do horário de funcionamento permitido.

Os botequins eram, pois, locais onde diferentes atividades imorais e ilegais eram exercidas, como algazarras que incomodavam a tranquilidade da vizinhança, atos de violência e prática de jogatina. As falsificações podem ser acrescentadas à relação de atividades proibidas.

Nas posturas de 1830, as falsificações aparecem como crime no capítulo sobre a venda de gêneros (OURO PRETO, 1830, p. 119). Já no estatuto municipal de 1894, falsificação e adulteração de gêneros sólidos e líquidos foram criminalizadas no título sobre salubridade pública (OURO PRETO, 1908, p. 15). O argumento da salubridade pública aparece nos casos sobre a falsificação de bebidas, como pode ser verificado, por exemplo, na ocorrência enviada ao agente executivo do município, Randolpho Bretas, em 12 de dezembro de 1894:

O negociante Carlos Antunes e [____] [_____] Carlos Antunes [____], depois de intimado [possivelmente por _____ e] de lavrado competente auto de apprehensão e inutilização(sic) de vinhos falsificados e ainda **intimado a não continuar a expor à venda semelhante genero prejudicial à saude publica**, procurou ocultar à apprehensão varias pepitas de [mesmo] genero falsificado e, hontem às 11 horas do dia foi [surpreendido] pelos auxiliares da Comissão a vender o [mesmo] genero, ja o tendo [alocado] em pipetas e em tropa carregado. Apprehendido de novo o vinho [que] tinha sido ocultado, [__ hoje] lavrado pelo Fiscal da Freguesia, em presença de testemunhas novo auto de infração de posturas e no [mesmo], auto intimado o [mesmo ____] à multa de 50\$000 e à prisão por 8 dias, na forma das disposições e posturas, disposição que esta [Comissão] julgou dever tomar para que suas determinações sejam cumpridas, **em Prol da Salubriadde publica**. [Remete], portanto, a V. Ex.^a o auto e [____] para que a pena da lei seja, cem(sic) o vigor da [mesma], aplicada, não há no que diz respeito à multa, como [____] que diz respeito à prisão.⁷¹

Pode-se supor que por não passarem por fiscalização, a fabricação de bebidas falsificadas usasse de processos insalubres e ingredientes duvidosos, o que afetaria a saúde de quem as consumisse. Pelos autos é possível ter conhecimento de algumas dessas bebidas: licor, *cognac*, *champagne*, genebra – espécie de aguardente europeia – e vinhos. Nota-se que os gêneros falsificados incluem bebidas que tinham valores de venda elevados. Souza (2004) conta que no século XIX no Brasil, os vinhos eram consumidos por fazendeiros e senhores de

⁷¹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Denúncias. Denúncia de 12 de Dezembro de 1894, grifo meu.

engenho, enquanto a aguardente era popular entre escravos e soldados, muito embora tenha se popularizado com o passar do tempo entre todas as camadas sociais.

De fato, em Ouro Preto o que se vê é a falsificação de “bebidas de rico” e não de bebidas “do povo e das classes médias”, como descreve Souza (2004, p. 61), o que faz sentido se for considerado que a aguardente era tida como uma bebida ligada ao cotidiano, que podia ser consumida por pessoas de qualquer condição social, diferentemente das demais bebidas, que eram mais consumidas em momentos festivos (SOUZA, 2004). Falsificar essas bebidas podia ser uma maneira de possibilitar ao povo o consumo das “bebidas de rico”, mas popularizar o consumo de bebidas adulteradas era também um perigo para a questão de insalubridade, já problemática em Ouro Preto no final do século XIX.

Alguns autos de apreensão de falsificações mostram que a Comissão de Higiene era responsável por coletar mostras de bebidas, avaliá-las e julgar se estavam ou não adulteradas ou falsificadas. Em 16 de dezembro de 1894, por exemplo, o fiscal Saturnino Fernandes Lopes lavrou um auto em que, após competente exame químico, a Comissão de Higiene municipal julgou falsificadas as mostras apreendidas.⁷²

Além disso, a fiscalização tinha também motivação financeira. A comercialização de bebidas, feita em quiosques, botequins, restaurantes, hotéis e casas de bilhares, por exemplo, era permitida mediante pagamento de licença para tal e o comércio de bebidas falsificadas não contribuía para a renda da Câmara Municipal.

Uma observação interessante é que os registros de infração de postura e autos de apreensão são mais frequentes na década de 1890, período em que a Câmara Municipal discutia, entre outros assuntos, sobre a crise financeira pela qual a cidade passava. Isso não significa, todavia, que antes dessa crise não houvesse atenção para as fiscalizações, mas o rigor com estas e com o cumprimento das leis parece ter sido aumentado. O que pode ser percebido também no controle, por exemplo, de animais circulando pelas ruas, fator que também se associava tanto com questões financeiras quanto com a salubridade pública, dois grandes problemas da época em Ouro Preto.

Nota-se que, através de pagamentos de licenças para abrir botequins, pagamentos de multas por infrações de posturas e pela comercialização de bebidas alcoólicas, essas bebidas geravam proventos para a Câmara Municipal, para mercadores e para comerciantes. Seu consumo era, como supõe Carneiro (2011) ao falar sobre Juiz de Fora, socialmente aceitável desde que se respeitasse as leis que diferiam, por exemplo, para escravos e moços

⁷² Ibidem, Autos infração, Infração registrada em 16 de Dezembro de 1894.

imberbes. Semelhantemente a Juiz de Fora, essa aceitação devia ocorrer em Ouro Preto e pode ter motivado a abertura de cervejarias que, na cidade, teve início na década de 1880, em consonância com o que sugere Souza (2004) sobre a produção e o consumo de cerveja no Brasil a partir do século XIX.

Sendo uma das principais mercadorias dos botequins, as bebidas contribuía para fazer desses estabelecimentos fonte de renda para muitas famílias. Em 8 de agosto de 1894 foi feito um requerimento pela senhora

Raymunda Augusta Ferreira Seixas, residente no Taquaral, achando-se em estado precário e sobrecarregada de numerosa família, desejando estabelecer um pequeno botequim com o fim de facilitar a criação(sic) de seus filhos ainda menores [...].⁷³

Diante de sua situação precária, a senhora Raymunda solicitava ainda que o imposto para a abertura do botequim fosse isentado, o que foi deferido pelo presidente da Câmara Municipal, o sr. Randolpho Jose Ferreira Bretas.

Interessante perceber que em Ouro Preto, notadamente a partir da década de 1880, registros de pagamentos de impostos de botequins em nome de mulheres passam a ser mais frequentes. Além de nomes que aparecem apenas uma ou duas vezes nos lançamentos de impostos, há os que se repetem por várias vezes, indicando a permanência do estabelecimento por anos. Carolina Rodrigues Chaves, por exemplo, tem registros de pagamento de licenças para botequim de 1879 a 1885.

Fossem propriedades de homens ou de mulheres, os botequins eram numerosos e dispersos por toda a cidade. Há registros de botequins, por exemplo: no largo da Matriz do Ouro Preto, no adro da Igreja São Francisco de Paula, na rua Direita, na Praça da Independência, no Morro do Cruzeiro, na rua das Lajes, no largo do Rosário, na rua do Vasconcelos, na Barra, no largo da Matriz do Antônio Dias e na rua do Calvario, locais apontados no Destaque da Planta da Cidade de Ouro Preto (Imagem 4)⁷⁴, com exceção da rua do Calvário, pois não foi possível identificar sua localização. Muitos desses locais abrigavam mais de um botequim.

⁷³ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1894, Pedido n. 36, de 8 de Agosto de 1894.

⁷⁴ Imagem adaptada pela autora com inserções de identificação de algumas regiões com botequins.

Imagem 4 – Destaque das regiões com botequins
Planta da Cidade de Ouro Preto



A cidade tinha, portanto, muitos pontos de divertimentos e, conseqüentemente, propícios a imoralidades e desordens. É interessante observar que quase metade dos destaques feitos na Imagem 4 são em locais onde havia uma igreja (adro ou largo). Além da localização, qual seria a relação ou proximidade entre Igreja e botequins? Como se estabelecia(m) a(s) prática(s) de as pessoas frequentarem Igrejas e botequins?

Um caso merece ser citado para pensarmos a dinâmica das pessoas entre esses espaços da cidade, o caso de desordem envolvendo Francisco Joaquim Passos. Nesse caso houve infração à postura que determinava o horário em que botequins deveriam fechar as portas. Destaca-se o motivo pelo qual o botequim foi flagrado de portas abertas pelo fiscal, que pode ser observado no relato do próprio Francisco Joaquim Passos, que

havia fechado as portas de sua casa de negocio, em a qual [____], a hora regularmente das posturas municipaes, mas teve necessidade de abrir uma d'ellas para ir aos seus aposentos, e, n'essa occasião **alguns amigos que assistião aos festejos religiosos celebrados na Capella do Bom Jesus, acompanharão-no pedindo que lhes dessem agua e cerveja.**

O petionario querendo ser lhes agradavel consentio que os mesmos entrassem para seo dormitório passando pelo negocio, passagem única, e ali servio-lhes, conservando, [____], as portas [____] fechadas.

Em [conversa disse-lhe que] que(sic) abriu as portas porque a noite era de festa e portanto não era prohibido fazel-o. O [negociante] oppoz-se a isso, mas seus amigos, em confiança abrirão as portas e accenderão luzes.

N'esse momento o fiscal Saturnino aparecendo declarou ter multado o negociante em 10\$000. Submisso e respeitador da lei, o [____] disse lhe que prontamente sujeitava-se a multa e pagava a sua importancia, mas que fecharia logo que as pessoas presentes retirassem e [convidou-as] a assim fazer. [____] continuou o mesmo fiscal tornou-o a multal-o em mais 10\$000 dizendo ter petionario incorrido nos [____] de reincidencia!!! [...].⁷⁵

Mesmo com alguns trechos ilegíveis, é possível perceber pelo relato de Francisco Joaquim Passos que nem sempre as normas estabelecidas eram respeitadas, mesmo durante divertimentos tidos como lícitos. Nesse caso, participar dos festejos celebrados na Capela do Bom Jesus foi o que levou os amigos de Francisco Joaquim Passos a procurarem por ele e por seu botequim. Conseqüentemente, foi o que fez com que Francisco Joaquim Passos cometesse a infração, já que o mesmo já havia fechado as portas de seu negócio e decidiu reabri-la aos amigos. Pelo menos essa é uma interpretação da versão do proprietário que solicitava ressarcimento da multa e, talvez por isso, não assumiria que estava com o estabelecimento aberto, tivesse ou não relação com os festejos da Capela.

Entre diversões e infrações, o controle dos divertimentos feito por um grupo

⁷⁵ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Pedido n. 448, de 10 de Outubro de 1894, grifo meu.

social não dependia somente das leis, das licenças ou das multas cobradas pelas infrações, mas também e principalmente de como se comportavam os que se divertiam. Era preciso, de alguma forma, educar as pessoas para vivenciarem os divertimentos permitidos da maneira permitida. Mas será que as pessoas queriam esse tipo de educação? Será que elas não queriam, ou mesmo precisavam de práticas que remetessem aos prazeres, às pulsões, ao descontrole?

Silva (2009), ao falar de moral e bons costumes em Belo Horizonte na virada do século XIX para o XX, afirma que práticas que remetem às pulsões, “práticas vivenciadas como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo” (SILVA, 2009, p. 80) eram discriminadas tanto moralmente quanto legalmente.

Entre 1870 e 1900, foram identificados em Ouro Preto alguns divertimentos que levavam as pessoas à imoralidade. Ao mesmo tempo, alguns divertimentos que poderiam servir também como formas de moralizar e civilizar receberam atenção e auxílio financeiro da Câmara Municipal, dos quais se destacam os festejos cívicos, religiosos e populares.

4.3 Momentos festivos na Capital

Em Ouro Preto a intenção de civilizar e moralizar a população pôde ser percebida em atas da Câmara Municipal, principalmente no final da década de 1880 e no decorrer de 1890. Talvez fosse decorrência das mudanças propostas para manter a cidade como Capital mineira, muito embora já no século XVIII, a então Vila Rica, tenha passado por reordenação urbana e por regularização de costumes e moral em virtude de uma “política moralizadora e civilizadora, [em que] Estado e Igreja almejavam ordenar o *bem comum*, estabelecer um modelo de civilidade” na busca por uma população governável (ROSA, 2005, p. 41).

A Igreja, instituição que “traz normas religiosas que devem reger, governar, dirigir e regular todas as ações do homem cristão” (ROSA, 2004, p. 68), participou da vida divertida de Ouro Preto de diferentes formas. Uma hipótese é que seria mais fácil manter o controle dos que procuram por divertimentos oferecendo práticas legitimadas pela Igreja, ao invés de tentar banir as práticas que a Igreja não reconhece. Assim, os festejos religiosos assumem papel tanto de diversão quanto de veículo para transmitir mensagens e difundir normas religiosas. Gradualmente, Estado e Igreja passam a ressignificar divertimentos que se tornam ora lícitos, ora ilícitos perante a lei e/ou a moral.

Cabral (1969) descreve algumas festas religiosas no final do século XIX em Ouro

Preto: a celebração de Maria, a festa do Cruzeiro em homenagem a São Francisco de Paula, a festa de São Sebastião e a festa de São Jorge. Todavia, foram identificados o festejo de São Jorge e o festejo de *Corpus Christi*, sendo este o mais celebrado.

No último triênio do século XIX, os festejos religiosos predominavam nas relações de despesas da Câmara Municipal. Os valores dispendidos em 30 anos variaram de 2\$000 a 1:080\$000 e foram destinados a concertos de objetos usados na procissão; botas para os anjos; animais; condutores de anjos e de animais; armação na igreja Matriz; guarda na procissão; pagens; alferes; limpeza e peitoral de prata; seda e forro para o anjo; fogos; música e outros detalhes que complementam a festa.

A relação entre Câmara Municipal e Igreja perpassava tanto pelos festejos religiosos quanto pelos civis. Em 1872 há um registro sobre festas em ocasião do Dia da Independência do Brasil, promovida por uma ordem religiosa com auxílio financeiro da Câmara Municipal:

Pagou o Procurador a Camara Municipal desta Cidade, Telésforo Antonio de Moraes, ao Sÿndico da Ordem de S. Francisco de Paula, para auxilio das festas que tiverão(sic) lugar no Cruseiro(sic) no dia 7 do corr.^e, duzentos mil réis.⁷⁶

Para Santos (2011b), o Sete de Setembro é uma festa cívica de importância tanto para celebrar a independência do Brasil como para reforçar o poder do Estado. O fato de uma Ordem religiosa promover uma festa cívica pode se relacionar com o fato de tais festas serem “um tipo de comemoração associadas aos poderes existentes” (SANTOS, 2011b, p. 37) e a Igreja ainda manter influência na administração da cidade, mas também pode estar associada à intenção de civilizar através das (re)educações de comportamento e de manter certa ordem para tornar a imagem da cidade condizente com o que se esperava de uma Capital no final do século XIX. Imagem essa (re)construída também por festejos profanos, tanto quanto pelos sagrados e cívicos.

Ao observar as práticas de divertimentos registradas em documentos camarários e a atenção dada a elas, constata-se que do mesmo modo que em séculos anteriores, no último triênio do XIX em Ouro Preto tornava-se necessária “a regularização de algumas dessas práticas, a reforma de umas e o banimento de outras” (ROSA, 2005, p. 95). O entrudo estava entre as práticas que se pretendeu banir de Ouro Preto no século XIX, apesar de nem sempre as normas estabelecidas serem pronta e imediatamente aderidas pela população.

⁷⁶ APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1866 a 1872. 199f. Estante especial. Registro n. 100, de 25 de Setembro de 1872, f. 175.

Araújo (2000) coloca que o entrudo⁷⁷ é um festejo carnavalesco de origem portuguesa com características diversificadas e que envolvia uma série de brincadeiras e formas de comemoração. Marcado por extravagâncias e excessos, o entrudo inicialmente celebrava o início da primavera com ritos de fertilidade e teve seu significado alterado após a inserção do calendário cristão e ficou associado ao período que antecede a Quaresma. A autora discorre sobre as características principais do festejo português: abundância de comida, sexo e violência. Principalmente no século XVIII passou a sobressair o modo como essas festividades ocorriam. Ao descrever o entrudo no Rio de Janeiro de 1900, Araújo (2000, p. 15) cita que era

um momento de manifestação de alegria, de uma alegria barulhenta e excessiva. Os portugueses divertiam-se de maneira singular, desfilando em procissões burlescas que passavam pelas ruas “sujas de lama, monstruosas e imundas”, com uma “multidão convulsa, bêbeda, miserável, rouquejando em ladainha: — Sanctus introitus, tempus quebrare panellas!

Ao que parece, essas são características que se espalharam pelo Brasil. Segundo Araújo (2000), no entrudo eram comuns combates utilizando água, ovo, farinha e outros produtos, bem como trocas de injúrias e elogios em praça pública, além de desfiles de mascarados, danças, bailes e cortejos. Praticado no Brasil desde o século XVII, o entrudo brasileiro apresenta diferenças com o festejo de Portugal, notadamente em Minas Gerais, pois ao se apropriarem do festejo português, os mineiros aderiram à ideia e à noção de combate com brincadeiras molhadas, especialmente entre homens e mulheres, denotando o elemento erótico desse divertimento (ARAÚJO, 2000). Mesmo que fosse praticado há um bom tempo em território mineiro, no século XIX há constantes proibições do entrudo, denominado em Ouro Preto de “jogo de Entrudo”.⁷⁸

A denominação *jogo* pode decorrer de sua característica principal: os embates de limões de cheiro e ataques às pessoas, com o intuito de molhar quem estivesse jogando também, o que com o tempo e com as mudanças do final do século, passou a ser considerado desregrado, incivilizado, desordeiro e até violento.

Desse modo, as proibições se tornaram mais constantes no final do século XIX por todo o país, bem como em Ouro Preto. Essas proibições podem derivar da intenção de reorganização que os governantes da cidade propuseram, que ia ao encontro da ideia de

⁷⁷ Oriundo da palavra latina *introitus*, da qual derivaram *ontroydo/entroydo/entruído*, cujo significado seria entrada, começo, princípio. (Araújo, 2000, p.13).

⁷⁸ Denominado dessa forma em todos os documentos camarários nos quais o entrudo foi citado. Ver também Araújo (2000, p. 42).

“disciplinarização do social/urbano” e “controle sobre tudo o que estiver inserido no espaço público, ou em seu entorno, da mesma maneira um cerceamento contínuo com relação aos gestos e comportamentos ‘efusivos’ e excessivos” (ARAÚJO, 2000, p. 66).

Nas posturas de 1830, as disposições sobre segurança pública já incluíam o entrudo no capítulo 3, intitulado “Sobre contravenções contra as pessoas”, em que o ponto principal da proibição do jogo de entrudo “nas ruas e praças das Povoações” era o brinquedo de água com ou sem cheiro ou “quaesquer outras cousas, que possão(sic) induzir perigo, ou cauzar(sic) dor” (OURO PRETO, 1830, p.87-88). Nesse caso, pode-se pensar que a característica violenta do jogo podia atentar, para além da moralidade, contra a integridade física das pessoas. Os limões de cheiro, por exemplo, eram pequenas esferas de cera com formato da fruta que as denominava, preenchidas com líquido que poderia cheirar bem ou mal, dependendo do alvo (ARAÚJO, 2000). Além dos limões de cheiro, outros objetos contendo água eram arremessados para molhar o alvo, ou seja, as pessoas. Esses objetos poderiam ferir, causando dor ou induzindo ao perigo.

A ameaça que o jogo oferecia pode justificar a preocupação do Chefe de Polícia Levindo F. que, em 30 de janeiro de 1889, solicitou que a Câmara Municipal aprovasse divulgação do texto que tornava o entrudo proibido em diferentes jornais, para ajudar na coibição do jogo.

Convindo tomarem-se todas as medidas necessarias á cohibição do jogo do entrudo, rogo a V. S.^{as} se dignem de fazer publicar o incluso edital, do qual envio tres exemplares, nos jornaes – Liberal Mineiro - Trese(sic) de Maio – e Provincia de Minas -
Deos Guarde V. S.^{as}.⁷⁹

Outras solicitações assinadas pela Intendência Municipal e por fiscais para que se fizesse divulgar a irregularidade da prática do entrudo foram encontradas nos anos de 1890 e 1891. Isso indica que, mesmo sob vigilância e penalização aos infratores, o entrudo continuava sendo praticado e que era necessária a reafirmação de sua ilicitude para tentar conter “o brinquedo que resultava muitas vezes em dezordem(sic) e molestias incalculáveis”.⁸⁰

Seja para informar ou para reafirmar a proibição do entrudo, o pedido de Levindo F. para fazer circular em três diferentes jornais a informação sugere que as pretensões da

⁷⁹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 14 (1889). Registro n. 90, de 30 de Janeiro de 1889, assinado pelo Chefe de Polícia Levindo F.

⁸⁰ APM - CMOP 3/2, Cx. 05 Posturas 14/04/1886 - 01/05/1888, Série: Documentação interna, Subsérie: Posturas – acervo virtual.

Câmara Municipal em (re)educar os modos, comportamentos e hábitos de diversão encontraram certa resistência por parte da população. Como visto no título VII, intitulado “Proibição de jogos, espectáculos ou divertimentos ilícitos”, o artigo 36 regulamenta:

Art.36. Nem nos povoados, nem fóra(sic) d’elles, se permittirá(sic) a renovação dos antigos e proscriptos folguedos denominados – entrudo – queima de Judas – dansas(sic) de batuque –; prohibidas estas sob qualquer tecto, ainda mesmo em logar(sic) ou sitio deshabitado.

§ único. Não se compreendem n’esta disposição os entretenimentos de entrudo no interior do lar e entre janellas ou varandas fronteiras desde que não alcancem os transeuntes, não se estendam ás ruas, nem por estas se exponham á venda objectos a esse fim destinados (OURO PRETO, 1908, p.20).

Se antes da publicação do estatuto em 1894, os registros encontrados associavam o entrudo à possibilidade de desordem e moléstias incalculáveis, justificando sua proibição, por que no estatuto há um parágrafo concedendo tolerância ao jogo desde que “não alcancem os transeuntes, não se estendam às ruas, nem por estas se exponham à venda objetos a esse fim destinados”?

Ao que parece, a proibição ou a coibição alcançava o exterior das casas, as ruas, o meio urbano que se pretendia modificar, civilizar e embelezar. O entrudo interferia na imagem que a cidade deveria ter para, entre outras coisas, manter-se Capital. Esse pode ser um dos motivos que justifique a permissão parcial ao entrudo.

Com as limitações para jogar o entrudo, considerado incivilizado principalmente pela violência e desordem que causava, o carnaval passou a ganhar atenção especialmente dos governantes da cidade e da elite. O festejo, que já era conhecido no Brasil pelo menos desde 1840 tinha semelhanças com o entrudo, mas não promovia trocas de ofensas nem de objetos lançados contra as pessoas, era uma versão mais refinada do jogo considerado bárbaro. No carnaval predominavam bailes de máscaras e cortejos “secos”, organizados, via de regra, pelas sociedades carnavalescas (LAZZARI, 1998; ARAÚJO, 2000).

Para Lazzari (1998), que trata do carnaval em Porto Alegre no final do século XIX, “as sociedades carnavalescas teriam sido uma reação de elites urbanas como tentativa de dominar o caos e realizar seus anseios por um carnaval e um povo mais homogêneo, limpo e ‘civilizado’” (LAZZARI, 1998, p.5). Talvez isso explique a resistência da população em abandonar o entrudo, pois o carnaval estava associado à elite e esta rejeitava a participação dos mais pobres em seus eventos, impossibilitando a diversão de todos, como sugeriu Araújo (2000).

Mesmo assim, em tempos de disciplinarização em busca de civilidade, era

importante difundir a festa que demarcava hábitos mais condizentes com o ideal de sociedade que se esperava e, talvez por isso, o carnaval fosse permitido e incentivado por autoridades públicas e organizações carnavalescas, como ocorre no pedido feito por uma Comissão carnavalesca em 11 de fevereiro de 1897, representada por F. Ferreira Real, José Antonio da Fonseca e Luiz N Castro:

Os abaixo assignados, membros da Comissão encarregada dos **festejos Carnavalescos que todos os annos se costuma realizar(sic) nesta Capital com os quaes já a respectiva população está acostumada e que tambem servem para desviar o jogo do entrudo que alem de ser prohibido por lei, tras(sic) muitas vezes funestas consequencias**, vem perante esta Illustre Corporação solicitar o auxilio com que sempre concorreu para os enfeites da rua do Tiradentes para melhor realce dos referidos festejos.

Os membros abaixo assignados esperam desta Illustre Corporação, todo o concurso de que careceram para tão **innocente(sic) divertimento**; pelo que antecipadamente se confissão(sic) inteiramente gratos.

Saude e Fraterni.^{de81}

O pedido foi deferido, o auxílio de duzentos mil reis (200\$000) foi concedido e, assim como em 1897, o “inocente divertimento” foi custeado pela Câmara Municipal de Ouro Preto ao longo de anos de 1870 a 1900. Os auxílios concedidos variaram de 150\$000 a 500\$000 e destinavam-se a enfeites e iluminação das ruas.⁸² Destaca-se uma maior quantia, que foi dada apenas uma vez, no valor de 2:000\$000 para iluminar a Praça Tiradentes a “gaz acetyleno”.⁸³

A Câmara Municipal, além de conceder auxílio financeiro aos organizadores da festa, representados por Comissões e encarregados dos festejos carnavalescos das freguesias do Ouro Preto, do Antônio Dias e de diversas ruas, ou por Sociedades Carnavalescas, permitia cortejos nas ruas e cedia o *Theatro* para bailes carnavalescos, mediante o pagamento dos emolumentos.⁸⁴ Tudo isso contribuía para incentivar o civilizado carnaval, que não tinha conotação violenta, em detrimento ou substituição ao entrudo.

Mesmo com a tentativa por parte da Câmara Municipal de reorganizar a vida social de Ouro Preto, usando para isso, dentre outras coisas, a limitação do entrudo e o

⁸¹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Comprobatórios de receita e despesa, Data Limite: 1897. Pasta Fazenda – Fevereiro, Requerimento n. 755, de 11 de Fevereiro de 1897, grifo meu.

⁸² Esses valores são referentes aos diversos auxílios ao longo dos preparativos carnavalescos cedidos em um mesmo ano, que se repetem ao longo dos anos. Não foi possível calcular o valor total exato de cada festejo carnavalesco. Sobre o destino das importâncias concedidas, a maioria dos registros discrimina “para os respectivos festejos”, poucos foram os que delimitaram ser para iluminação ou decoração.

⁸³ APMOP – Registros de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara. 1898 a 1905. Caixa 28 L 4. 3ª Sessão extraordinária de 14 de Fevereiro de 1898, Ordem do dia, f. 8.

⁸⁴ A título de conhecimento, os auxílios à freguesia do Antônio Dias eram sempre maiores que à freguesia do Ouro Preto.

incentivo ao carnaval, as ocorrências nos registros de posturas e a preservação do entrudo no estatuto demonstram a permanência do referido jogo como um divertimento que resistiu às propostas de transformação e às coibições. Ressalta-se que perceber as mudanças entre entrudo e carnaval “implica trabalhar com um espaço de tempo bastante longo” (Araújo, 2000, p.3) e o recorte desta pesquisa não permite essa análise. Contudo, pode-se dizer que regulamentações e fiscalizações foram implementadas e realizadas visando ordenar práticas sociais e culturais que infringiam os padrões de civilidade, mas que insistiam em permanecer na vida divertida das pessoas de Ouro Preto, como o entrudo, a jogatina e a bebedeira.

Nas últimas décadas de 1870, como mostram as discussões da Câmara Municipal registradas em atas, Ouro Preto iniciou um movimento em busca de desenvolvimento para a cidade, o que implicava também em controlar os divertimentos ou as pessoas enquanto se divertiam, já que isso interferia diretamente em hábitos e comportamentos. Percebe-se, nesse sentido, que alguns dos argumentos usados nessa busca foram a moralidade, a civilidade e a ordem. Esses argumentos influenciaram também as mudanças de ordem física na cidade, que contemplaram, dentre outros, espaços para os divertimentos.

Na tentativa de preservar Ouro Preto como Capital de Minas Gerais, seus governantes investiram em alterações principalmente na estrutura urbana da cidade que por alguns anos se viu em meio a terra, enchentes e lama; um desalinho necessário que parece ter preocupado população e governantes com a possibilidade de as intervenções serem em vão. Como foi destacado na sessão da Câmara de 16 de junho de 1894, já depois de decretada a transferência da Capital mineira para Belo Horizonte, era “da mais alta conveniencia cuidar dos melhoramentos urgentes da cidade, ainda que d’ella venha a sahir a sede do governo, que de modo nenhum se deve considerar como o unico elemento de sua vitalidade”.⁸⁵ Embora fosse dito que a condição de Capital não era o único elemento de vitalidade da cidade, tentar manter essa condição foi o que motivou intervenções em Ouro Preto nas últimas décadas do século XIX, como será visto no capítulo seguinte.

⁸⁵ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 16 de Junho de 1894, f. 215v.

5 PROGRESSO, CIVILIDADE E EMBELEZAMENTO DA CIDADE: OS MELHORAMENTOS DA CAPITAL E OS DIVERTIMENTOS

No final do século XIX Ouro Preto foi tema de diversas discussões a respeito da sede administrativa de Minas Gerais. Por simbolizar o domínio colonial e administração monárquica em Minas, a cidade não correspondia aos anseios republicanos e, por isso, governantes do Estado planejavam mudar a Capital mineira para outra cidade (JULIÃO, 2011).

Um dos argumentos utilizados pelos favoráveis à transferência da Capital, também chamados de mudancistas, era que a localização de Ouro Preto dificultava o acesso para todas as povoações de Minas Gerais e Províncias vizinhas. Para eles, era preciso um novo coração para irrigar o Estado com mais facilidade. Contudo, os não-mudancistas acreditavam que se a localização da cidade não podia ser mudada, era possível tentar amenizar a distância e facilitar o acesso às outras localidades de importância no país; era possível criar caminhos, as veias que conduziriam o sangue do coração para o corpo de Minas Gerais (BARRETO, 1936a).

Com o objetivo de facilitar o transporte entre Ouro Preto e Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1873, Theophilo Ottoni, Presidente da Província, concedeu a George John Manders a construção de um ramal ferroviário interligando Ouro Preto à Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro, então Capital do Brasil (MANTOVANI, 2007). O ramal ferroviário possibilitaria, ainda, a interligação de regiões economicamente fortes da Província a partir de prolongamentos futuros direcionados a Itabira, Mariana, Santa Bárbara, Ponte Nova e Zona da Mata, além de representar implementação do avanço tecnológico, aludindo à modernidade e ao progresso (MANTOVANI, 2007; MELO; SANTOS, 2017). Entretanto, dificuldades financeiras adiaram o início das obras para 1885 e o ramal ferroviário foi inaugurado apenas em 1889.

Antes mesmo de o ramal ferroviário ser inaugurado, o fluxo de pessoas de variadas localidades, condições sociais e culturas promovia congregação e trocas voluntárias e involuntárias de hábitos, costumes, etc. entre as pessoas. Nas últimas décadas de 1800, Ouro Preto ainda era centro político e econômico do Estado; do mesmo modo, era referência em educação e vida social mineira, local de trânsito de comerciantes, caixeiros viajantes, atravessadores, políticos e estudantes.

As instituições escolares eram locais de concentração de jovens ouro-pretanos e

de diferentes partes do Estado. A cidade abrigava a Escola de *Pharmacia*, fundada em 4 de abril de 1839; o *Lyceu* Mineiro, que funcionou de 3 de janeiro de 1854 até dezembro de 1890; a Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 12 de outubro de 1876 e o *Gimnasio* Mineiro, instituído em 1 de dezembro de 1890 (XAVIER DA VEIGA, 1897).⁸⁶

Mesmo com essas instituições e outras características, como por exemplo, comércio e serviços diversificados e estruturados,⁸⁷ Ouro Preto passou a ser considerada atrasada por apresentar características imperiais e arcaicas, elementos topográficos, clima e qualidade do solo que dificultavam sua adequação aos ideais republicanos, sobretudo às noções de higiene e de salubridade, norteadoras de muitas ações na administração das cidades nesse período (BARRETO, 1936a; NATAL, 2007; JULIÃO, 2011). Elevações, depressões e outros acidentes geográficos da cidade impediam a construção de ruas planas e em linha reta; os caminhos sinuosos carregavam consigo a forma característica do barroco, influenciando na conformação dos corpos nesse espaço, apresentando um espaço urbano que se revelava como obstáculo na busca por retidão de corpos e comportamento da população ouro-pretana (ROSA, 2011).

Para permanecer como Capital mineira era necessário “melhorar o aspecto geral” e viabilizar “progresso, civilidade e embelezamento” da cidade, tendo em vista “considerações de – commodidade – igualdade – hygiene publica e tantas outras”,⁸⁸ o que poderia ser alcançado, entre outras formas, através de intervenções no espaço urbano. Algumas dessas intervenções são mencionadas em uma discussão da Câmara Municipal sobre

⁸⁶ De acordo com Xavier da Veiga (1897, p. 287), com a inauguração do *Gymnasio* Mineiro, que tinha o externato em Ouro Preto e o internato em Barbacena, foram suprimidos o *Lyceu* da Capital e antigos externatos existentes no Estado. Em registros de atas da sessão da Câmara de Ouro Preto foi possível acompanhar os preparativos para a inauguração de um *Lyceu* de Artes e *Offícios* em Cacoiera do Campo, distrito pertencente a Ouro Preto, que ocorreu em março de 1897 (APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. Estante. 228f.).

⁸⁷ Foi possível constatar serviços identificados por termos como: padaria; açougue; restaurante; confeitaria; hospedaria; jogos; botequim; comércio de fazendas, armarinhos, secos e molhados, louças, miudezas; gêneros do país, calçados, chapéus, perfumaria, joias, charutos e fumos desfiados; papelaria e livraria; retratista; fotografia; alfaiataria; modista; barbeiro e cabeleireiro; sapateiro; relojoeiro; caldeireiro; funileiro; marcenaria, mobília e colchoaria; escritório; advogado; dentista; médico; farmácia; agente de banco; casa de pasto; refinaria de açúcar; depósito de leite; fábrica de cerveja, dentre outros (APMOP – Relação de Negociantes. 1890. Caixa 17 L 22. 16f.; APMOP – Registro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões. 1890-1891. Caixa 18 L 14. 135f.; APMOP – Livro de Registro das Rendas Gerais do Município de Ouro Preto. Impostos sobre Indústrias e Profissões. 1892 a 1893. Caixa 21 L 3. 49f.).

⁸⁸ Colocações recorrentes nos documentos: Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal de 1890 a 1894; Registro de Atas de Sessões da Câmara de 1868 a 1883; Registro de Atas de Sessões da Câmara (Termo de Dissolução da Câmara) Atas de Sessões da Intendência de 1883 a 1896; Livro de Atas de Sessões da Câmara de 1894 a 1897; Registro de Atas de Sessões da Câmara de 1895 a 1896; Registro de Correspondências enviadas pela Câmara (Copiador) de 1886 a 1889; Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos) de 1892 a 1893; Livro de Registro de Protocolo de Correspondência de 1892 a 1895; Registro de Protocolo de Correspondência de 1895 a 1897; Correspondência da Câmara - Requerimentos Recebidos de 1890-1896 a 1900 e Registros de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara de 1898 a 1905.

um contrato firmado em 1885 entre a Câmara Municipal e o engenheiro Chrispinianno Tavares para realizar diferentes obras na cidade.

Começando em 7 de Janeiro proximo findo, um dos objectos que fixarão desde logo e continuação a occupar a mais seria attenção desta Camara é a **imprescindivel necessidade de alargamento da Capital** cuja população incessantemente cresce, e consequentemente a de prover á **abertura de mais alguns bairros, novas ruas e edificações** em que restrictamente se observa tudo quanto possa tender a melhorar o aspecto geral da Cidade.

[...]

Esta concessão era e continua a ser sobrecarregada com os seguintes onú: - Contribuição da somma de cinco contos de reis, destinada aos gastos da remoção do matadouro, da ponte em que alli se acha para outro local mais apropriado; pagamento annual dos fóros respectivos; **abertura de uma praça; construcção de passeios alargados; de boulevard, sendo este arborizado; de um caes de pedra que impeça as innundações das aguas do Corrego, factura de esgotos d'aguas servidas e pluviaes.**

Apreciando este acto a luz do direito e do interesse publico, intendeo a Camara que os intuitos ahi contidos merecião a sua acquiescencia, considerando sómente innoval-a no sentido de assegurar melhor as vantagens que da **sua immediata e fiel execução devão provir a Commodidade dos habitantes e a decoraçã da Cidade.**⁸⁹

Na citação é possível notar o planejamento de algumas melhorias que poderiam trazer maior comodidade aos habitantes da cidade, como iluminação de ruas, fornecimento de águas e facilitação do transporte com instalação de linhas de bonde. Questões de comodidade associavam-se também às de salubridade e higiene. A limpeza das ruas e a criação de jardins, praça e de um *boulevard*, por exemplo, visavam comodidade, beleza e decoração de Ouro Preto. Além disso, jardins e *boulevard* eram espaços propícios para momentos de descanso e divertimento, como será abordado mais adiante.

Muitas foram as intervenções pretendidas em Ouro Preto nos últimos 30 anos do século XIX, como alargamento, nivelamento e abertura de ruas; reforma de calçamentos das ruas com paralelepípedos e de passeios; emplacamento de ruas, casas e prédios; construção de novo matadouro, novo teatro, novo cemitério público, novo mercado, praças, jardins, um *boulevard*, um *lazareto*, escolas e linhas de bonde; introdução de iluminação elétrica nas ruas; demolições e (re)construções de prédios; reformas em fachadas de casas e prédios e de chafarizes; planificações de morros e construção de viaduto; e a já citada construção do ramal da linha férrea.⁹⁰

⁸⁹ APMOP – Registro de Correspondências enviadas pela Câmara (Copiador). 1886 a 1889. 100f. Caixa 15 L 16. Registro de correspondência de 2 de Junho de 1887, f. 31-31v, grifo meu.

⁹⁰ Todas as intervenções pretendidas e realizadas foram vistas ao longo dos documentos de atas e correspondências da câmara e da província, documentos sobre os melhoramentos da Capital, documentos de contratos e arrematações e arrendamentos, e alguns documentos sobre receita e despesa e protocolos de requerimentos.

No processo de embelezamento e *endireitamento* de Ouro Preto, as construções e alterações deveriam estar em harmonia com o que já existia. Por isso, ladeiras e morros que não poderiam ser planejados, igrejas, teatro, mercado e prédios do Governo, como a Câmara e Cadeia, também passaram por reformas. Sobre todas as modificações propostas e identificadas nesta pesquisa, não foi possível saber exatamente quantas ou quais obras foram iniciadas, finalizadas ou apenas idealizadas. Todavia, pelas obras identificadas foi possível perceber considerável movimentação que afetou a dinâmica da cidade, seja pelo trânsito de pessoas envolvidas, especialmente engenheiros e companhias construtoras; pelo transporte, carga e descarga de materiais para construções e desconstruções; ou pela desordem espacial causada por desmoronamentos e enchentes.

Inicialmente, as intervenções ocorreriam sem rigor de uma comissão própria. Diante da necessidade de melhor controle, planejamento e organização dessas intervenções ou tentativas de intervir, em 13 de junho de 1891 foi feita uma representação pelos cidadãos Major Antonio Alves Pereira da Silva, Capitão Claudionor Joaquim de Oliveira Pinto e Comendador Francisco Affonso Painhas para que a Câmara Municipal encarregasse uma empresa ou uma Comissão para ficar responsável pelos “indispensáveis melhoramentos necessarios ao embelezamento da cidade”.⁹¹

Em 19 de junho de 1891 foi nomeada a *Comissão* dos Melhoramentos da Capital, composta pelos

Senhores Intendentes Doutor Francisco Borja de Almeida Gomes, Capitão Candido Augusto da Cruz e Francisco Ferreira Real para dar seu parecer acerca dos melhoramentos e embelezamento a faser-se(sic), que deverá ser apresentado a lista Intendencia com a possível brevidade para dar começo a execução de **tao(sic) inadiavel medida**.⁹²

A menção à brevidade e à inadiável medida sugere uma atitude de urgência diante da posição anunciada pelo Congresso Constituinte Mineiro, em abril do mesmo ano, a favor da mudança da sede do governo (BARRETO, 1936a; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1989; JULIÃO, 2011). A última esperança dos não-mudancistas era o fato de que a cidade que receberia a nova Capital ainda não estava definida. Assim, enquanto Ouro Preto ainda era a Capital, os investimentos em melhoramentos continuaram.

Vários contratos foram firmados com o intuito de melhorar a cidade, como, por

⁹¹ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 13 de Junho de 1891, f. 19v-20.

⁹² Ibidem, Sessão de 19 de Junho de 1891, f. 20v, grifo meu.

exemplo, os referentes a iluminação elétrica, limpeza da cidade e construção de *boulevard*. Entretanto, em 14 de setembro de 1891⁹³ foi celebrado o principal contrato para os melhoramentos da Capital⁹⁴, designando inadiáveis medidas, dentre as quais estavam alteração do traçado urbano; construções de edifícios públicos e residenciais, do matadouro, do mercado; bem como estipulação de termos financeiros e prazos; determinação de divulgação do andamento das obras e editais através de publicações em jornais e outras designações, dentre as quais figurava a construção de espaços para divertimentos, como pode ser observado nos trechos em destaque:

Clausula Primeira =

Os contractantes obrigão-se: =

Primeiro a contar o morro da Forca até o nível do Caminho Novo, e aplinal-o em toda superfície para receber edifícios e embelezamentos. [...]

Quarto =

Construir um Theatro bem situado para ambas as Freguesias da Cidade com proporção para seiscentos espectadores, distribuídos em duas ordens de camarotes, galerias e plateia, sendo um camarote destinado ao Chefe do Estado, e outro ao Presidente dos espectaculos. As cadeiras da plateia serão convenientemente espaçadas umas das outras, devididas(sic) em primeira e segunda classe. [...]

Clausula Nona

A situação do Theatro, do Matadouro e do Mercado será determinada por accordo entre os contractantes e a Intendencia. [...] .⁹⁵

Dentre as obras mencionadas especificamente neste contrato, destacam-se as intervenções no Morro da Forca, que receberia diferentes espaços para divertimentos, e a construção de um novo teatro. Ambos foram assuntos recorrentes nas atas, correspondências, contratos e editais. As obras de melhoramentos foram concentradas em áreas das principais freguesias da cidade: Ouro Preto e Antônio Dias, localizadas em regiões centrais. Essas regiões continham características imperiais que precisavam ser reconfiguradas para tentar ficar em conformidade com os referenciais da República. Porém, a atenção dada à região central da cidade não anulou a ideia de crescimento territorial da cidade.

Como “a falta de terrenos na cidade para edificação de casas era um dos principais motivos com que se procurava justificar a necessidade da mudança da Capital”,⁹⁶ era preciso

⁹³ O cabeçalho do contrato registra como contrato celebrado em 14 de setembro, mas o texto introdutório do mesmo contrato escreve “doze de Setembro”.

⁹⁴ Outros contratos foram firmados com o intuito de melhoramentos, como para iluminação elétrica, para limpeza da cidade e para construção de *Boulevard*, por exemplo.

⁹⁵ APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. Caixa 16 L 9. Contracto Celebrado entre a Intendencia Municipal de Ouro Preto e os Cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta Capital, n. 558, 14 de Setembro de 1891, f. 38v-41v.

⁹⁶ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 8 de Outubro de 1891, f. 36-37.

promover uma expansão da cidade com “abertura de mais alguns bairros”⁹⁷ e, com esse intuito, as alterações, ou tentativas de alterações da malha urbana contemplaram também melhorias e construção de bairros mais distantes do centro de Ouro Preto, como os bairros Saramenha e Morro do Cruzeiro.

No caso de Saramenha, ele aparece em um projeto de contrato para melhoramentos apresentado em 7 de março de 1892:

Além disso [os contractantes] obrigam-se condicionalmente
- 1º A repovoar com colonos e operarios nacionaes ou estrangeiros não somente a área da antiga cidade, mas tambem os arrebaldes, como sejam o Tripuhy, Campo Grande, Saramenha, etc [...].⁹⁸

Por que repovoar Ouro Preto com colonos e operários? Essas localidades estavam desabitadas ou a intenção era mudar a característica de seus moradores? Qual era o perfil da população dos “arrebaldes”? Como ocorreu esse repovoamento, se é que ocorreu? São questões a se pensar, para as quais não foram encontradas respostas. O que se sabe é que um ano depois de apresentada a proposta no contrato, Saramenha, um dos locais sugeridos para ser repovoado, parecia ser um bairro promissor, diante do que se pretendia apresentar como alternativa para o crescimento de Ouro Preto e sua manutenção como Capital.

Alguns argumentos da potencialidade de Saramenha podem ser vistos no ofício ao diretor da Estrada de Ferro Central, escrito em 6 de fevereiro de 1893:

É o bairro do Saramenha, como VS^a perfeitamente sabe, um dos mais lindos de quantos se podem considerar arrebaldes d’esta Capital. Espaçosa planície ali se oferece a receber optimas edificações e acha-se já em projecto o estabelecimento de fabricas que em breve attrahirão ao local um importantíssimo núcleo de povoado. Á Camara, a que mais de perto toca promover todos os melhoramentos uteis ao engrandecimento e prosperidade do município, na benemerita directoria da estrada de ferro central tem sempre encontrado o bom desejo de com ella colaborar no mesmo sentido e esta boa vontade é o que ainda agora me anima a ir rogar á VS^a se digne de acolher generoso o instante e geral pedido de uma ordem que faça parar por breves momentos n’aquella localidade os trens mixtos, medida esta não só de reconhecido e inconstestavel interesse publico, mas ainda de conveniencia para a propria estrada pelo consequente augmento de concurrencia.⁹⁹

Como destacam Sevckenko (2001) e Julião (2011), as fábricas foram um dos

⁹⁷ APMOP – Registro de Correspondências enviadas pela Câmara (Copiador). 1886 a 1889. 98f. Caixa 15 L 16. Registro de correspondência de 2 de Junho de 1887, f. 31-31v.

⁹⁸ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Projecto de contracto, f. 4.

⁹⁹ APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 6 de Fevereiro de 1893 f. 117v-118, grifo meu.

símbolos do novo mundo moderno. Uma cidade que tinha potencial para a implementação de fábricas significava uma cidade com condições para melhorar e acompanhar o progresso que se forjava em fins do século XIX. Além disso, a extensão do território escolhido para o bairro Saramenha, “com espaçosa planície”, parecia ideal para abrigar um núcleo povoado com atividades cotidianas, para receber de forma harmoniosa e higiênica edificações, fábricas, comércio e também o cemitério da cidade, realocado para esse bairro em meados de 1880 por indicação de sanitaristas, devido a questões de higiene e salubridade.

É interessante destacar a presença de sanitaristas em Ouro Preto. Neves (1913), ao escrever sobre a higiene das cidades principalmente em Minas Gerais, aponta o trabalho de engenheiros sanitaristas e médicos higienistas como sendo de suma importância para a saúde das cidades. Trabalhando harmoniosamente sob os preceitos higiênicos, esses profissionais interfeririam na vitalidade e nos progressos físicos e sociais dos povos (NEVES, 1913).

O autor também afirma a necessidade de as casas conterem em seus quintais jardins ou até mesmo árvores, serem arejadas e disporem de farta iluminação. Casas assim não eram predominantes na região central de Ouro Preto, que, salvas exceções, eram (e até hoje são) divididas *parede meia* (ROSA, 2005). Talvez por isso, pelo espaço disponível para construção de casas que correspondesse às recomendações registradas por Neves (1913), o morro do Cruzeiro tenha sido cogitado para atender a essas necessidades no momento de reorganização urbana.

Em ata da Intendência Municipal de 10 de maio de 1893 foi apresentada uma proposta para que se criasse uma comissão responsável por avaliar “o planalto do morro do Cruzeiro”, localidade que respondia “às diversas questões constantes das instruções que o governo deo á comissão que estuda os pontos indicados pelo congresso para a futura capital deste Estado”.¹⁰⁰ Vale lembrar que as “diversas questões” mencionadas referem-se a questões de salubridade do ar, do clima e da água, topografia, riquezas naturais, condições de higiene, beleza, localização central, fertilidade do solo, entre outros requisitos necessários para desenvolver valores clamados durante o processo de urbanização e civilização da época (BARRETO, 1936a).

A adequação dessas diversas questões tornou-se, pois, uma necessidade não só da República que clamava por mudanças, mas do próprio crescimento das cidades que suscitou problemas de saúde pública, moradia, educação, entre outros, como destacado por Marins (1998) ao retratar o processo de urbanização de grandes cidades brasileiras em tempos iniciais

¹⁰⁰ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 10 de Maio de 1893, f. 178.

da República, e por Fonseca (2004) em seu estudo sobre os recursos hídricos de Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX.

Para alguns membros da Câmara Municipal de Ouro Preto, dentre eles, o engenheiro João F. Baskley, o morro do Cruzeiro ofereceria possibilidades para sanar alguns dos problemas que a cidade enfrentava e atenderia aos requisitos salubridade, civilidade e progresso. Uma comissão composta pelo referido engenheiro e os doutores Pedro José da Silva, Claudio A. Bernhaus de Lima, Francisco A. de Oliveira Catão, Von Erven, Augusto Barbosa da Silva e Francisco de Paula Oliveira¹⁰¹ enviou uma proposta para a Comissão Construtora da Nova Capital¹⁰² em junho de 1893 apresentando, então, o Morro do Cruzeiro como um local propício para a construção da nova Capital.

Além das questões físicas do local, ao que tudo indica, o Morro do Cruzeiro era também uma localidade que já tinha uma certa dinâmica social. Em 1872, por exemplo, há um registro de festas em comemoração à Independência do Brasil. Um ano depois, outro registro da mesma festa indica o funcionamento de botequim no local: “Recebeu o Procurador a Camara Municipal desta Cidade, Telésforo Antonio de Moraes de José da Cunha Vilhares, importe da licença de botequim que abriu no Morro do Cruseiro(sic) no dia 7 do corr.^e, cinco mil réis”.¹⁰³ A existência de um botequim em funcionamento mostra que havia uma estrutura social no Morro do Cruzeiro.

Do mesmo modo, as festas pressupunham público para educar aos moldes do que se celebrava. A festa de Sete de Setembro, por exemplo, era promovida em parceria entre Igreja (que organizava) e Câmara Municipal (que financiava). Qual a importância de uma festa dessa fora do eixo central da cidade, ou seja, das freguesias do Ouro Preto e do Antônio Dias? Sendo uma região periférica, mas que apresentava potencialidade para crescimento da cidade, atividades culturais e sociais, como as festas; e comerciais, como nos botequins, precisavam ser incentivadas, mas controladas. Esses poderiam ser aspectos positivos da localidade que foi cogitada para a construção da nova Capital.

Na década de 1890, quando a proposta de construir a capital no planalto do Morro do Cruzeiro foi elaborada, registros de festas públicas nesse local são recorrentes. Um ofício de Jose Antonio de Souza Vianna mostra que a Câmara Municipal dispendeu cem mil réis para cada uma das “festas publicas da aurea lei 13 de Maio que se effectuaram no Morro do

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² A Comissão Construtora da Nova Capital foi constituída pelo Congresso Constituinte Mineiro para avaliar a mudança da Capital, os locais que se candidataram, os projetos de novas capitais e o andamento das obras, bem como participar do planejamento e o encaminhamento das obras.

¹⁰³ APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1872 a 1875. 81f. Registro n. 260, 10 de Setembro de 1873, f. 23v.

Cruzeiro” em 1893 e 1894,¹⁰⁴ e em 1894 há registro de festejos populares no referido morro, apesar de não especificar a natureza desses festejos. Apesar disso, a proposta de construir a nova Capital nesse morro foi considerada no primeiro momento, mas acabou gerando controvérsias por se tratar da construção de uma nova capital na própria Ouro Preto e, então, o Morro do Cruzeiro foi rejeitado como possível sede do Estado (MANTOVANI, 2007; VISCARDI, 2007).

Como já foi ressaltado, um dos aspectos mais preocupantes de civilidade se associava à questão da salubridade pública. De acordo com Fonseca (2016), a insalubridade era um dos grandes problemas de Ouro Preto desde o início do século XIX e, com a ênfase do discurso higienista, a cidade demandava ter sua insalubridade saneada. Em 1893 há uma solicitação para que

se auctorisase o poder competente a mandar collocar fora do respectivo edificio [o Theatro] e em lugar apropriado dous ou mais mictorios para um dos espectadores em noites de divertimento das pessoas que transitar pela rua do Carmo, visto que essa falta muito tem prejudicado aos habitantes d’essa rua, sendo alagadas as portas e portões de suas casas além do mau cheiro que são obrigados a supportar. [...].¹⁰⁵

A solicitação foi feita para que se aproveitasse o serviço de limpeza do *Theatro e* incluía ainda que fossem colocados coletores de água no telhado para evitar que a queda da água no passeio inundasse as portas do prédio. Há preocupação com a conservação da limpeza do ambiente, como também com um hábito de parte da população. A necessidade de mictórios para controle de urinação nas ruas sugere que essa era uma prática comum, mesmo que mal vista, uma vez que estava deixando as portas e portões das casas vizinhas alagadas e com mau cheiro.

Esse parecia ser um problema já conhecido, pois em um trecho da ata de 25 de janeiro de 1883, por exemplo, há uma autorização para instalação de mictórios públicos pela cidade e orientação de serviços de limpeza:

Fica autorizada a Camara a estabelecer sete mictorios publicos nos seguintes postos da Cidade: Um na praça da independencia. Um na rua do Bobadella. Um nas proximidades do Theatro. Um perto da ponte dos contos. Um no largo da Alegria junto a ladeira do Ouro Preto. Um no largo do Rosario e um nas proximidades da matriz de Antonio Dias. No perimetro de 200 metros dos mictorios publicos, fica prohibido a urinar-se nas ruas, praças, travessas, ou beccos da Capital. Aos infractores pena de 24 horas de prizão[sic] e 6\$000 de multa e o dobro nas

¹⁰⁴ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1893, officio de 17 de Maio de 94.

¹⁰⁵ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 17 de Abril de 1893, f. 162v.

reincidências.¹⁰⁶

A colocação de mictórios nesses locais pressupõe que ali havia concentração de pessoas, ou seja, poderiam ser locais de encontro, recreio, reunião e de diversão. Sant'Anna (2007), ao estudar São Paulo entre 1822 e 1901, fala de locais que tinham primordialmente outras funções que não os divertimentos, mas acabavam sendo usados também para tal, como chafarizes ou pontes sobre rios. No caso de Ouro Preto, além de chafarizes espalhados pela cidade, os adros das igrejas eram tão propícios para os momentos de diversão que, por vezes, eram solicitados para realização de atividades específicas, como visto no requerimento de Rocha e [May] que em 17 de julho de 1897 pediram “licença para levantar um pavilhão afim de dar espectáculo publico em terreno atraz(sic) da Igreja do Rosário”.¹⁰⁷

Outro ponto para se observar sobre o caso dos mictórios públicos é que entre uma solicitação e outra para se colocar mictórios nas ruas há uma distância de 10 anos. Ambas foram aprovadas, mas parece que 10 anos não foram suficientes para banir o hábito de urinar em local público, o que mostra mudar hábitos e comportamentos pode ser um processo lento e gradual. Além disso, a preocupação com os mictórios pode estar associada também com a implementação de um novo sistema de esgoto na cidade, que no final do Oitocentos estava em andamento.

Fonseca (2004) menciona que o primeiro sistema de esgoto de Ouro Preto foi inaugurado em 1890 e Neves (1913) acrescenta que a cidade era uma das cidades mineiras com mais propriedade e perfeição no serviço de saneamento e distribuição de água e esgoto. Mas até que o sistema de esgoto fosse inaugurado, o abastecimento de água das casas em Ouro Preto acontecia por, pelo menos, 32 chafarizes públicos, bicas e fontes existentes na cidade em fins do século XIX ou por concessão de porções de água a particulares mediante pagamento e chafarizes privados (FONSECA, 2004). As atividades higiênicas não contavam com reservatórios ou cômodos apropriados, salva poucas exceções, e os despejos sanitários eram feitos “através de valos, [que escoar facilmente] para os córregos que passavam nos fundos dos quintais ou para as sarjetas das ruas” (FONSECA, 2004, p.48).

O abastecimento e uso das águas era uma preocupação frequentemente registrada em atas, requerimentos, projetos de melhoramentos e no estatuto municipal, o que se justifica quando considerado que das obras relativas à higiene, o tratamento das águas da cidade é

¹⁰⁶ APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191f. Caixa 11 L 1. Sessão de 25 de Janeiro de 1883, f. 161-161v.

¹⁰⁷ APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. Registro n. 989, de 17 de Julho de 1897, f. 123.

primordial (NEVES, 1913). Além de interferir na saúde da população, do solo e consequentemente na alimentação das pessoas, as águas contaminadas dos rios também afetava o embelezamento da cidade.

Embelezamento e higiene se associaram por algumas vezes, como em debates sobre o trânsito de carroças e animais ou sobre o descarte de lixo nas ruas da cidade. A respeito do lixo, por exemplo, na sessão do dia 25 de janeiro de 1883, logo depois de discutir sobre os mictórios, os vereadores deliberaram que

Para a limpeza das ruas praças travessas e beccos da Capital, fica creado pela Camara Municipal um serviço de carroças de mão e tiradas por animal, que todos os dias antes das 9 horas da manhã, removerão o lixo para o lugar que for oportunamente indicado pela Camara, sendo antes varridas as mesmas ruas, praças [] pelos encarregados desse serviço, com o auxilio dos galés que o Governo provincial prestar a Camara. [...].¹⁰⁸

A manutenção da limpeza das ruas promoveria, então, embelezamento, melhores condições de salubridade e, consequentemente, comodidade aos seus frequentadores (moradores ou visitantes), melhorando o aspecto geral da cidade.

Durante o processo de melhoramentos da cidade, muitas foram as questões que receberam atenção; melhorias necessárias incorporaram questões para “organizar, controlar, regulamentar e normalizar a vida dos ouro-pretanos” (FONSECA, 2016, p.55). Embora se justificasse como algo a favor de toda a população, dentre intervenções de natureza física e moral, o replanejamento físico da cidade e o reordenamento urbano visavam atender a interesses de uma parcela da população que tinha interesse em manter Ouro Preto como Sede Administrativa de Minas Gerais.

Como observou Fonseca (2016, p. 12), “uma reforma urbanística superaria a topografia difícil da cidade. Os defensores de Ouro Preto viam no passado mineiro raízes de nosso futuro. Somente o passado valorizado e respeitado poderia impulsionar o Estado e o país rumo ao progresso”. Era preciso transformar a imagem de antigo em retrato de progresso pretendido pelos novos tempos republicanos, fazer Ouro Preto mais uma vez ressurgir e firmar seu papel de cidade importante na história do Estado. Mais que uma oposição entre passado e futuro, era conveniente que fatores tradicionais com valores positivos estivessem em composição com novos valores.

Melhorar a cidade compreendia melhorar o traçado urbano, os comportamentos, a higiene, a dinâmica da cidade em diferentes aspectos. Os divertimentos – tempo-espço em

¹⁰⁸ Idem.

que o indivíduo desperta sensibilidades e se molda pela experimentação dos sentidos, estando exposto e disposto ao que lhe agrada, sendo bom ou mau – também foram contemplados nesse processo de transformações de Ouro Preto e melhoria da cidade, especialmente por meio de projetos de novos espaços como *boulevard*, jardins, teatro e o Morro da Forca.

5.1 *Boulevard* e jardins

No século XIX, Paris passou por ampla e intensa intervenção em sua estrutura urbana em termos de embelezamento, circulação e infraestrutura; inspirando transformações de cidades por todo o mundo ocidental (BILO, 2009). Sendo a Europa um modelo de civilização e progresso nesse período (RODRIGUES, 2006), cidades brasileiras também se inspiraram no modelo parisiense de modificação urbana.

De acordo com Bilo (2009), Georges Eugène Haussmann foi quem idealizou e iniciou em Paris um programa de transformações no espaço urbano envolvendo aspectos estruturais, técnicos, paisagísticos e financeiro, sob a premissa do alinhamento e da ordem, a partir de uma lógica embelezadora e higienista. Nesse contexto surgiram os *boulevards*, longas e largas ruas e avenidas densamente arborizadas e mais bem iluminadas, que proporcionavam melhor circulação pela cidade ao interligar-se com outros espaços de trânsito, como ruas de acesso ao centro e à periferia, e com espaços de permanência, como grandes parques e jardins públicos (BILO, 2009).

Este foi o modelo que parece ter inspirado os governantes de Ouro Preto e os envolvidos nos projetos de melhoramentos da cidade. Mas como desenvolver esse modelo numa cidade com terreno acidentado, em que grandes áreas planas no território urbano eram quase inexistentes? Removendo morros, planejando ruas, abrindo o espaço necessário para embelezar a cidade e mudar a imagem associada ao período colonial, que se pretendia deixar no passado.

Um dos projetos que atenderia ao anseio de mudar a imagem da cidade era o de um *boulevard*, citado em Termo de Contrato assinado entre a Câmara Municipal de Ouro Preto e o engenheiro Chrispinianno Tavares, em 7 de março de 1887. Dentre outros serviços a serem prestados pelo engenheiro, como aterrizar terrenos, construir cais de pedra e macadamizar ruas,

Artigo 2º

O concessionario obrigase(sic):

§§ 1º A construir um boulevard de largura igual á da igreja matriz de Nossa Senhora

do Pilar e que, d'ahi partindo, vá terminar em linha recta na parte mais alta do becco – dos bois – seguindo a planta por elle apresentada(sic) e recolhida ao archivo da Camara.

§§ 2º A de accorto com a mencionada planta, preparar na praia denominada – do manejo – uma praça de sessenta metros de largura e oitenta de fundo, mantendo-lhe a mesma denominação indicada na planta de – Praça do Visconde do Rio Branco –, e alinhar, partindo d'ella, uma rua de quinze metros de largura, que irá terminar no boulevard.

§§ 3º A construir passeios lageados junto as cazas(sic) em toda a extensão da praça, da rua e do boulevard, bem como a organizar este.¹⁰⁹

Investir em um *boulevard* era investir em um aspecto saudável da nova vida urbana. A passagem do século XIX para o XX foi repleto de transições nos sistemas econômico, industrial, político; transições que refletiram na sociedade e na estrutura das cidades. O ritmo de vida nas cidades passou a ficar mais acelerado, as exigências ao trabalhador passaram a ser maiores diante do avanço da tecnologia e suas possibilidades; o que servia à modernidade podia ser também “ameaça ao vigor físico, à boa saúde, ao progresso e à civilização” (DALBEN; SOARES, 2011, p.169).

Nesse sentido, os espaços “naturais” como praças, parques e jardins, assumiram um significado para além do embelezamento. A natureza assumia papel de regeneradora de corpos e comportamentos ao possibilitar momentos de contemplação, descanso, sociabilidade e diversão. De acordo com Neves (1913) a natureza seria o pulmão das cidades modernas que necessitavam ser saneadas; a renovação do ar e a movimentação das águas manteriam a atmosfera física e moral das cidades. Esse é um motivo plausível para que praças, *boulevard* e jardins tenham sido citados em diferentes documentos da Câmara Municipal referentes aos melhoramentos.

Em registro de obras públicas de 1891 a 1892, sobre os encargos que pesam sobre os cofres municipais, há o seguinte texto:

Construção de um cães na praia do Manejo desde a ponte do Rosario até a Casa do cidadão Francisco de Paula Soares Ferrª.

Feito este melhoramento haverá terreno para a construção de 100 excellentes predios **em um bairro aprasivel e para um grande jardim, cuja falta é tão sensível n'esta Capital, onde não existe um ponto para reunião de familias e para diversão dos nossos hospedes e visitantes.**¹¹⁰

Sabe-se que no final do século XIX em Ouro Preto, o jardim na Praça da

¹⁰⁹ APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. 98f. Caixa 16 L 9. Termo de Contracto, pelo qual é concedido ao engenheiro Chrispinianno Tavares o aforamento de terrenos, f. 4.

¹¹⁰ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipaes, grifo meu.

Independência e o Jardim Botânico eram os principais jardins da cidade. Não foi possível constatar quantos jardins e praças existiam, nem como esses jardins mencionados eram utilizados pela população ou visitantes. No caso do Jardim Botânico, as pistas de sua existência aparecem sempre associadas como um ponto de referência, como por exemplo:

Cornelio Rosemberg, pretendendo construir uma chacara para sua residencia no lugar denominado Jacuba – **acima do Jardim Botânico**, cujo terreno se acha devoluto, pede que lhe seja concedido por aforamento, o referido terreno, para assim poder iniciar as respectivas obras. Pede, outro sim, que a Secretaria informe quaes as **divisas do aludido terreno com o Jardim Botânico**, e bem assim, o numero de braças de terrenos pertencentes á este estabelecimento.¹¹¹

Mas de acordo com Cabral (1969), o Jardim Botânico inaugurado em 19 de fevereiro de 1800 serviu, ao longo do século XIX, “para cultivo de árvores frutíferas, exóticas ou indígenas, do chá da Índia, de flores e ervas medicinais” (CABRAL, 1969, p.141), além de ali ter sido desenvolvida a criação de abelhas para produzirem cera e mel que abasteciam os mercados da região, tanto quanto as sementes de chás da Índia, que principiaram a produção do Barão de Camargos na Fazenda do Tesoureiro (CABRAL, 1969). Segundo Santos (2011a), o que se cultivava no Jardim Botânico chegou a ser distribuído gratuitamente a quem pedisse.

Terra (2010) observa que os jardins diferem de acordo com suas finalidades, podendo ser: jardim utilitário, para cultivo de hortas, pomares e plantas medicinais; jardim científico, para estudos; ou jardim de prazer, para satisfazer necessidades espirituais ou de vaidade humana. Um jardim botânico se presta ao cultivo e à exposição de plantas variadas, o que permite que esse local fosse utilizado também como ponto de encontro de famílias e para passeios ao ar livre. Entretanto, o autor também observa que o primeiro Jardim Botânico criado no Brasil, o Real Horto, no Rio de Janeiro, era inteiramente privado, passando a admitir visitas públicas somente três anos após sua inauguração, mesmo assim mediante a autorização do diretor do Jardim e sob companhia de seguranças. Seria essa a mesma situação do Jardim Botânico de Ouro Preto e por isso a falta de pistas sobre seu uso?

Isso também justificaria a “falta que é tão sensível” desses espaços na cidade, reduzindo as opções a outro jardim do qual se tem registro, o jardim da Praça da Independência que, em 1887, parecia não atender às necessidades da população, ou expectativas das autoridades da cidade.

De acordo com Mantovani (2007, p.90):

¹¹¹ APMOP – Registro de Protocolo de Requerimentos à Câmara. 1889 a 1892. 99f. Caixa 17 L 10. Requerimento de 18 de Abril de 1892, f. 50.

O diretor geral [de Obras Públicas] também critica o jardim existente na praça da Independência, achando que ele estava “tosca e feiamente obstruindo a única praça que existe nesta Capital”. Afirmava que a praça deveria estar completamente desimpedida e se tivesse algumas árvores, elas deveriam estar localizadas em suas laterais. Mas, se esta não existisse, os habitantes de Ouro Preto não teriam um “ponto de recreio ou de reunião, onde possam, à tarde e, à noite, descansar das fadigas do dia, e entregar-se, assim, à um exercício necessário à saúde, e tão indicado pelos profissionais.”¹¹²

A descrição feita do jardim, insinuando um possível estado de descuido, não descreve a mesma situação registrada por Guilherme Liebenau (Imagem 5) e a fotografia não demonstra o que consta no Inventário de Bens da Câmara de 1892, que a praça possui “10 bancos grandes aliados(sic)”.¹¹³

Imagem 5 – Jardim da Praça da Independência, entre 1867 e 1894.¹¹⁴



Fonte: LIEBENAU, Guilherme. Biblioteca Nacional, s./d.

¹¹² A documentação usada por Mantovani (2007) foram os relatórios de Presidentes da Província, disponíveis no acervo físico do APM, não consultados nesta pesquisa.

¹¹³ APMOP – Inventário dos Bens da Câmara. 1892. 87f. Caixa 20 L 1. No Jardim da Praça da Independência, f. 3.

¹¹⁴ Embora não haja referência da data da imagem disponível na Biblioteca Nacional, o mesmo registro de imagem está disponível também no acervo do APM, com qualidade diferente (Anexo 2). Na imagem do APM há a seguinte descrição: “Ouro Preto - Praça com o Palácio, coluna Tiradentes, primeiro monumento aos conjurados de 1789. Inaugurado em 3.4.1867 e demolido em 17.4.1894. [...]” (LIEBENAU, 1867-1894 - data provável).

Mesmo que por vezes o jardim da Praça tenha parecido descuidado, por outras ele recebeu atenção através de “serviço da conservação do relógio e jardim da Praça”,¹¹⁵ por exemplo, por ser uma opção de recreio, reunião ou prática de exercícios necessários à saúde e indicados por profissionais.¹¹⁶

Nota-se que espaços que possibilitavam descanso e divertimento ao ar livre estavam em voga na época e sua importância foi destacada em outros documentos da Câmara Municipal e da Intendência ao longo dos anos. Em 1891,

nesta Capital do Estado de Minas Geraes, e casa da Intendencia Municipal, ás onze horas da manhã; [...] abre-se a sessão que teve lugar a pedido do Intendente Dr. Francisco Borja de Almeida Gomes, o qual tendo pedido a palavra declarou que tinha exigido a presente sessão para apresentar a Intendencia uma indicação que julga de necessidade e é o de officiar-se ao Ex.^{mo} Presidente deste Estado, **chamando sua attenção sobre os melhoramentos da praia denominada – Manejo – que pode prestar-se á um bello e lindo jardim**, ou mesmo a aprasiveis edificações [...].¹¹⁷

O orçamento para o melhoramento “indispensavel á utilidade e aformosamento desta Capital” foi “discutido e approved unanimemente” na mesma sessão. Em 1893 outra proposta para construção de um jardim foi apresentada pelo engenheiro Joaquim Francisco de Paula na ata da Câmara de 30 de janeiro:

construir um jardim publico no local do antigo matadouro e, nos lugares que forem indicados pela camara, um asylo de orphãos, **um theatro** e um mercado de ferro, tudo pelos mais aperfeiçoados systemas, calçar as ruas da avenida á parallalepipedos(sic), edificar por conta própria ou de terceiros casas para accommodações de familias, **construir uma linha de bondes para serviço especial do boulevard(sic)**; obrigando-se a camara, por sua parte a conceder-lhe privilegio(sic) para esses fins [...].¹¹⁸

O projeto do *boulevard* era um dos melhoramentos “indispensáveis à utilidade e aformosamento da Capital”, pois além de sua localização próxima do ramal da linha férrea, servindo de cartão postal aos que desembarcassem em Ouro Preto; seu caminho arborizado envolveria uma casa de máquinas e, como destacado na Planta dos Melhoramentos da Capital (Imagem 6), um espaço próprio para um jardim público, a Câmara Municipal e acomodaria um teatro que, embora não apareça nas descrições sobre o *boulevard*, está desenhado na Planta.

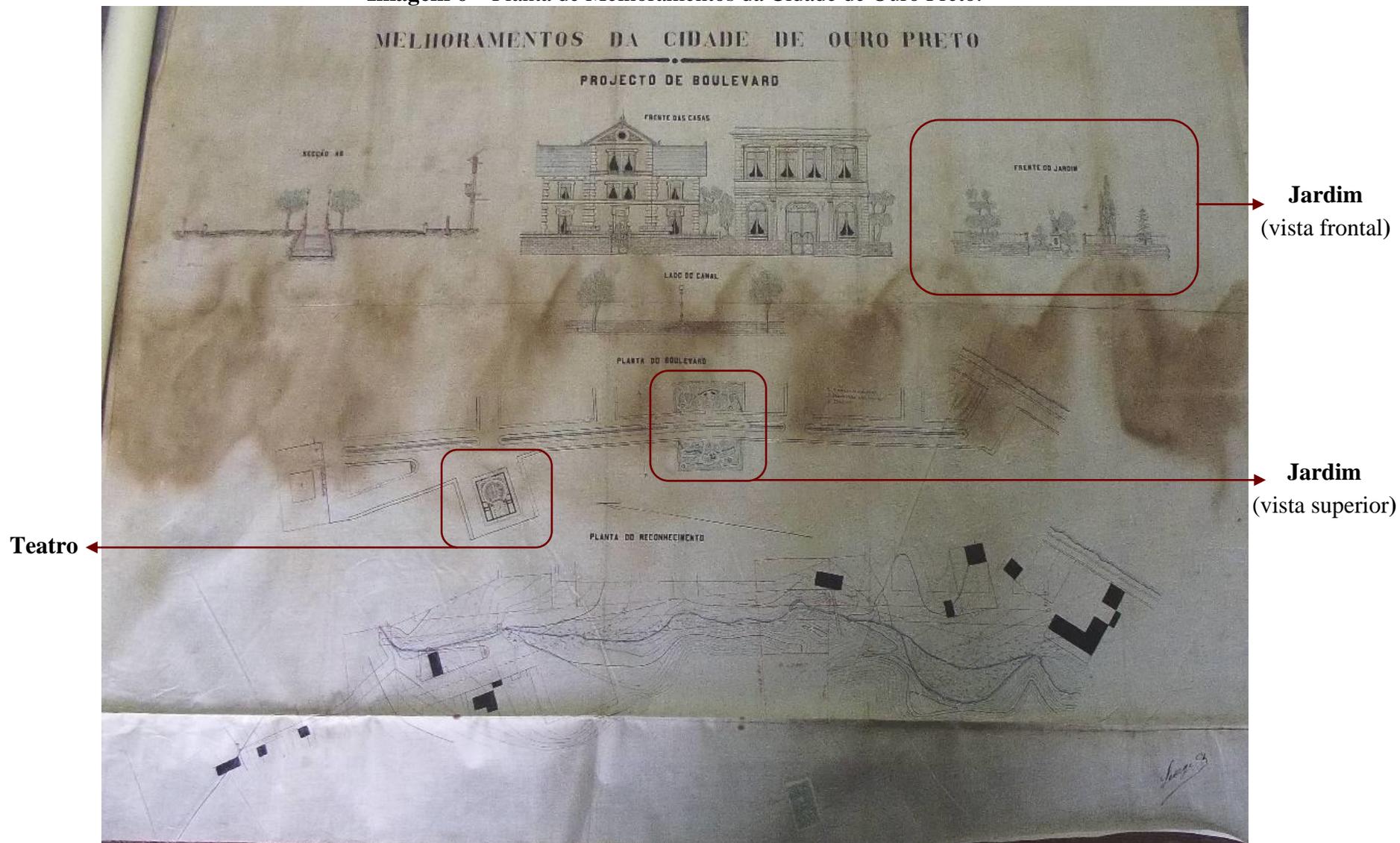
¹¹⁵ APMOP – Livro de Registro de Protocolo de Correspondência. 1892 a 1895. 15f. Caixa 20 L 9. Registro de 23 de Março de 1892, f. 3v.

¹¹⁶ Argumentos identificados em registros de Atas da Câmara e da Intendência Municipal.

¹¹⁷ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão extraordinária de 21 de Dezembro de 1891, f. 46v, grifo meu.

¹¹⁸ Ibidem, Sessão de 30 de Janeiro de 1893, f. 156, grifo meu.

Imagem 6 – Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Melhoramentos da Capital, s/d.

5.2 Teatro e Morro da Forca

Entre construções de novos espaços e manutenção de antigos, o teatro ocupava lugar nas duas opções. Em Ouro Preto já havia um teatro, desde 1770, que recebeu atenção quanto “á conservação de um edificio tão necessario para distração do povo”,¹¹⁹ principalmente na década de 1890. Além de conserto de cadeiras, aparelhos cênicos e telhado do prédio, serviço de abastecimento de água e contratação de fiscal/zelador para manter a conservação do prédio e dos móveis do *Theatro*,¹²⁰ a Câmara Municipal de Ouro Preto designou, em 5 de janeiro de 1893, o engenheiro Blaksley para “examinar o theatro desta cidade e propor-me o que entender para melhoral-o, afim de fazer depois a respectiva planta e orçamento”.¹²¹ Provavelmente a melhoria do *Theatro* contou com a mudança da estrutura dos camarotes e do piso em declive; mudanças essas apontadas por Araújo *et al.* (2009) que, ao estudarem a restauração do Teatro Municipal de Ouro Preto, alegam que algumas das alterações feitas ao *Theatro* foram para “adaptá-lo às exigências de conforto dos usuários do século XIX” (ARAÚJO *et al.*, 2009, p.380).

Entretanto, tantos gastos com o *Theatro* pareciam não contentar membros da Câmara Municipal. Mesmo que a utilização do *Theatro* fosse frequente e rendesse alguma contribuição aos cofres, como já visto no capítulo anterior, os “encargo[s] só lhe acarretara despesas sem vantagem alguma para a Camara”.¹²² As despesas com manutenção e reformas do *Theatro* sustentaram discussões encontradas entre 1891 e 1897, sobre a quem seria designada a responsabilidade de cuidar do edifício do *Theatro*, que pertencia ao Estado, mas estava sob administração da Câmara Municipal, naquela ocasião Intendência Municipal.

Na sessão de 8 de outubro de 1891 foi lido um ofício

do Director Geral das Obras Publicas entregando á mesma Intendencia o theatro

¹¹⁹ APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante. Sessão de 15 de Outubro de 1897, f. 212.

¹²⁰ Vistos, por exemplo, nos documentos: APMOP – Livro 2 de Contratos de Arrendamentos. 1896 a 1917. 100f. Caixa 26 L 4. Termo de contracto que assignam a Camara Municipal, representada por seu Agente executivo, e o cidadão Loduvico Ferreira Velloso para a execução das obras de reconstrução do telhado e reparo do forro do Theatro desta cidade, f. 51-52; APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 25 de Junho de 1893, f. 109v-110; APMOP – Registros de Petições, Requerimentos e respectivos despachos. 1895 a 1896. 98f. Caixa 24 L 11. Requerimento de 15 de Abril de 1895, f. 30; APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 7 de Julho de 1892, f. 111.

¹²¹ APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. Correspondência de 5 de Janeiro de 1893, f. 102v-103.

¹²² APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante. Sessão de 15 de Outubro de 1897, f. 212.

desta Capital com todos os seus pertencentes, continuando o edifício a ser propriedade do Estado, e acompanhado de uma votação dos objetos nelle existentes e dos que faltão conforme o inventario feito.¹²³

Ao que parece, depois de discussões e negociações a respeito de dívidas de aluguel do prédio, a responsabilidade pela administração e conservação do *Theatro* permaneceu com a Câmara Municipal, dirigida à Comissão de Obras Municipais.¹²⁴

Ao mesmo tempo em que se pensava como manter o teatro já existente, em meio às propostas para os melhoramentos da cidade, em contratos e projetos de contratos diferentes, estava a proposta de construção de um ou mais teatros na Capital. Foram encontradas designações para três locais e, ao que parece, para três teatros diferentes: um teatro a ser construído no *boulevard*; um a “ser edificado no local junto ao Thesouro do Estado”¹²⁵ e um *polytheama*¹²⁶ construído no terreno suprimido do Morro da Forca.

É possível pensar o porquê da intenção de mais de um teatro se for considerado o texto no contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos da Capital:

Os contractantes obrigam-se

[...]

- 4º A construir um theatro, **bem situado para ambas as Freguesias da Cidade**, com proporções para seiscentos espectadores, destruidos(sic) em duas ordens de camarotes, galerias, e platéa(sic), sendo um camarote destinado ao Chefe do Estado, e outro á autoridade que presidir os espectaculos. As cadeiras da platéa convenientemente espaçadas umas das outras serão discriminadas(sic) em 1ª e 2ª classe.¹²⁷

O teatro já existente situava-se na freguesia do Ouro Preto, local onde permanece até hoje, muito próximo ao marco central da cidade, a Praça da Independência. Ao avaliar as localizações propostas para os novos teatros, verifica-se que o *Thesouro* do Estado localizava-se onde atualmente fica o Museu Casa dos Contos, pertencente à freguesia do Ouro Preto e que dispunha de um terreno vazio junto de si, hoje Grande Hotel de Ouro Preto. O *boulevard*

¹²³ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. Estante. 248f. Sessão de 8 de Outubro de 1891, f. 35v.

¹²⁴ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 26 de Abril de 1893, f. 168v; APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante. Sessão ordinária de 15 de Outubro de 1897, f. 212v.

¹²⁵ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 4 de Fevereiro de 1892, f. 57.

¹²⁶ Do grego *polýs* (muito) e *théama* (espetáculo), *polytheama* é o nome dado, especialmente na Itália, a um tipo de teatro destinado a vários gêneros de representações, como: teatro de revista, circos, espetáculos líricos e musicais, cinema etc.

¹²⁷ APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. 98f. Caixa 16 L 9. Contracto Celebrado entre a Intendencia Municipal de Ouro Preto e os Cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta Capital, n. 558, 14 de Setembro de 1891, f. 38v-41v, grifo meu.

ocuparia um território que se estenderia das proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto até a Estação Ferroviária, ou seja, também localizado na freguesia do Ouro Preto. Do mesmo modo o Morro da Forca, que receberia um *polyteama*, pertence à freguesia do Ouro Preto. Talvez os mais “situado[s] para ambas as Freguesias da Cidade” fossem o teatro no *boulevard*, já que ficaria próximo da estação ferroviária, localizada quase em limite com a freguesia do Antônio Dias, acessada pelo bairro Barra ou pelo Morro da Forca. Ambos eram projetos ambiciosos, pois envolviam desapropriações e demolições de casas, bem como planificações de ruas e de morros.¹²⁸

O projeto do Morro da Forca também merece destaque por vários motivos. Primeiro porque o Morro da Forca tinha uma localização privilegiada, próximo à Praça da Independência e quase limítrofe entre as freguesias do Ouro Preto e Antônio Dias, além de ser de fácil acesso ao ramal férreo, que seria a nova porta de entrada da cidade. A localização do Morro fez com que seu projeto envolvesse outros projetos, como o “arrasamento do Morro acima da praia do Manejo quanto baste para comunicar a rua das Cabeças com a estação e por meio de um viaducto com o Morro da forca”.¹²⁹ Essa obra envolvendo diferentes pontos da cidade facilitaria “ainda o prolongamento de uma rua até o Tripuhy”,¹³⁰ localidade pertencente à Comarca de Ouro Preto, nas imediações da cidade.

Para Mantovani (2007, p. 166), “a maioria das intervenções teve como objetivo interligar o centro da cidade, com seus hotéis, estabelecimentos comerciais e centro de poder ao local onde estava alocado o ramal ferroviário”. Além de atender a esse interesse, o projeto ainda ampliaria as possibilidades de divertimentos para habitantes e visitantes de Ouro Preto.

Ao “cortar o Morro da Forca até o nível do Caminho Novo, e aplainá-lo em toda superfície para receber edifícios e embelezamentos”,¹³¹ como descrito na primeira cláusula do contrato celebrado em 14 de setembro de 1891 entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, o morro ficaria pronto para receber

¹²⁸ Informações a esse respeito foram encontradas em livros de atas, de correspondências, de contratos e arrendamentos e de contratos e arrematações.

¹²⁹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipais.

¹³⁰ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 04.02.18, Correspondência emitida em 26 de Dezembro de 1891 ao Ex.^{mo} Sn.^r Dr. Presidente do Estado.

¹³¹ APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. 98f. Caixa 16 L 9. Contracto Celebrado entre a Intendencia Municipal de Ouro Preto e os Cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta Capital, n. 558, 14 de Setembro de 1891, f. 38v.

edificação de prédios, reservando-se uma grande extensão para um largo e um jardim arborizado tão necessário a esta Capital onde não há um ponto de diversão para seus habitantes e pessoas que procurão-na em negócios de seu interesse ou em busca de um clima saudável.¹³²

De acordo com o edital da Intendencia Municipal, divulgado em julho de 1891, os prédios seriam destinados a 50 casas e um *polytheama*.¹³³ Natal (2007) e Mantovani (2007), com base em fontes diferentes,¹³⁴ descrevem também que o projeto objetivava abrigar 100 casas, pavilhões e quiosques para receber restaurantes, cafés, bilhares e música, sendo que o jardim teria função de embelezamento e de novo ponto de recreio e diversão para moradores e visitantes da cidade.

O que se pode inferir é que o ponto central do projeto do Morro da Forca era a vida divertida da cidade, era construir um espaço atrativo para visitantes e moradores da Capital, dando a Ouro Preto “todas as vantagens aconselhadas pela hygiene e pela arte,” e contribuindo com o “plano de obras, que tanto vão [encorrer] para aformosear esta cidade e oferecer commodidades á sua crescente população”.¹³⁵ É interessante pensar que jardins, cafés, restaurantes, quiosques, teatro e bilhares eram espaços em que relações eram estabelecidas com os usos cotidianos, notadamente no que tange aos divertimentos e, conseqüentemente, à cultura. Foram planejados com referenciais da hygiene pensando na comodidade da população, no atrativo aos visitantes e na nova dinâmica que se pretendia à cidade, com características modernas ou de progresso.

Natal (2007, p. 48) acrescenta que as casas construídas no Morro da Forca seriam “de construção e estilo moderno e elegante feitas de pedra, tijolo, madeira”, em compatibilidade com o que se esperava de uma capital republicana. A planificação do Morro da Forca proporcionaria também parte do embelezamento que a cidade necessitava para se manter Capital mineira, bem como simbolizaria o progresso da cidade. As obras começaram no início de 1892 e causaram incomodo. Em 4 de maio de 1892 o Chefe de Polícia encaminhou à Câmara Municipal o seguinte requerimento:

¹³² APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 04.02.18, Correspondência emitida em 26 de Dezembro de 1891 ao Ex.^{mo} Sn^r. Dr. Presidente do Estado.

¹³³ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Edital.

¹³⁴ Mantovani (2007) obteve as informações em Relatórios de Presidentes da Província enquanto Natal (2007) cita que as informações foram extraídas de uma publicação no periódico “A Ordem” de 1891.

¹³⁵ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 04.02.18, Correspondência emitida em 26 de Dezembro de 1891 ao Ex.^{mo} Sn^r. Dr. Presidente do Estado.

Prejudicando a demolição que está se fazendo do “Morro da Forca” á linha telephonica que põe esta Repartição em communição com a Estação da Estrada de Ferro nesta Capital, rogo a V.S^a. que se digne providencia afim de serem retirados os postes da mesma linha até a conclusão d’aquelle serviço.¹³⁶

A demolição do Morro da Forca, ou de parte dele, causou também danos financeiros e no decorrer das obras o projeto tornou-se “pesado aos cofres municipaes”¹³⁷ pelas indenizações que a Intendência teve que pagar, como a apresentada em sessão de 4 de fevereiro de 1892:

Forão presentes e lidos os papeis relativos á **indennisação que pede João Francisco dos Reis, por ter tido com as obras dos melhoramentos da Capital, prejuizos causados pelas respectiva(sic) empresa(sic) que ao iniciar o desmoronamento do morro da forca**, teve de rebaixar o leito do rio funil, privando-o de um moinho que tinha na praia da barra, plantações etc e pedindo uma indennisação. Esta questão tendo sido submetida a dous árbitros para darem parecer sobre o quantum do prejuizo alegado, forão elles de parecer que julgarão e avaliarão o prejuizo na quantia de um conto e nove centos(sic) mil reis, (1:900\$000) parecer que foi dado pelo Engenheiro João Pandiá Calogeras e com o qual concedeu o arbitro do requerimento. Discussa a questão resolveu a Intendencia, que fosse feita a indenisação(sic) arbitrada, fazendo-se transferencia para o dominio municipal dos terrenos em questão.¹³⁸

A obra do Morro da Forca foi questionada em diversos documentos como atas e requerimentos diante da demora para sua conclusão, já que houve liberação de verba para sua execução, como visto na segunda cláusula e sétimo parágrafo do mesmo contrato supracitado:

[A Intendência obriga-se:] A Concorrer com cento e oitenta contos de reis – R\$ 180:000\$000 – de uma só vez para os melhoramentos estipulados no morro da Forca, devendo o que faltar ser inteirados pelos contractantes sem argumento das subvenções annuaes acima consignadas.¹³⁹

Entretanto, com os problemas enfrentados tanto na própria obra quanto pela cidade que estava em busca da manutenção do título de Capital, o mais ambicioso dos projetos de melhoramentos da cidade, tanto pelo tamanho e custo da obra quanto por se relacionar a outros projetos (construção de viadutos, abertura de ruas, linhas de bonde,

¹³⁶ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Pasta Diversos, requerimento n. 289, de 4 de Maio de 1892.

¹³⁷ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Registro de encargos que pesão aos cofres municipaes.

¹³⁸ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 4 de Fevereiro de 1892, f. 57, grifo meu.

¹³⁹ APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. 98f. Caixa 16 L 9. Contracto Celebrado entre a Intendencia Municipal de Ouro Preto e os Cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta Capital, n. 558, 14 de Setembro de 1891, f. 39.

construção de espaços públicos e particulares), não passou da fase de planificação do morro, como pode ser visto na Imagem 7, ficando inacabado até os dias atuais.

Imagem 7 – Morro da Forca



No destaque feito para este trabalho, o topo do Morro da Forca, já planificado.

Fonte: ATHAYDE, Publio. Morro da Forca, s./d.

Não foi encontrado registro de que alguma das estruturas que integravam o projeto tenha sido iniciada. Todavia, o fato de espaços para divertimentos constarem no projeto de melhoramentos sinaliza que os divertimentos estavam entre as preocupações daqueles que geriam a cidade.

Mesmo com tantas intervenções planejadas e realizadas, algumas concluídas e outras inacabadas, Ouro Preto não permaneceu como Capital do Estado. Em dezembro de 1897 foi efetivada a mudança da sede do governo mineiro de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade construída para ser o símbolo da República em Minas Gerais (RODRIGUES, 2006). A partir de então, inicia-se um processo de declínio em Ouro Preto, que passou por considerável esvaziamento e teve que se reinventar para sobreviver à perda do título de Capital.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Mas esse assunto, que já foi abordado, por exemplo, por Natal (2007), Linhares (2006) e Fonseca (2016), foge ao propósito desta dissertação.

6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Com o intuito de identificar quais eram os divertimentos em Ouro Preto entre os anos de 1870 e 1900 e saber como eles aconteciam na cidade, bem como suas relações com as estratégias para manter Ouro Preto como Capital de Minas Gerais, foram investigados documentos camarários do referido período. Através de pistas nesses documentos, foi possível perceber a dinâmica dos divertimentos na cidade e estabelecer algumas relações que por vezes se assemelham à dinâmica dos divertimentos em outros lugares do país, especialmente de cidades capitais brasileiras.

Destaca-se que inicialmente o ponto focal da pesquisa foi a transferência da Capital, ocorrida em 1897, mas estabelecer os marcos iniciais e finais em 1870 e 1900 respectivamente, permitiu compreender mudanças e permanências em Ouro Preto em torno da mobilização para que a cidade não sofresse a perda da Capital.

Nota-se ainda que o argumento principal sobre o acontecimento dos divertimentos em Ouro Preto nesse período tenha sido sua influência no processo civilizatório e de controle da população. Porém, há de se considerar que outros fatores podem interferir no investimento ou cerceamento dos divertimentos, como o capital financeiro e político que as práticas movimentavam e o prestígio que certas práticas e espaços denotavam naquele contexto.

Dito isso, concomitante às considerações finais, serão apresentados alguns divertimentos que, pelas limitações das fontes utilizadas nesta pesquisa, não puderam ser melhor explorados, mas que merecem atenção por indicarem maior diversidade de divertimentos na cidade e a possibilidade de diferentes dinâmicas no contexto das diversões em Ouro Preto.

Ouro Preto é uma cidade com influências predominantemente africanas que no último triênio do século XIX, sob a intenção de seus governantes, buscou se equiparar aos modelos europeus de embelezamento da cidade, civilidade e progresso. Nesse sentido, foram propostas normatizações de hábitos e comportamentos, modificações e manutenções de leis que em geral recriminavam práticas associadas aos escravos, alforriados, libertos e/ou não católicos enquanto consentiam práticas comumente ligadas à elite e à Igreja. Isso pode explicar resistências da população às imposições da Câmara Municipal, vistas pelos registros de infração de posturas, por exemplo.

Considerando o período estudado e argumentos verificados em atas e correspondências da Câmara Municipal e da Província, foi inevitável falar sobre os

divertimentos em Ouro Preto no último triênio do Oitocentos sem falar sobre progresso e a associação com o lema republicano sustentado pelas palavras de Auguste Comte, que tinha “a Ordem por base e o Progresso por fim”.¹⁴¹

O que se viu foi o uso dos divertimentos como um dos dispositivos para manter a ordem na cidade, tanto quanto para alcançar alterações contidas no grande plano de melhoramentos da Capital. Aliás, relações estabelecidas entre os divertimentos, a cidade e sua população permitem considerar que os divertimentos tiveram funções variadas em Ouro Preto, seja em prol da saúde; em virtude de um controle da população; como fonte de rendimentos políticos e econômicos; como possibilidade de fruição ou mesmo de educação.

De um lado, a tentativa de modificar a imagem e a estrutura da cidade e reordená-la fez com que Ouro Preto passasse por desconstruções e (re)construções de sua área urbana, como mudança no traçado de ruas, construção de mercados, alteração de fachadas, troca de chafarizes e encanamentos, criação de um sistema de esgotos. Houve ainda preocupações com a aparência das casas, enfeites de flores nas varandas, material de revestimento das fachadas; bem como preocupação com a limpeza das ruas, de espaços públicos e particulares e com a saúde pública demonstrada nos registros de inspeção de matadouros, limpeza de carnes, situação dos cemitérios e trânsito de animais e carroças pelas ruas.

De outro lado, essas transformações interferiram em hábitos, comportamentos e no “pensamento” individual e coletivo da população. Portanto, ao desconstruir e (re)construir o espaço urbano, os ouro-pretanos (re)construíam também “o desenho de um novo prazer”¹⁴² que acabava por considerar, intencionalmente ou fortuitamente, preceitos higienistas, eugenistas, religiosos, médicos, sanitários, educacionais e morais, vigentes no período.

Foi percebido que na década de 1870, enquanto a cidade pensava em resolver principalmente problemas de insalubridade, os divertimentos se mantiveram semelhantes ao que existia em períodos anteriores (ROSA, 2005), e em finais dessa década as mudanças começaram a despontar, intensificando-se na década de 1880. Principalmente a partir da década de 1880, quando se intensificam as atenções dadas pela Câmara Municipal aos aspectos físicos da cidade, vê-se aumentar a diversidade de divertimentos pela cidade com o acontecimento mais frequente de espetáculos de naturezas diferentes, como prestidigitação, ginástico, touradas e harpa, além dos já frequentes na década anterior: dramáticos e equestres,

¹⁴¹ A frase “*L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but*” ou “O amor por princípio e a ordem por base, o progresso por fim”, é uma das máximas do pensamento positivista de Auguste Comte (SOUZA; MURGUÍA, 2015).

¹⁴² Termo usado por Corbin (1989, p.9), no título da primeira parte de seu livro *O território do vazio*.

além das falsificações de bebidas e de abertura de fábricas de cerveja na cidade, indicando maior diversidade também nas diversões que se associam à bebedeira.

Na década de 1890 esse movimento reduz especialmente a partir de 1895, quando se aproxima a mudança da Capital para Belo Horizonte. Alguns indícios de esvaziamento da cidade, ou pelo menos diminuição na frequência de pessoas em Ouro Preto, são a diminuição de requerimentos para uso do *Theatro*; as solicitações para dar baixa em botequins, restaurantes e fábricas de cerveja; as solicitações para diminuição do valor de impostos prediais, já que os valores de aluguéis cobrados tiveram que ser baixados devido à baixa procura.

Junto com a transferência da Capital, nota-se uma crise financeira que atingiu os cofres da Câmara Municipal em meados de 1880 e se agravou em 1890. As dívidas da Câmara Municipal, a baixa arrecadação e a mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte podem ter contribuído fundamentalmente para que muitas obras tenham sido deixadas inacabadas e outras nem tenham sido iniciadas.

Mesmo com a diminuição de renda da cidade, a Igreja permanecia recebendo auxílio da Câmara Municipal para os festejos de *Corpus Christi* e São Jorge que, de certo modo, também sofreram interferências na tentativa de controlar a população principalmente nos momentos de divertimentos.

Um caso que exemplifica a interferência é o de uso de fogos de dinamite em festas. A Câmara Municipal chegou a dispendar quantias de 40\$000 a 50\$000 com fogos para festas de São Jorge em 1881 e 1882.¹⁴³ Apesar de registros sobre oficinas de fogos e foguetes, a partir de 1894 houve “proibição absoluta dos fogos de dynamite” por toda a cidade, aumentando a fiscalização de fogueteiros e provavelmente excluindo esses artifícios das festas.¹⁴⁴ Santos (2011b) menciona que o uso de fogos em festejos oferecia perigos à integridade física das pessoas, que poderiam se ferir ao serem atingidas, e ao sossego público, pois o barulho e a algazarra causados pelos fogos podiam disfarçar atos criminosos. Contudo, como já visto com outras práticas ilícitas de divertimentos ou atreladas a eles, estar proibido não significava não ser praticado.

Não era proibido se divertir. Fruir dos prazeres sem excessos forjaria o homem civilizado que se pretendia para os novos tempos. Muito além de regenerar a saúde,

¹⁴³ APMOP – Registro Diário de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1881 a 1882. 397f. Estante. Requerimento n. 13, de 5 de Julho de 1881, f. 15; *Ibidem*, Requerimento n. 44, de 27 de Junho de 1882, f. 85.

¹⁴⁴ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 2 de Outubro de 1894, Emendas, f. 236; APMOP – Livro Diário de Receita e Despesa do Procurador da Câmara. 1º trimestre de 1880. 13f. Caixa 14 L 6. f. 1v; APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. f. 1.

possibilitar contemplação, distração e entretenimento, os divertimentos poderiam moldar, corrigir e controlar aqueles que ao invés de se entregarem aos excessos e despertarem seus vícios, assimilassem as mensagens virtuosas transmitidas através dos momentos de diversão.

Os divertimentos assumiram papel de relevância sendo por vezes o foco das discussões e por vezes estando associado a outros projetos, setores e ações na cidade que tinha como preocupação sua imagem e estrutura. Eles acabaram por contribuir com o processo pelo qual Ouro Preto passou principalmente a partir dos comportamentos despertados nos cidadãos que se pretendia civilizar e, nesse sentido, estiveram presentes em discussões da Câmara Municipal que não os eliminou das preocupações acerca da ordem na cidade. Pelo contrário, trabalhou para cerceá-los ou incentivá-los, de acordo com sua natureza.

Viu-se permissão e até estímulo à *concurrência* de espetáculos dramáticos, de prestidigitação, automáticos, equestres/de cavalinhos, de touros, ginásticos e de harpa; ao carnaval e a promoção de festejos cívicos e religiosos, especialmente *Corpus Christi* e, a partir de 1880, festa de São Jorge. Em contrapartida, a embriaguez, a busca por prostituição e a prática de jogos eram condenados, mesmo que alguns jogos como bilhar, víspera e a loteria fossem permitidos.

Curiosamente, foram encontradas pistas sobre práticas de divertimentos citadas sem detalhes, mas que instigam a pesquisa em outros documentos. É o caso, por exemplo, das marmotas¹⁴⁵ e dos realejos mencionados pelo senhor Francisco Xavier de Magalhaes em 1882. Na ocasião, o referido senhor se dirigia ao Presidente da Câmara Municipal e aos Vereadores para que avaliassem sobre as posturas, “sujeitas a aprovação do poder legislativo”, no que dizia respeito à cobrança de licença para os divertimentos “que dão graça a uma distração”, como “marmota, realejo ou algum outro objeto”.¹⁴⁶ No estatuto de 1894 não há menção a divertimentos dessa natureza, deixando a incógnita de como eram tratados esses artistas de rua que proporcionavam um divertimento diferente à população.

Outro caso que desperta interesse é o da rua Jogo da Bola, localizada na freguesia do Antônio Dias. Essa rua é mencionada nos documentos de impostos municipais como logradouro de prédios dos quais são cobrados impostos para residir, para manter negócios e/ou para obter serviços de água e esgoto,¹⁴⁷ mas não há detalhes das atividades praticadas

¹⁴⁵ Do francês *marmotte*, refere-se a: 1) Pessoa desengonçada ou malvestida; 2) Excentricidade na forma de agir; 3) Atitude que revela desonestidade; 4) Suposto aparecimento de algo fantasmagórico; 5) Sequência de gestos burlescos. Esses são os sentidos dados à palavra que cabem no contexto. Há ainda: Denominação comum aos mamíferos roedores da família dos ciurídeos (MICHAELIS, s./d.).

¹⁴⁶ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 8 (1882 - 1883). Documento de 23 de Maio de 1882.

¹⁴⁷ Por exemplo, em APMOP – Registro de Lançamento dos Impostos Municipais (Predial, Águas e Esgotos) da

nessa rua. Seu nome, que não existe mais, é o único vestígio nos documentos camarários de uma atividade que aumentaria a diversidade de divertimentos na Capital mineira e que possibilita talvez uma proximidade com práticas esportivas.

Melo (2016) traz interessantes considerações a partir de seu interesse despertado pela existência de uma rua também denominada Jogo da Bola no Rio de Janeiro. O autor faz uma aprofundada pesquisa e apresenta as variadas formas que jogos de bola foram praticados na Capital brasileira desde o século XVIII, à moda portuguesa e semelhante ao jogo de boliche, até o século XIX, evoluindo para o jogo de pelota ou frontão (MELO, 2016). Qual teria sido a forma praticada em Ouro Preto? Qual teria sido a popularidade/o alcance da prática a ponto de denominar uma rua? Estas são perguntas que também necessitam de investigação em outros documentos para além dos mobilizados nesta pesquisa.

O mesmo ocorre no tocante aos clubes, associações e sociedades. Os documentos camarários mostram a existência de algumas dessas instituições que se dedicavam a diferentes atividades, como, por exemplo, o *Club* de Engenharia, ao qual a Câmara Municipal solicitou “um plano modesto de melhoramentos necessários á Capital”¹⁴⁸; a Sociedade Carnavalesca do Antonio Dias¹⁴⁹; o *Club Litterario* Beneficente Mineiro, que tinha “como fim especial fazer propagar a instrução por todas as classes sociaes”¹⁵⁰, o *Gremio Litterario* Augusto de Lima¹⁵¹ e o *Club* Recreativo Itacolomy, já citado neste trabalho.

De acordo com Melo (2014), o *club* se estabelece como uma forma de organização social, onde pessoas se associavam para fins em comum, como microcosmos que representam múltiplas identidades sociais e culturais. Para o autor, o sentido de *club* no Brasil já era visto desde a década de 1830 nas *sociedades dançantes* e, posteriormente, em *agremiações* de diversos perfis, *assembleias*¹⁵² e *sociedades recreativas*. Eram locais que oportunizavam inter-relações e compartilhamento de experiências sociais, organização e sistematização de práticas culturais (bailes, esportes etc), além de se estabelecerem como mecanismos de distinção, mesmo que nem sempre estivessem relacionados com

Freguesia do Antônio Dias. 1895. 16f. Caixa 24 L 8.

¹⁴⁸ APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 23 de Julho de 1891, f. 26.

¹⁴⁹ APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. Requerimento n. 40, de 13 de Fevereiro de 1899, f. 248.

¹⁵⁰ APMOP – Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 1 – 1895 (Vereança). Comunicado de 15 de Fevereiro de 1895, assinado pelo 1º Secretário do Club, Antonio Augusto [Pessoa] Braga e pelo Presidente, Florentino Florencio.

¹⁵¹ APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899. Pasta 1897. Requerimento n. 1098, de 6 de Outubro de 1897.

¹⁵² “Paulatinamente, o antigo ‘assembleia’ vai deixar de se referir a questões do entretenimento” (MELO, 2014, p.217).

entretenimento (MELO, 2014).

Infelizmente não há detalhes do funcionamento dos clubes e demais associações encontradas ou da dinâmica delas proporcionada na cidade, do mesmo modo que não há como saber de particularidades de outros divertimentos abordados ao longo desta dissertação, como, por exemplo, o valor de ingressos para os espetáculos, a preferência do público e o perfil de quem os frequentava.

Acrescenta-se a essa lista o interessante caso do Prado Ouro-pretano, sociedade fundada por iniciativa de “várias pessoas apreciadoras do esporte [corridas de cavalos] a cuja frente estavam, entre outros, o negociante Inácio Burlamaqui, Comendador Antônio Ferreira Fernal e Major Davi Moretzsch Filho, Drs. Claudino Pereira da Fonseca, Manuel Magalhães Gomes e Gabriel de Oliveira Santos” (CABRAL, 1969, p. 281). Além de dar detalhes sobre a inauguração do hipódromo de cerca de 60 hectares, inaugurado em 15 de novembro de 1891 junto à Estação de Tripuí, as informações de Cabral (1969) incitam pensar em possíveis relações entre diferentes divertimentos a partir, por exemplo, de nomes como o de Antônio Fernal, que se destacou dentre os registros de espetáculos dramáticos. Seria ele um entusiasta dos divertimentos e entretenimento? Ainda nas relações entre o Prado e as diferentes práticas, o próprio autor cita que “por ocasião das corridas de cavalo havia muito jogo o que despertava grande alegria e maior animação entre os assistentes” (CABRAL, 1969, p. 282). Quais seriam esses jogos?

De acordo com Cabral (1969, p. 282), “o Prado Ouro-pretano, embora muito concorrido e apreciado, teve vida muito curta”. Infelizmente não foi encontrado registro do Prado Ouro-pretano nos documentos camarários, mas Silveira (2016) apresenta dados interessantes sobre o referido Prado com base em notícias de periódicos de 1892 e 1893.

Essas são algumas limitações dos documentos escolhidos para este trabalho, ainda que os documentos camarários ofereçam muitas possibilidades de investigação, como visto ao longo desta pesquisa, por dizerem de um contexto e permitirem aproximação com uma época por corresponderem a uma fresta ou uma face da história (MAIA, 2014). Se Corbin (1989, p. 7) já sugeriu que “não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado seus olhares”, os possíveis olhares suscitados pelos documentos camarários unidos a olhares de outros registros ou documentos podem ampliar o conhecimento dos homens ouro-pretanos do século XIX, bem como de seus divertimentos. Esta é uma possibilidade para estudos futuros.

Reafirma-se que as limitações não impediram compreender que a variedade de divertimentos e de modos de divertir presentes na cidade aponta para um dinamismo na antiga

Capital mineira, que diminuiu com a perda da sede do governo mineiro, fazendo com que a cidade precisasse, mesmo que não de imediato, se reinventar.

E no processo de reinvenção, Ouro Preto se tornou “tradição venerável porque foi a seu tempo, ímpeto, invento e renovação. Da Colônia ao Império à República, a vida ouro-pretana é uma fonte perene de história, de arte, de pensamento. Por isto, ela é relíquia e exemplo, saudade e esperança” (FRANCO, 1980, p. 22).

REFERÊNCIAS

ADÃO, Kleber do Sacramento. **Diversões e devoções em São João del-Rei**: um estudo sobre as festas do Bom Jesus de Matosinhos, 1884-1924. 2001. 244f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

ADÃO, Kleber do Sacramento; LIMA, Alex Witney. Projeto nas vertentes do futebol: resgatando a memória do esporte em São João Del Rei e região. In: CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). **Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais**. 1.ed. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, 2011. p.79-98.

ALMEIDA, Marcelo Crisafuli Nascimento. **“Folgedos do Povo” e “Partida Familiar”**: a música e suas manifestações populares em São João del Rei (1870-1920). 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Ciências Sociais. São João del Rei, 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/pghis/Dissertacao%20Marcelo%20Crisafuli.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

AMARAL, Claudia Francia do. **O design vernacular nos espaços contemporâneos**: o caso do botequim no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 74f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1113303_2013_Indice.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

AMORIM, Alexandre de Paula. **Religião e sofrimento**: ressonâncias patrimoniais no discurso religioso em Ouro Preto (MG). 2013. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3605>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Ouro Preto, Livre do Tempo. In: _____. **Corpo**: novos poemas. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 1986. p.81-84.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Catálogo do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto**, s./d.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Apresentação**. S./d. Disponível em: <arquivopublicoop.blogspot.com>. Acesso em: 30 mai. 2017.

ARAÚJO, Elisângela Rodrigues da Silva; FRANÇA, Klaydson D. Lopes; ARAÚJO, Ernani Carlos de; SOUZA, Henor Artur de. A restauração do Teatro Municipal de Ouro Preto – MG

REM: Revista Escola de Minas, Ouro Preto v. 62, n. 3, p.379-384, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/564/56416739018/>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes. **Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX**. 2000. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Memória**: Assembleia Provincial. S./d. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a_assembleia/memoria/assembleia_provincial/>. Acesso em: 7 jul. 2017.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**. Belo Horizonte, 1989. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/374>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BARRETO, Abilio. **Bello Horizonte: Memoria historica e descriptiva**. v. 1: Historia Antiga. Bello Horizonte: Livraria Rex, 1936a.

BARRETO, Abilio. **Bello Horizonte: Memoria historica e descriptiva**. v. 2: Historia Media - Planejamento, estudo, construcção e inauguração da Nova Capital (1893-1895). Bello Horizonte: Livraria Rex., 1936b.

BERNARDES, Laura. **Guia de viagem das festas populares: sua defesa conceitual**. 2006. 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Produção Editorial) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006 Disponível em internet: <http://www.pantheon.ufrj.br/handle/11422/441>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BERTONI, Luci Mara. Reflexões sobre a história do alcoolismo. **Revista Hispeci & Lema**, Bebedouro, São Paulo, v. 9, p. 149-150, 2006. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19042010095212.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

BILO, David Ramos. **Paris: 3 suturas urbanas**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/9712>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG)**. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103115>> Acesso em: 8 set. 2015.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: edição do autor, 1969.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Luciano Pereira da; SOUZA NETO, Georgino Jorge de. Diversão, religião e política: práticas e significados dos primórdios do futebol no norte de Minas Gerais. In: CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. (Org.). **Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais**. 1.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 1. p. 51-78.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Elo da história demográfica de Minas Gerais: Reconstituição e análise inicial dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (1763-1773)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30916302/dissertacao_k_tiacampos.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1498460910&Signature=IwVGAXSHSGSQpwPoSkaSZJOWF7w%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DElo_da_historia_demografica_de_Minus_Ger.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. Vila Rica: Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista. In: JORNADA SETECENTISTA: “Os domínios ibéricos e suas fronteiras”, 9. **Anais...** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/4081212/Vila_Rica_Formas_Espont%C3%A2neas_e_Planejadas_num_Tra%C3%A7ado_Urbano_Setecentista>. Acesso em: 9 mar. 2017.

_____. **Vila Rica – Gênese e evolução do espaço urbano**. Câmara Municipal de Ouro Preto. Câmara Municipal de Ouro Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br/site/a-camara/brasao/item/3445-ouro-preto/3445-ouro-preto.html>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

CANÇADO, Juez Lopez. **Análise mercadológica do sistema turístico da cidade de Ouro Preto-MG**. 1976. 196f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 1976. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10077>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Bebidas, jogatina e cultura popular: os botecos como espaço masculino de socialização e de conflitos em Juiz de Fora/MG – 1854/1941. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 23, p. 179-193, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/15134>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5DB0CnDZIUUC&oi=fnd&pg=PA9&dq=escola+de+minas&ots=IJI7pYT5PB&sig=QjRhDiZ8Jcmcqiof8z-TSnNy7hI#v=onepage&q=escola%20de%20minas&f=false>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. **Disciplina urbanística da propriedade: o lote e seu destino**. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=eC2kAgAAQBAJ&pg=PT107&lpg=PT107&dq=desempachamento&source=bl&ots=waIWo_W9N5&sig=D8opLVyI2Wyinp7akQNVpWFCsg&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjTveTN5b3SAhXLkpAKHRKnBV0Q6AEIUDAN#v=onepage&q=desempachamento&f=false>. Acesso em: 3 fev. 2017.

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades Ouro Preto-MG**. 2005, 245f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287054>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica e São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2002_CUNHA_Alexandre-S.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2017.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da; MORORÓ, Anderson; LISBOA, Jakeline. Duque de Moraes; SOARES, Priscila Gonçalves. Esporte e práticas corporais em Juiz de Fora (1876-1915). In: CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). **histórias e memórias do esporte em Minas Gerais**. 1.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 1, p. 11-30.

DALBEN, André. **Mais do que energia, uma aventura do corpo: as colônias de férias escolares na América do Sul (1882-1950)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000936039>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo. **Pro-Posições**, Campinas, Unicamp, v.22, p.167-182, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/25399>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista– UNESP, Franca, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103114>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

DIAS, Cleber Augusto. Arquivos para a história regional do esporte. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 70-79, 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/440>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. **História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838**: um estudo de caso. 2010. 208f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000782591>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

_____. Teorias do lazer e modernidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, Jun. 2009.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Desempachamento**. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/Desempachamento>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. O poder provincial: política e historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 122, p. 71-95, jul. 1990. ISSN 2316-9141. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18621/20684>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. 1993. 426f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. **Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana**: trajetória, devoção e arte (c. 1760-1840). 2013, 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2013. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9E8MYY/historia_mariaclaracaldassoaresferreira_dissertacao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 jul. 2017.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro. **Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX: aspectos gerenciais**. 2004. 127f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos – Pró-Água. Programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental. Ouro Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/3116>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FONSECA, Cláudia Damasceno; VENANCIO, Renato Pinto. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 153-181, 2014. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2839>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Tradição e modernidade**. A resistência de Ouro Preto à mudança da Capital. Ouro Preto: UFOP. 2016. Disponível em: internet: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6911>>. Acesso em: 23 set. 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Quem sabe o que é Ouro Preto não pode duvidar do Brasil. Íntegra da palestra proferida pelo embaixador Afonso Arinos de Melo Franco em solenidade de devolução dos Autos da Devassa, em Ouro Preto. Ministério da Educação e Cultura: **Boletim SPHAN/pró-memória**. n. 8, set./out. 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_08.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**. História da historiografia. n. 2, p.116-162, mar. 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/11>> Acesso em: 14 nov. 2016.

GUIMARÃES, Ailton Vitor. **Lazer em Ouro Preto: patrimônio de quem**. 1997, 53p. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1997.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL Maria Tereza Marques. **Metodologia da pesquisa aplicada ao Lazer**. 1ed. Brasília: SESI/DN, 2005, v.1. 89p.

GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro de. Festejando o sacro e o profano: as festas patrocinadas pelo senado da Câmara de Mariana, ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p. 89-105.

HASSE, Manuela. **O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do século XIX para o XX em Portugal**. Lisboa: Temática, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314610&search=minasgerais|ouro-preto>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2010. **Portaria nº 312**, de 20 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=2107>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. S./d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=F4794396D02B497213F6111E706A15E2?id=17246&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em 3: abr. 2015.

JORGE, Karina Camarneiro. A modificação da vida urbana da cidade de São Paulo no século XIX a partir das ações sanitárias – A construção de cemitérios e a prática de sepultamentos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24. **Anais...** Campinas (SP), 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Karina%20Camarneiro%20Jorge.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais. **História**, São Paulo, v. 30, núm. 1, p. 114-147, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221019134004>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

KARLS, Cleber Eduardo; MELO, Víctor Andrade. Tradição e modernidade: as touradas na Porto Alegre do século XIX. **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 352-363, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.11>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). **Guia dos arquivos das santas casas de misericórdia do Brasil**: fundadas entre 1500 e 1900. v. 1. São Paulo: PUC-SP/CEDIC. 2004.

LAZZARI, Alexandre. **Certas coisas não são para que o povo as faça**: carnaval em Porto Alegre, 1870-1915. 1998, 231f. Dissertação (Mestrado em HISTÓRIA) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS. 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000134035>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [*et al.*] (Coleção Repertório) - Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.15-34.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte, 1895-1954**. Estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta Spínola Castro. Belo Horizonte: Fundação Joao Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LINHARES, Maria Yedda. Por uma história documentada. Entrevista concedida a Mary Del PRIORE. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. n. 2, p. 9-17, jul./dez. 2006.

LOPES, Tânia Fedotovas. **Folias sobre identidade nacional**: o carnaval em Ouro Preto de 1930 a 1997. 1998. Monografia (Graduação em Ciências Sociais – História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1998.

_____. **Ouro Preto**: o drama social do direito ao patrimônio. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316340>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MAIA, Doralice Sátyro. **Normativas urbanas no Brasil imperial**: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822–1850). *Geo UERJ*, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/14407>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MANTOVANI, André Luiz. **Faça-se a Luz**: modernidade e demandas sociais na eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920. 2005. 66f. Monografia de Bacharelado. Ouro Preto: Departamento de História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais,

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2005. Disponível em: <http://ichs.ufop.br/lph/images/stories/2005_-_ANDR_LUIZ_MANTOVANI.pdf>. Acesso em: 3 set. 2015.

_____. **Melhorar para não mudar:** ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/mantovani.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles. In: SEVCENKO, Nicolau (Org); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Vida divertida:** histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 9-16.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, dez. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2284/1423>>. Acesso em: 21 Jun. 2017.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1975, 253p.

MELO, Victor. Antes do club: as primeiras experiências esportivas na capital do Império (1825-1851). **Projeto História**, São Paulo, n. 49, p. 197-236, abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/18308/15941>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1868. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 363-376, abr./jun. 2015d. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/49489/34213>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

MELO, Victor Andrade de. Entre a elite e o povo: o sport no Rio de Janeiro do século XIX (1851-1857). **Tempo** (Niterói. Online), v. ahead, p. 00-00, 2015a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/2015nahead/1413-7704-tem_TEM_1980_542X2015v213706.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

_____. Mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão: O jogo da bola no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). **História**, São Paulo, v. 35, e105. p. 1-23, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000105>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

_____. O esporte: uma diversão no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 2, n. 3, p. 49-66, 2015c. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/1869>>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. O lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (orgs.). **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 65-80.

_____. "Pois temos touros?": as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1840-1852). **Análise Social**, p. 382-404, 2015b. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_d03.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Uma diversão adequada?: as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884). **História**, v. 32, n. 2, p. 163-188, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a09v32n2.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MELO, Victor Andrade; SANTOS, Flavia Cruz. Deslizando rumo ao progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 171-184, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/61350>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MICHAELIS, Dicionário da Língua Portuguesa. **Marmota**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=yVOPA>>. Acesso em 3 jul. 2017.

MICHAELIS, Dicionário da Língua Portuguesa. **Soirée**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=soir%C3%A9e>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **História da Escola de Minas**. s./d. Disponível em: <<http://www.em2.ufop.br/index.php/historia>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

NAKAYAMA, Marina Fernandes Braga. **Divertimentos e tempo livre: experiências dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900 – 1924)**. 2016, 180f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2016.

NATAL, Caion Menguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007, 239f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

NETO, Georgino Jorge de Souza; SILVA, Silvio Ricardo. O advento do lazer em Belo Horizonte ou das “festas e diversões”: um estudo dos hábitos de divertimento na ‘cidade moderna’ a partir do Minas Geraes. **Licere**. v. 12, n. 2, p. 1-27, jun 2009. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/600>>. Acesso em: 1 set. 2010.

NEVES, Lourenço Baeta. **Hygiene das Cidades**. (Com as leis e regulamentos sobre melhoramentos municipais no Estado de Minas). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1913.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 1-31. Disponível em: <http://www.academia.edu/20078850/Os_cen%C3%A1rios_da_Rep%C3%BAblica_O_Brasil_na_virada_do_s%C3%A9culo_XIX_para_o_s%C3%A9culo_XX>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PAULA João Antônio de; MONTE-MÓR Roberto Luís de Melo. Formação Histórica: três momentos da história de Belo Horizonte. In: LEMOS, Mauro Borges. *et al.* **Projeto Belo Horizonte no Século XXI**. CEDEPLAR, FACE/UFMG. Belo Horizonte; 2004. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/Mod1.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. **A Escola Normal de Ouro Preto**: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889). 2016, 169f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6515/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_EscolaNormalOuro.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2017.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11381>>. Acesso em: 23 nov.2016.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**, São Paulo, v. 41, n. 84, p. 401-437, 1970. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/129541/126056>>. Acesso em: 21 jun.

2017.

PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Câmara Municipal: um pequeno Histórico. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p. 11-25.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1977. 111p.

REY, Alain. **Le Robert Micro**: Dictionnaire de la Langue Francaise. Robert, 1998. p. 1244-1245.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte. 2007.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de BH (1894-1920). 2006, 338f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ROSA, Maria Cristina. **Da pluralidade dos corpos**: educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

_____. Diversão. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Autêntica Editora, 2004, p.64-69.

_____. **Inter-relações de turistas e moradores**: um olhar através das manifestações corporais no carnaval de Ouro Preto. 1998, 173f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. 1998.

_____. (Org.). **Lazer em Ouro Preto e Mariana**: espaços e equipamentos. 1.ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

ROSA, Maria Cristina; MAGALHÃES, Renan Vinicius; FERRO, Flavia Salles; BIBBÓ, Caroline Bertarelli; VIEIRA, Yuri Vitor Guimarães. Club de Sports Hygienicos: memórias. In: CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). **Histórias e Memórias do Esporte em Minas Gerais**. 1.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 1. p. 97-119.

ROSSI, Daiane Silveira; WEBER, Beatriz Teixeira. A transferência do Cemitério da Matriz: a saúde presente no discurso religioso (Santa Maria/RS no século XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12 - ANPUH/RS. **Anais Eletrônicos...** São Leopoldo/Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. v. 01. p. 01-14. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405439427_ARQUIVO_ArtigoANPUHRS_2014_DaianeRossi.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 125-163, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147141996000100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 mar. 2012.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. **Histórico**. s/d. Disponível em: <<http://www.santacasaop.com.br/historico>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

SANT'ANNA, Denise. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-901)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

_____. **O prazer justificado: história e lazer, São Paulo (1969-1979)**. São Paulo: Marco zero / CNPq, 1994.

SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de civilidade: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)**, 2011a, 167f. Dissertação (mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, 2011a. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/Dissertacaofernandomarcelo.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)**. 2011b, 144f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Pernambuco, 2011b. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7549>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SANTOS, Marileide Lopes dos. Documentação camarária e história da educação em Minas Gerais: algumas possibilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN:2236-1855. 2013 – Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/DOCUMENTACAO%20CAMARARIA%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20EM%20MINAS.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na Construção de uma Natal Moderna (1890 - 1930). **Espacialidades**, v. 2, p. 1-22, 2009. Disponível em <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. Um jogo de representações: o futebol suburbano nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, 2013. p.1239-1255. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/21721>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b. p. 513-619.

_____. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. Editora Companhia das Letras, 2001.

_____. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 7-48.

SILVA, Beatriz Coelho. Clube Republicano. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. S./d. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SILVA, Fernanda Cristina da. **A formação de agenda de políticas públicas de turismo em âmbito local: os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ)**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13649/TESE%20FERNANDA%20CRISTINA%20DA%20SILVA%20-%20ENV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 set. 2015.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926)**. 2009. 150f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84VPRK>>. Acesso em: 5 set. 2016.

SILVEIRA, Frederico Prado da. **A história do lazer em Ouro Preto**: A partir de um período de transição e mudanças. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2016.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FREITAS, Ricardo Ferreira. Espetáculo. In: GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Autêntica Editora, 2004, p.75-80.

SOUTTO MAYOR, Sarah Teixeira. **O carnaval de Ouro Preto**: mercado e tradição (1980-2011). 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, MG. 2012. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/defesas/20150710193806.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____. **Lazer, mercado e corpo**: um estudo sobre a juventude no carnaval de Ouro Preto. 2009, 101p. Monografia (Especialização em Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOUZA, Bianca Gonçalves; MURGUIA, Eduardo Ismael. Memória e tradição positivista no Brasil: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da proclamação da república. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16 (XVI ENANCIB), João Pessoa, 2015. **Anais...** ISSN 2177-3688, Paraíba: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/schedConf/presentations>>. Acesso em 5: jul. 2017.

SOUZA, Ricardo Luiz. Cachaça, vinho e cerveja. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, jan-jun. 2004, p. 56-75. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2211>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **A invenção do torcer em Belo Horizonte**: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930). 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, MG. 2010.

TAVARES, Ana Beatriz Correia de Oliveira; VOTRE, Sebastião Josué. Construindo representações sobre o estádio do Maracanã: análises de periódicos de 1947 a 1950. In: HOFMANN, Annette; VOTRE, Sebastião Josué. (Org.). **Esporte e educação física ao redor do mundo**: passado, presente e futuro. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2013, v. 1, p. 13-28.

TEREZANI, Denis Roberto. **As representações jornalísticas da reconfiguração do carnaval paulistano (1967-1977)**. 2016. Tese (Doutorado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TERRA, Carlos Gonçalves. O prazer no jardim. In: MARZANO, Andrea; DE MELO, Victor Andrade. **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.75-96.

TRIGUEIRO, Karla. **Análise econômica da capacidade de carga turística na gestão do turismo em cidades históricas**. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4493>. Acesso em: 23 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Moradias estudantis**. 2017. Disponível em: <<http://www.ufop.br/moradia-estudantil>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade, ensaio de caracterização**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1968.

VELLOSO, Verônica Pimenta; MADUREIRA, Francisco José Chagas. **Escola de Farmácia de Ouro Preto**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. s./d. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escfarop.htm#historico>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 145-189, dec. 2016. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

VILHENA, Kellen Nogueira. **Entre “Sãos Expansões do Espírito” e “Sarrilhos dos Diabos”**: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922). 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. Dossiê, **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v.43, fasc.2, jul./dez. 2007, p.28-43.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. **Ephemerides mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897.

❖ **Fontes documentais**

• *Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP)*

APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. f. 1.

APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. Registro n. 989, de 17 de Julho de 1897, f. 123.

APMOP – Correspondência da Câmara. Requerimentos Recebidos. 1896 a 1900. 301f. Estante. Requerimento n. 40, de 13 de Fevereiro de 1899, f. 248.

APMOP – Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 1 – 1895 (Vereança). Comunicado de 15 de Fevereiro de 1895, assinado pelo 1º Secretário do Club, Antonio Augusto [Pessoa] Braga e pelo Presidente, Florentino Florencio.

APMOP – Documentos avulsos, Caixa 6, Pasta 3 – 1894 (02967 a 03.073). Código de arranjo: 02974.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899, Pasta 1899, Requerimento de licença para funcionamento. Registro de 27 de Outubro de 1899, assinado por Romolo e Comp.^a.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1893. Pedido de 24 de Março de 1893, assinado por Joaquim Fernandes Ramos e P.^o Theodolindo J.^o Fagundes.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1893, ofício de 17 de Maio de 94.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1894. Recibo de receita federal n.º. 399, de 9 de Junho de 1894, assinado pelo Administrador Jacintho Dias Coelho.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1893-1896. Pasta 1894, Pedido n. 36, de 8 de Agosto de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1802-1892. Pasta 1891, Ofício de 11 de Junho de 1891.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899. Pasta 1897, Requerimento n. 1018-1019, assinado por Amalia e Bernhares.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Arrecadação, Data Limite: 1897-1899. Pasta 1897. Requerimento n. 1098, de 6 de Outubro de 1897.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Fazenda, Subsérie: Comprobatórios de receita e despesa, Data Limite: 1897. Pasta Fazenda – Fevereiro, Requerimento n. 755, de 11 de Fevereiro de 1897.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Projecto de contracto, f. 4.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 1891-1892 - Obras públicas, Relatório - ações da Câmara Municipal, Encargos que pesão aos cofres municipaes.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Pasta 04.02.18, Correspondência emitida em 26 de Dezembro de 1891 ao Ex.^{mo} Snr. Dr. Presidente do Estado.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Melhoramentos da Capital 1891. Edital.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Obras, Subsérie: Públicas, Data limite: 1854-1893. Pasta Diversos, requerimento n. 289, de 4 de Maio de 1892.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 14 (1889). Registro n. 90, de 30 de Janeiro de 1889, assinado pelo Chefe de Policia Levindo F.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 8 (1882 - 1883). Documento de 23 de Maio de 1882.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro de 7 de Janeiro de 1891.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro nº 1707, de 10 de Janeiro de 1891, assinado pelo Chefe de Policia Antonio Augusto.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Registro de 17 de Janeiro de 1891, assinado pelo Inspetor do Quarteirão Jacinto Gregorio dos Santos.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 16 – 1891, Alberto Moretz Sobr. Monteiro de Barros Advogado.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, 12 de Julho de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Abaixo assinado de 25 de Abril de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Abaixo assinado de 20 de Julho de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Autos infração, Infração registrada em 16 de Dezembro de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Denúncias. Denúncia de 12 de Dezembro de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Pedido n. 448, de 10 de Outubro de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 19 – 1894, Registro n. 242, de 23 de Abril de 1894.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Pasta 20 – 1895, Registro de 22 de Fevereiro de 1895, assinado por Nicolau Antonio, delegado de polícia.

APMOP – Fundo CMOP I, Série: Posturas, Data limite: 1808-1899. Registro de 28 de Junho de 1894, assinado por José Teixeira da Silva.

APMOP – Inventário dos Bens da Câmara. 1892. 87f. Caixa 20 L 1. No Jardim da Praça da Independência, f. 3.

APMOP – Livro 2 de Contratos de Arrendamentos . 1896 a 1917. 100f. Caixa 26 L 4. Termo de contracto que assignam a Camara Municipal, representada por seu Agente executivo, e o

cidadão Loduvico Ferreira Velloso para a execução das obras de reconstrução do telhado e reparo do forro do Theatro desta cidade, f. 51-52.

APMOP – Livro 2 de Contratos e Arrendamentos. 1896 a 1917. 100f. Caixa 26 L 4. Termo de contracto para a extracção da loteria do Asylo de Orphãos, f. 7v-11.

APMOP – Livro de Atas de Eleição às Assembléias Geral e Provincial do Distrito de Antônio Dias. 1886 a 1889. 50f. Caixa 16 L 6.

APMOP – Livro de Atas de Eleições às Assembléias Provincial e Geral do 1º Distrito de Ouro Preto. 1881 a 1885. Caixa 14 L 20.

APMOP – Livro de Atas de Eleições de Vereadores e Juizes de Paz da Paróquia do Antônio Dias. 1876 a 1880. 50f. Caixa 11 L 14.

APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante.

APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante. Sessão de 15 de Outubro de 1897, f. 212.

APMOP – Livro de Atas de Sessões da Câmara. 1894 a 1897. 228f. Estante. Sessão ordinária de 15 de Outubro de 1897, f. 212v.

APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1866 a 1872. 199f. Estante especial. Registro n. 100, de 25 de Setembro de 1872, f. 175.

APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1866 a 1872. 199f. Estante especial. Registro n. 193, de 28 de Julho de 1870, f. 122v.

APMOP – Livro de Lançamentos de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1872 a 1875. 81f. Registro n. 260, 10 de Setembro de 1873, f. 23v.

APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. Caixa 16 L 9. Contracto Celebrado entre a Intendencia Municipal de Ouro Preto e os Cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta Capital, n. 558, 14 de Setembro de 1891, f. 38v-41v.

APMOP – Livro de Registro de Contratos de Arrematações. 1887 a 1896. 98f. Caixa 16 L 9. Termo de Contracto, pelo qual é concedido ao engenheiro Chrispinianno Tavares o aforamento de terrenos, f. 4.

APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 7 de Julho de 1893, f. 179.

APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 21 de Julho de 1892, f. 20.

APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. 6 de Fevereiro de 1893 f. 117v-118.

APMOP – Livro de Registro de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara Municipal. (Correspondência do Dr. Diogo Luis Almeida Pereira de Vasconcelos). 1892 a 1893. 251f. Caixa 22 L 1. Correspondência de 5 de Janeiro de 1893, f. 102v-103.

APMOP – Livro de Registro de Protocolo de Correspondência. 1892 a 1895. 15f. Caixa 20 L 9. Registro de 23 de Março de 1892, f. 3v.

APMOP – Livro de Registro de Votantes Qualificados da Paróquia do Ouro Preto. 1876 a 1880. 198f. Caixa 12 L 9.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. 1892, f. 93-93v e 95.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 18 de Maio de 1892, f. 103.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 13 de Junho de 1891, f. 19v-20.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 19 de Junho de 1891, f. 20v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 8 de Outubro de 1891, f. 36-37.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 10 de Maio de 1893, f. 178.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 2 de Outubro de 1894, Emendas, f. 236.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 23 de Julho de 1891, f. 26.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 16 de Junho de 1894, f. 215v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 17 de Abril de 1893, f. 162v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão extraordinária de 21 de Dezembro de 1891, f. 46v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 30 de Janeiro de 1893, f. 156.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 25 de Junho de 1893, f. 109v-110.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 7 de Julho de 1892, f. 111.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. Estante. 248f. Sessão de 8 de Outubro de 1891, f. 35v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão ordinária de 26 de Abril de 1893, f. 168v.

APMOP – Livro de Registros de Atas (Resoluções) da Intendência Municipal. 248f. Estante. Sessão de 4 de Fevereiro de 1892, f. 57.

APMOP – Livro Diário de Receita e Despesa do Procurador da Câmara. 1º trimestre de 1880. 13f. Caixa 14 L 6. f. 1v.

APMOP – Livro de Registro das Rendas Gerais do Município de Ouro Preto. Impostos sobre Indústrias e Profissões. 1892 a 1893. Caixa 21 L 3. 49f.

APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191f. Caixa 11 L 1.

APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1868 a 1883. 191f. Caixa 11 L 1. Sessão de 25 de Janeiro de 1883, f. 161-161v.

APMOP – Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1895 a 1896. 100f. Caixa 24 L 6. Sessão ordinária de 20 de Julho de 1896, f. 49v-50.

APMOP – Registro de Correspondências enviadas pela Câmara (Copiador). 1886 a 1889. 100f. Caixa 15 L 16. Registro de correspondência de 2 de Junho de 1887, f. 31-31v.

APMOP – Registro de Lançamento dos Impostos Municipais (Predial, Águas e Esgotos) da Freguesia do Antônio Dias. 1895. 16f. Caixa 24 L 8.

APMOP – Registro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões. 1890-1891. Caixa 18 L 14. 135f.

APMOP – Registro de Matrícula dos Empregados da Câmara, Fiscais e Vereadores. 1889 a 1891. 98f. Caixa 17 L 16.

APMOP – Registro de Protocolo de Requerimentos à Câmara. 1889 a 1892. 99f. Caixa 17 L 10. Requerimento de 18 de Abril de 1892, f. 50.

APMOP – Registro de Protocolo de Requerimentos Recebidos e respectivos despachos 1892 a 1893. 48f. Caixa 20 L 8. Registro de requerimento de 26 de Novembro de 1892, f. 25.

APMOP – Registro de Receita e Despesa e Relatórios de Contas dos Procuradores da Câmara. 1882 a 1885. 198f. Caixa 14 L 26. Registros nº 269 e 270, de 4 de Novembro de 1884, f. 134v.

APMOP – Registro de Receita e Despesa e Relatórios de Contas dos Procuradores da Câmara. 1882 a 1885. 198f. Caixa 14 L 26, Registro nº 275, de 12 de Novembro de 1884, f. 135v.

APMOP – Registro de Receita e Despesa e Relatórios de Contas dos Procuradores da Câmara. 1882 a 1885. 198f. Caixa 14 L 26. Registro nº 277, de 19 de Novembro de 1884, f. 135v.

APMOP – Registro Diário de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1881 a 1882. 397f. Estante. Requerimento n. 13, de 5 de Julho de 1881, f. 15.

APMOP – Registro Diário de Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1881 a 1882. 397f. Estante. Requerimento n. 44, de 27 de Junho de 1882, f. 85.

APMOP – Registros de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara. 1898 a 1905. Caixa 28 L 4. 3ª Sessão extraordinária de 14 de Fevereiro de 1898, Ordem do dia, f. 8.

APMOP – Registros de Petições, Requerimentos e respectivos despachos. 1895 a 1896. 98f. Caixa 24 L 11. Requerimento de 15 de Abril de 1895, f. 30.

APMOP – Relação de Negociantes. 1890. Caixa 17 L 22. 16f.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Melhoramentos da cidade de Ouro Preto - Projeto do Boulevard**. Melhoramentos da Capital, s/d. Planta 005, Estante.

OURO PRETO. **Estatuto Municipal**. Ouro Preto: Typographia Malvar, 1908.

- **Arquivo Público Mineiro (APM)**

APM - CMOP 3/2, Cx. 04 Posturas 07/01/1840 - 28/04/1885, Série: Documentação interna, Subsérie: Posturas; [3] Doc 37 – acervo virtual.

APM - CMOP 3/2, Cx. 05 Posturas 14/04/1886 - 01/05/1888, Série: Documentação interna, Subsérie: Posturas – acervo virtual.

APM – Sessão colonial, Registro de resoluções e posturas 1830-1837. Resolução de 30 de Janeiro de 1834, f. 29v-30.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Planta de Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar**. Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro – APM, APM – 079, Dimensões 28,0 X 84,5 cm, 1800 (data provável). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&CSRF_TOKEN=e753f3f042242efdd79179b4ca4859bf581ac519#?CSRF_TOKEN=acd1041bfcacc813d096899a26ecc65b15685483>. Acesso em 06 jul. 2017.

LIEBENAU, Guilherme. **Vista geral da Praça Tiradentes em Ouro Preto (MG)**. 1867-1894 - data provável. Arquivo Público Mineiro, Coleção Municípios Mineiros. Notação MM 203(05), 12,0 x 18,0 cm. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29584>. Acesso em 14 nov. 2015.

CREAÇÃO de Villas no Período Colonial (Villa Rica). **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial De Minas Gerais. v.2, fasc.1, jan./mar. 1897, p.84-66. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=52&CSRF_TOKEN=7a9dc5eb719c8fc6878bc4f7a997ae83ff505348>. Acesso em 4 abr. 2017.

OURO PRETO. **Posturas das Camaras Municipaes da Provincia de Minas Geraes confirmadas pelo Conselho Geral da mesma Provincia**. 2. ed. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1830.

THEATRO Ouro-pretano. **A Camélia**, Ouro Preto, 4 dez. 1887, Ano I, n. 3, p. 2.

VICENTE, João. 50º aniversário. **A Camélia**, Ouro Preto, 4 dez. 1887, Ano I, n. 3, p. 1.

- ***Biblioteca Nacional***

BIBLIOTECA NACIONAL. **Planta da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província**. Leipzig, Alemanha: Gravure de Giesecke & Devrient, 1888. Acervo digital, 1 mapa, 93,5 x 60,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.jpg>. Acesso em: 25 jun. 2017.

LIEBENAU, Guilherme. **Largo da Praça, Palácio(sic)**. Fotografia 14 x 22 cm. Biblioteca Nacional, Acervos, Iconografia (Ausentes) - FOTOS-ARM.3.1.4(6). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/furto/fotos_arm_3_1_4_6.jpg>. Acesso em 5 jan. 2017.

LIEBENAU, Guilherme. **Vista da Praça Tiradentes por ocasião da saída da Primeira Brigada Mineira em Ouro Preto (MG)**. Fotografia 13,3 x 16,1 cm. Arquivo Público

Mineiro, Coleção Municípios Mineiros, notação M-12.21, Ouro Preto, 10 mai. 1865.
Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29583>.
Acesso em 14 mai. 2017.

MANIFESTO – Aos nossos cidadãos. **A República**, Rio de Janeiro, p.1-3, 3 dez. 1870.
Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138916&PagFis=1&Pesq=edi%C3%A7%C3%A3o%201>>. Acesso em 13 abr. 2017.

OZZORI, Manoel. **Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto**. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem. 1890.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/828653/per828653_1890_00001.pdf>. Acesso em
Acesso em 23 mai. 2017.

- **Outros**

ATHAYDE, Publio. **Morro da Forca**. S./d. Disponível em:
<<http://www.panoramio.com/photo/29525369>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ANEXOS

Anexo 1

Hino à Ouro Preto

Letra: Carlos Veloso

Música: Augusto Correa Magalhães

Em cada aresta de pedra
Uma epopéia ressoa
Na terra formosa e boa
Onde a guilheta não medra.

Coro:

A terra, que um cento de anos
Duas vezes viu passar
Possui, dos ouropretanos,
Em cada peito um altar (bis)

A névoa que cobre a rocha
Do mais brando e puro véu,
Quando a manhã desabrocha,
É um beijo que vem do céu.

Os fatos de Vila Rica
Lembram raças titãs,
Cuja memória nos fica
Para os mais nobres afãs.

Guarda o seio das montanhas
Os áureos filões mais ricos.
Contempla os altos picos
Das laceradas entranhas.

Protege, Deus, estes lares
Dos filhos dos bandeirantes
Por estas serras gigantes
São outros tantos altares.

(Prefeitura Municipal de Ouro Preto: <http://www.ouopreto.mg.gov.br/hino-e-bandeira>)

Anexo 2

Imagem: Vista geral da Praça Tiradentes em Ouro Preto (MG).



Fonte: LIEBENAU, Guilherme. 1867-1894 - data provável. Arquivo Público Mineiro, Coleção Municípios Mineiros.

APÊNDICES**Apêndice 1**

Programa de Pós-Graduação UFMG
Mestrado em Estudos do Lazer
Linha: Lazer, História e Memória
Pesquisa: Os divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX

Ficha de coleta de dados
Arquivo:
Acervo:
Fundo:
Coleção:
Código:
Título do Documento:
Assunto:
Data da consulta:
Pesquisador(a):
Observações:
Registro digital:
Palavras chave:
Considerações:
Transcrição:
Recorte/digitalização: